

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste
Centro de Ciências Humanas e Sociais
Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Filosofia

FABIANO JOAQUIM DA COSTA

**O MOVIMENTO DO CONCEITO DE VALOR EM O
CAPITAL DE MARX**

TOLEDO
2013

FABIANO JOAQUIM DA COSTA

**O MOVIMENTO DO CONCEITO DE VALOR EM O
CAPITAL DE MARX**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Filosofia do CCHS/UNIOESTE, *Campus* de Toledo, como exigência final para a obtenção do título de Mestre em Filosofia, sob a orientação do prof. Dr. Jadir Antunes.

TOLEDO
2013

Catálogo na Publicação elaborada pela Biblioteca Universitária
UNIOESTE/Campus de Toledo.
Bibliotecária: Marilene de Fátima Donadel - CRB – 9/924

C837m Costa, Fabiano Joaquim da
O movimento do conceito de valor em O Capital de Marx /
Fabiano Joaquim da Costa. -- Toledo, PR : [s. n.], 2013.
146 f.

Orientador: Prof. Dr. Jadir Antunes
Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Universidade Estadual
do Oeste do Paraná. Campus de Toledo. Centro de Ciências
Humanas e Sociais.

1. Filosofia marxista 2. Filosofia alemã 3. Valor (Economia) 4.
Teoria do trabalho como base no valor 5. Marx, Karl, 1818-1883. O
Capital 6. Dinheiro 7. Luta de classes 8. Dialética I. Antunes, Jadir,
Orient. II. T.

CDD 20. ed. 193
335.412

FABIANO JOAQUIM DA COSTA

**O MOVIMENTO DO CONCEITO DE VALOR EM O CAPITAL DE
MARX**

Trabalho apresentado e avaliado como requisito final para a obtenção do grau de mestre em Filosofia no Programa de Pós-Graduação em Filosofia do CCHS/UNIOESTE, *Campus* de Toledo, pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. Jadir Antunes - Orientador
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Gilmar Henrique da Conceição –
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Fernando Frota Dillenburg – Membro
UFRGS.

Toledo, ____ de ____ de ____.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço de coração a minha família, minha mãe Maria de Lourdes, meu pai Valdinei e minha irmã Vanessa, pela confiança, amor e apoio incondicional, com certeza vocês foram minha motivação e inspiração.

À todos os amigos que estiveram comigo nesta caminhada, desde os tempos de graduação até o mestrado. Dentre tantos, não poderia deixar de nomear o Adão Geovane, o Osmar Rodrigo e o Júlio Raul.

Agradeço todos os professores do Mestrado em Filosofia da Unioeste, que contribuíram de maneira decisiva em minha formação. Também agradeço as riquíssimas contribuições feitas em minha banca de qualificação pelos professores Gilmar Henrique e Fernando Frota.

Agradeço sinceramente ao meu orientador Jadir Antunes pela atenção em sua orientação, pela paciência e pela amizade que sempre tivemos.

À Capes pelo apoio financeiro.

À Isadora Lidiane, pelo amor, apoio e paciência que sempre teve comigo.

Para minha mãe Maria, meu pai Valdinei, minha
irmã Vanessa e minha companheira Isadora.

COSTA, Fabiano Joaquim. *O Movimento do Conceito de Valor em O Capital de Marx*. 2013. 146 fls. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2013.

RESUMO

Nosso trabalho tem como objetivo investigar o movimento do conceito de valor em *O Capital* de Marx. Marx mostra que o valor tem uma forma social constituída de trabalho humano socialmente igual. O valor ganha independência e autonomia no seio da sociedade capitalista na medida em que permanece alienado dos seus verdadeiros produtores. Entrementes, o valor subjuga todas as categorias forjadas por esta sociedade buscando a sua autovalorização incondicional e irracional. A análise minuciosa e dialética revela a verdadeira fonte do lucro do capitalista. Primeiramente, a partir da investigação do modo como a riqueza aparece à mente dos agentes da sociedade capitalista com a forma mercadoria. Em seguida, Marx mostra que a dificuldade em se compreender a mercadoria reside no fato de que através do fetiche ela tem o papel de esconder o trabalho humano abstrato nela contido. Logo após, esclarece que a verdadeira oposição existente na mercadoria é a oposição entre valor de uso e valor, demonstrando também que o verdadeiro conteúdo da riqueza é o trabalho abstrato. Marx avança à esfera colorida da circulação desmistificando-a, mostra que a expansão da sociedade capitalista, assim como a expansão do valor, não pode ser explicada a partir desta esfera. A lei geral da circulação de mercadorias determina que as perdas e os ganhos se equiparem entre os diferentes produtores privados. A transgressão total e radical dessa lei geral levaria a total destruição do mercado. Embora a circulação de mercadorias não tenha a capacidade de explicar totalmente a origem dos lucros do capitalista, ela consegue fazer isso parcialmente. No ambiente no mercado os produtores privados seguem criteriosamente as leis imanentes à circulação: compram mercadorias pelo seu valor e vendem mercadorias pelo seu valor. No entanto, o capitalista encontra no mercado um mercadoria especial que tem a capacidade de gerar mais valor do que ela mesma lhe custa: a força de trabalho. Marx demonstra que o lucro do capitalista reside na apropriação indevida da força de trabalho do operário por parte do capitalista. No interior da sociedade capitalista o valor migra de categoria em categoria de acordo com as suas necessidades, da mercadoria ao dinheiro, do dinheiro ao capital, etc, buscando sempre a sua expansão impelindo o capitalista a um trabalho sísifo. Finalmente, Marx investigará as verdadeiras raízes que constituem as condições de possibilidade do modo de produção capitalista, e por consequência da expansão do valor. Nosso autor demonstrará que por detrás dos discursos idílicos acerca deste sistema encontra-se a violência e a truculência desmedida do Estado e da luta de classes. O movimento que catapultou o capitalismo foi o mesmo que lançou a classe operária no limbo. O movimento violento do conceito de valor produz e reproduz a cada dia a violência da luta de classes. A cada dia a riqueza geral da humanidade aumenta, porém é apropriada por uma pequena classe de capitalistas. Enquanto isso, a maioria da humanidade, formada pela classe dos operários, os legítimos produtores dessa riqueza, vêem suas condições de vida e trabalho arremessadas na lama. Para que a lógica de expansão incondicional do valor seja freada é preciso que os verdadeiros produtores da riqueza se apropriem dela, racionalizando-a, invertendo este quadro de coisas. Do ponto de vista de Marx, por mais

que seja uma luta árdua, a classe proletária é a única e legítima classe capaz de enfrentar a fúria e os desejos que bradam por parte da gana e do interesse privado capitalista.

Palavras-chave: **Mercadoria. Valor. Dinheiro. Capital. Luta de Classes. Dialética.**

COSTA, Fabiano Joaquim da. The movement of the value's concept in 'The Capital' of Marx. 2013. 146 pgs. Dissertation (Master's Degree in Philosophy) – Western Parana State University, Toledo, 2013.

ABSTRACT

Our study aims to investigate the movement of the concept of value in Marx's Capital. Marx shows that the value is a socially constituted human labor socially equal. The value gains independence and autonomy within capitalist society as it remains alienated from their true producers. Meanwhile, the value subdues all the categories that were made by this society seeking for their unconditional and irrational self-worth. A thorough and dialectic analysis reveals the true source of the capitalist's profit. First from the investigation of how wealth appears to the mind of the agents of capitalist society in commodity form. Then Marx shows that the difficulty in understanding the merchandise lies in the fact that through the fetish role it has to hide abstract human labor contained in it. Then, the study clarifies that the real opposition that exists in merchandise is the opposition between use value and value, also demonstrating that the true wealth of content is the abstract labor. Marx advances the charming sphere of circulation of goods, demystifying it, and shows that the expansion of capitalist society as well as the expansion of value can not be explained from this sphere. The general law of commodity circulation determines that the losses and gains equip themselves among different private producers. The total and radical transgression of this general law would lead to the total destruction of the market. Although the movement of goods do not have the ability to fully explain the origin of the profits of the capitalist, it can do it partially. In the market entourage, private producers follow carefully the laws immanent movement: they buy commodities at their value and sell commodities at their value. However, the capitalist discovers a special commodity market that has the ability to generate more value than it costs you the same: the workforce. Marx shows that the capitalist's profit is in the misappropriation of the workforce of the worker by the capitalist. Within the capitalist society, the value migrates from category to category according to their needs, the goods to money, money to capital, always seeking to expand pushing the capitalist to a meaningless work. Finally, Marx investigates the real roots which are the conditions of possibility of the capitalist mode of production, and consequently the expansion of value. Our author will demonstrate that behind the idyllic speeches about this system is the excessive violence and brutality of the state and class struggle. The movement that catapulted capitalism was the same as the working class launched in limbo. The violent movement of the concept of value produces and reproduces every day the violence of class struggle. Every day the general wealth of mankind increases, but is suitable for a small class of capitalists. Meanwhile, the majority of mankind, formed by the class of workers, the legitimate producers of this wealth see their conditions of life and work thrown in the mud. For the logical and unconditional expansion value be braking is necessary that the actual producers of wealth to appropriate it, rationalizing it by reversing this picture of things. From the standpoint of Marx, though it may be an uphill struggle, the working class is the only class capable to face the wrath and desires that cry by the greed and capitalist private interests.

Keywords: Commodity. Value. Money. Capital. Class Struggle. Dialectic.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. O MOVIMENTO DA MERCADORIA E DO VALOR	18
1.1 RAIZES HISTÓRICAS E METODOLÓGICAS.....	18
1.1.2 Marx e a Dialética do Valor	24
1.1.3 Marx e os economistas Ingleses.....	28
1.2 DO VALOR DE USO À TEORIA DO VALOR.....	32
1.2.1 A mercadoria e seu duplo aspecto	32
1.2.2 Substância do Valor	38
1.2.3 A forma do valor	44
<i>1.2.3.1 Forma relativa de manifestação do valor</i>	49
<i>1.2.3.2-Forma equivalente de manifestação do valor</i>	50
<i>1.2.3.3 Forma simples do valor</i>	53
1.2.4 A forma dinheiro	58
1.3 FETICHE E VALOR.....	60
2 O VALOR E O PROCESSO DE CIRCULAÇÃO	70
2.1 O DESENVOLVIMENTO DO DINHEIRO.....	74
1.2 A METAMORFOSE DAS MERCADORIAS.....	80
2.3 O CURSO DO DINHEIRO.....	91
2.4 OS SÍMBOLOS DO VALOR E O DINHEIRO MUNDIAL.....	97
2.4.1 Entesouramento	98
2.4.2 Meio de pagamento	100
2.4.3 O Dinheiro universal	104

3. CAPITAL E MAIS VALOR.....	107
3.1 CONTRADIÇÕES DA FÓRMULA GERAL.....	112
3.2 COMPRA E VENDA DE FORÇA DE TRABALHO.....	115
3.3 A PRODUÇÃO DA MAIS VALIA.....	120
3.4 OS LEGÍTIMOS AGENTES DA TROCA: OPERÁRIO E CAPITALISTA.....	129
4 CONCLUSÃO.....	140
4. BIBLIOGRAFIA.....	144

INTRODUÇÃO

Nosso trabalho tem como objetivo investigar o movimento do conceito valor em **O Capital** de Marx. A partir da modernidade, com o desenvolvimento das ciências, das artes, da economia e diversos outros ramos do conhecimento, emerge do seio da sociedade feudal-medieval um modo produção que buscava propiciar a liberdade requerida por toda uma massa de pessoas sem lar e sem pão em um sistema econômico onde o indivíduo como tal pudesse reinar e se desenvolver livremente. Este indivíduo deveria fazer a sociedade florescer vendendo a sua força de trabalho em troca de salário.

O Estado teve papel triunfante na formação do capitalismo, servindo desde o início de ferramenta eficiente para construir um novo estágio de coisas¹. O capitalismo substituiu as relações de troca direta pela impessoalidade do mercado, substituiu a utilidade do trabalho privado pela abstração do trabalho impessoal e sem determinação, sem característica, sem dono, sem autor. Enfim, substituiu a organização feudal da produção pela organização fundada no mercado.

Desde a emergência do capitalismo, várias gerações de pensadores se debateram tentando encontrar a melhor maneira para entender tal sistema, às vezes para criticá-lo, outras vezes para justificá-lo, impulsionados por consecutivas crises econômicas e sociais buscando soluções à manutenção de vida no interior da sociedade. A partir do século XVIII, com a revolução industrial, a revolução francesa, e outros tantos movimentos, inspirados principalmente pelos ideais da burguesia, empenharam um forte combate contra as monarquias absolutistas de Estado em busca da “liberdade prometida”. Porém, principalmente em vários países do continente europeu, como França, Inglaterra, Itália, entre outros, essa liberdade resumia-se em “*laissez faire, laissez aller, laissez passer*”², em suma, liberdade econômica. A partir desses princípios, a burguesia revolucionou todos os conceitos humanos fetichizou todas as relações sociais, buscando formatar este sistema

¹ No **Manifesto do Partido Comunista** Marx e Engels escrevem “O governo moderno não é senão um comitê para gerir os negócios da burguesia” (MARX; ENGELS, 1953, p. 23).

² Deixar fazer, deixar ir, deixar passar.

econômico tal como era conveniente a seus negócios, buscando a cada dia mais valorizar o valor³.

O valor se movimenta de maneira determinante na sociedade capitalista, ele migra de categoria em categoria, subjugando-as, impondo-se, ordenando as relações que serão estabelecidas dentro da sociedade. Como o Frankenstein⁴, o valor surge e ganha autonomia como forma objetiva do trabalho social despendida para produzir uma mercadoria.

Dentro das relações de produção capitalista que, segundo Marx, são desordenadas, como poderia o valor ser algo racional? Sendo que é impessoal, a lógica do valor é a lógica do lucro. Lucro pelo quê? Lucro pelo lucro. No interior da sociedade capitalista o conceito de valor determina e não é determinado, na medida em que os produtores da riqueza geral estão alienados dela. O valor é plástico e permanece escondido atrás das categorias místicas e fetichizadas da sociedade capitalista, ele se movimenta ao seu bel prazer buscando sempre a sua autovalorização, sugando a cada dia, a vida do operário. Ele cria e destrói da maneira que entender, mas não pode ser apanhado facilmente, como pensariam os economistas e publicistas dos séculos XVII, XVIII e XIX. Marx mostrou que o valor parece ser facilmente compreensível e à primeira vista não oferece nenhuma dificuldade, mas é preciso estar atento e compreender melhor este conceito, pois não há nenhum átomo de matéria no valor. Por outro lado, não é um conceito metafísico, e muito menos impossível de ser compreendido, ao contrário, é um conceito social que assume diversas formas constituídas de trabalho humano socialmente igual.

O valor é constituído de trabalho abstrato que está alienado do seu produtor, o operário. O operário não enxerga o valor porque este assume formas místicas como mercadoria, capital, dinheiro e preço. Essas formas aparecem e não contam a sua história, elas encantam os agentes da sociedade através da forma colorida da circulação, que preza

³ Escrevem Marx e Engels “A burguesia desempenhou na história um papel eminentemente revolucionário”. Onde quer que tenha conquistado o Poder, a burguesia calcou aos pés as relações feudais, patriarcais e idílicas. Todos os complexos e variados laços que prendiam o homem feudal a seus “superiores naturais” ela os despedaçou sem piedade, para só deixar subsistir, de homem para homem, o laço do frio interesse, as duras exigências do “pagamento à vista”. Afogou os fervores sagrados do êxtase religioso, do entusiasmo cavalheiresco, do sentimentalismo pequeno burguês nas águas geladas do cálculo egoísta. Fez da dignidade pessoal um simples valor de troca; substituiu as numerosas liberdades, conquistadas com tanto esforço, pela única e implacável liberdade de comércio. Em uma palavra, em lugar de exploração velada por ilusões religiosas e políticas, a burguesia colocou uma exploração aberta, cínica, direta e brutal (MARX; ENGELS, 1953, pp. 23-24).

⁴ Romance da escritora britânica Mary Shelley publicado em 1818.

pela igualdade do direito burguês, assim também, o dinheiro e a mercadoria seduzem os seus possuidores convencendo-lhes que podem satisfazer todas as suas necessidades.

Na medida em que o capitalismo adquire sua forma mais acabada a partir do século XVIII, o valor também se desenvolverá de maneira determinante, tanto na forma como no conteúdo.

A partir destes elementos, pensamos poder compreender a partir de **O Capital** de Marx, o movimento do valor. Pensamos que o valor só poderá ser compreendido através do viés filosófico e dialético utilizado por Marx. E nisto talvez, tenha residido a grande dificuldade de autores anteriores ou posteriores a Marx em compreender o conceito de valor.

Nossa dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro abordaremos as raízes históricas e metodológicas do valor. A partir de **O Capital** e de teóricos relevantes ao tema, pretendemos analisar como o valor surge e se desenvolve principalmente a partir dos séculos XV e XVI. Mais que uma descrição histórica, pretendemos pensar aqui **o problema do valor** a partir de **O Capital** e **o valor como um problema**.

Neste primeiro capítulo, pretendemos pensar a dialética sob a ótica de Marx. Este pensador oferece um novo tratamento à dialética, na medida em que pensa esta como um modo de exposição⁵. A inter-relação entre forma e conteúdo é preocupação constante em Marx, e pensamos ser necessário compreender esta relação para podermos entender como o problema do valor está posto em **O Capital**⁶.

Pesaremos brevemente sobre a contribuição dos denominados “Clássicos” da economia política, Adam Smith⁷ (1723-1790) e David Ricardo⁸ (1772-1823), considerados por Karl Marx os principais nomes da economia política moderna, com os quais nosso autor tinha especial atenção. Marx considerava que a economia política moderna teve seu verdadeiro início em Smith, e seu fim com Ricardo. Conforme veremos, embora Marx reconheça o gabarito desses autores não deixará de superá-los tanto do ponto de vista da

⁵ A respeito deste tema pensamos em conformidade com Hector Benoit (1996), em **Sobre a crítica (dialética) de O Capital**, como também Hector Benoit (2003) **Da lógica com um grande “L” à lógica de O Capital**.

⁶ Sobre este ponto ver também Hector Benoit (1999) **Pensando com (ou contra) Marx? Sobre o método dialético de O Capital** (BENOIT, 1999, pp. 82-83).

⁷ Filósofo e economista escocês, considerado o pai da economia moderna.

⁸ Economista inglês.

forma, quanto do ponto de vista do conteúdo. Por isso de maneira alguma a obra **O Capital** deve ser considerada uma obra de Economia, mas sim uma crítica da economia, tal como vemos escrito no subtítulo de **O Capital**⁹.

Trataremos de entender como se desenvolve o movimento do valor a partir da análise da mercadoria¹⁰. O valor surge da análise da primeira contradição da mercadoria valor de uso e valor de troca. Marx mostrará que essa contradição é falsa, ela é apenas uma contrariedade, pois a verdadeira oposição existente no interior da mercadoria é a oposição entre a forma natural, valor de uso, a forma social e valor. O valor de troca não passa de uma forma de manifestação do verdadeiro conteúdo: o valor.

Entender a teoria do valor, nada mais é do que entender a sociedade onde a riqueza aparece na forma de mercadorias e é assim que se inicia o primeiro capítulo de **O Capital**. Para concluir finalmente que mercadoria é um tipo de riqueza alienada, ou seja, é e não é riqueza. A análise da economia mercantil mostra-nos que o valor irá adquirir um *status*, se tornando um autômato determinante na vida e no pensamento das pessoas.

Segundo Marx, o grande problema da economia política é o fato de que nunca conseguiu distinguir o trabalho representado no valor e o mesmo trabalho representado no valor de uso. Erra quando distingue o trabalho ora qualitativamente, ora quantitativamente, por isso, nunca pode pressupor uma unidade qualitativa no trabalho que é o trabalho abstrato (Cf. MARX, 1996, p. 57). O debate que Marx trava com a economia política é árduo em todo **O capital**, mas vamos nos ater aos elementos que circunscrevem ao movimento do conceito de Valor.

No segundo capítulo investigaremos a circulação de mercadorias. As mercadorias não podem ir sozinhas ao mercado, porém parecem caminhar com as suas próprias pernas. O mercado é o ambiente perfeito para mercadoria, pois é lá que elas podem realizar o seu valor de uso. Porém, contraditoriamente, na sociedade mercantil as mercadorias só realizam o seu valor de uso depois de terem realizado o seu valor de troca ou seu preço.

⁹ Crítica da economia política.

¹⁰ Embora Marx não parta do conceito de valor, ele chega até ele de maneira determinante através da análise dialética da mercadoria. Como podemos ver em **Glosas Marginais Al “Tratado de Economia Política” de Adolph Waganer**, o ponto de partida de Marx é a forma social mais simples em que se apresenta o produto do trabalho na sociedade atual, que é a forma mercadoria (Cf. MARX, 1977, p. 176).

O percurso da mercadoria no interior do mercado até a esfera do consumo é sinuoso, sujeito às intempéries da circulação. A mercadoria marcha rumo ao dinheiro, mercadoria absolutamente alienável, buscando a sua realização, no entanto, muitas vezes o dinheiro segue um caminho avesso ao caminho da mercadoria.

O desenvolvimento do dinheiro mostra que este adquire a forma geral da riqueza da humanidade, forma socialmente válida. Todas as mercadorias buscarão ser equiparadas e trocadas pelo dinheiro. O dinheiro mundial efetiva o momento sintético, momento em que o dinheiro pode atuar como dinheiro, superando todas as determinações particulares e nacionais.

O ápice da circulação acontece quando o dinheiro como mero instrumento que permite a fluidez da circulação transforma-se na finalidade última da circulação. O dinheiro torna-se o símbolo de desejo de todos os agentes da troca, na medida em que ele se converte em equivalente geral absolutamente permutável.

Marx mostra que o ambiente mercantil caracteriza-se por uma pretensa liberdade e igualdade dos agentes da troca. Cada produtor privado é livre para produzir de acordo com a sua consciência, como também é livre para permutar mercadorias no interior do mercado, porém, queiram ou não, todos os agentes da troca estão sob a égide das leis imanentes do mercado.

A análise dialética mostra que não é possível explicar totalmente a origem do lucro do capitalista, assim como a expansão da sociedade a partir da circulação de mercadorias. O mercado é o ambiente onde o valor está se movimentando constantemente, do dinheiro até a mercadoria, e da mercadoria até o dinheiro. De maneira geral, quando se percebe a totalidade do sistema, excetuadas as crises sociais e econômicas, as perdas e os ganhos dos produtores privados se equiparam.

No terceiro capítulo avançaremos até a esfera da produção, pois é lá que Marx demonstrará como é possível a expansão da sociedade capitalista através da expansão do valor. Marx demonstra que embora o capitalista respeite as leis gerais da circulação da pretensa igualdade e liberdade, o capitalista retira do processo de produção mais do investiu. O capitalista faz isso porque encontra no mercado uma mercadoria que consegue produzir mais valor do que ela realmente vale. O capitalista aparece no ambiente do

mercado portando dinheiro e meios de produção, e o operário aparece no mercado portando unicamente a sua força de trabalho. Os dois permutam mercadorias em uma troca perfeitamente justa¹¹, o operário entre a sua força de trabalho em troca do dinheiro e o capitalista entre o seu dinheiro em troca da sua força de trabalho. O operário sai do processo da mesma forma que entrou, ou pior, porque teve sua vida sugada durante aquele dia pelo capital, porém o capitalista dali tirou um *plus*. O capitalista aumentou o valor do seu capital, para voltar novamente ao processo e repeti-lo em um movimento sem fim, buscando sempre valorizar o valor intermitente.

Marx mostra que para podermos compreender a origem desse processo contraditório e sem fim que a cada dia aumenta a riqueza do capitalista e por outro lado empobrece o trabalhador, é preciso compreender atentamente a origem desse fenômeno. De maneira geral os economistas tentam dar respostas idílicas para a origem desse processo, porém Marx mostra que às raízes desse processo não há nada de idílico, e ao contrário, na origem desse processo, assim como na reprodução desse processo estão, a violência da luta de classes e a imposição do Estado.

O conceito de valor é violento porque subjuga todas as categorias forjadas no interior da sociedade. O valor precisa se realizar socialmente impondo o capital, forjando o processo de produção, forjando a mercadoria, forjando o mercado, forjando o fetiche, e finalmente forjando o operário com a sua força de trabalho. Porém, Marx mostra que o verdadeiro fundamento de todo esse processo é o próprio operário com a sua força de trabalho. Todas as categorias da sociedade capitalista são forjadas socialmente e assim passíveis de serem destruídas, mas é preciso que os produtores da riqueza se apropriem dela e finalmente sejam capazes de destruir essas categorias que a cada dia tem também embotado e destruído a vida da humanidade de maneira geral.

¹¹ No decorrer da exposição dialética, Marx demonstrará que essa pretensa justiça é apenas aparente, pois na verdade essa relação está fundada no furto do trabalho do operário por parte do capitalista.

1. O MOVIMENTO DA MERCADORIA E DO VALOR

Pensar o movimento do conceito de valor em **O Capital** é pensar também os desdobramentos do sistema capitalista desde o seu surgimento. Do âmago da relação entre capital e trabalho surge o impulso do capitalista, como legítimo representante do capital, de valorizar o valor incessantemente apropriando-se do trabalho alheio. Como elemento objetivo, a sociedade do capital se caracteriza tendo a figura do capitalista como detentor dos meios de produção, e o trabalhador possuindo somente sua força de trabalho, para dar em troca de um salário. Como elemento subjetivo, ela se caracteriza pelo jogo incessante de interesses manifestados pela luta de classes na história.

O valor sempre foi um dos conceitos mais debatidos e discutidos entre os diversos economistas e pensadores das teorias econômicas, juntamente com o seu desenvolvimento, assim como o conceito de riqueza, capital, juros, renda da terra entre outros. Embora tenha sido muito relevante na teoria econômica, em geral, parece ter encontrado sua melhor formatação no sistema marxista. Por um lado, algumas escolas tendem a afirmar que a teoria do valor se encontraria em desuso, ou até mesmo, que não existiria, visto que ela não pode ser comprovada empiricamente. Outras escolas ainda afirmam que, se tal lei de fato existisse, não teria utilidade fundamental no sistema marxista. De fato, é preciso olhar para a história da teoria para poder compreendê-la de uma maneira mais adequada¹².

1.1 RAÍZES HISTÓRICAS E METODOLÓGICAS.

Entendemos que Marx ao escrever **O Capital** sempre se ateu a pequenos detalhes que não poderiam ser percebidos aos olhos do leitor desatento. Ele sabe da dificuldade que tem a sua frente: estudar a sociedade capitalista, desta forma se preocupa em expor os conceitos em sua obra lógica e historicamente, e utiliza a abstração para fazer tal empresa. Tanto é verdade, que Marx demora cerca de nove anos para concluir o método expositivo

¹² Destacamos aqui os teóricos da escola marginalista, tais como William Stanley Jevons (1835-1882) John Stuart Mill (1806-1873).

de sua obra¹³. Podemos dizer que a obra de Marx é construída minuciosamente, através de uma longa pesquisa, análise e exposição. Como um dialético, expôs os conceitos de maneira lógico-histórica. Em **O Capital**, os conceitos são postos desta maneira, desde o conceito de mercadoria na primeira seção, até a violência da acumulação primitiva, no final no primeiro livro.

O primeiro projeto de exposição de **O Capital**, comenta Rosdolsky, se dá em 1857, e o segundo em 1865 (ROLDOSKY, 2001, p. 27), ou seja, durante todo esse período Marx passa preparando a melhor maneira de expor a sua obra. No final da década de 1850, toda a pesquisa de Marx já estava realizada, todo o material já estava pronto na forma de cerca de 800 páginas manuscritas. Todavia, o método de expor todo esse material ainda era uma grande questão. No prefácio de **Contribuição a Crítica Da Economia Política**¹⁴, afirma: “Tenho diante de mim o conjunto do material sob a forma de monografias que foram redigidas com longos intervalos, não para serem impressas, mas para minha própria compreensão, e cuja elaboração sistemática, segundo o plano dado, dependerá de circunstâncias exteriores” (MARX, 1983, p. 23). Em novembro, numa carta encaminhada a Lassalle, Marx novamente observou que o “material está diante de mim; a questão é apenas a forma” (*apud* McLellan, p. 328).

O rigor dialético¹⁵ de Marx pode ser atestado na leitura do prefácio da primeira edição de **O Capital** em 1867, quando o autor afirma ser necessário compreender as leis férreas que regem e se impõem sobre a produção capitalista, e conclui que o objetivo de sua obra é efetivamente descobrir a lei econômica que rege a sociedade moderna afirmando que: “não pode ela suprimir, por saltos ou por decreto, as fases naturais de seu desenvolvimento. Mas ela pode encurtar e reduzir as dores do parto” (MARX, 1996, p. 5). No posfácio da segunda edição de **O Capital**, Marx cita uma passagem interessante de um intérprete de sua obra que afirma:

¹³ Ver Rosdolsky (2001).

¹⁴ Texto publicado em 1859.

¹⁵ Segundo Antunes e Benoit, Marx buscou “[...] encontrar a forma correta que permitisse a exposição precisa de seu conteúdo: tratava-se de encontrar um método dialético rigoroso que abarcasse num único processo expositivo todas as complexas interações categoriais e históricas do capital. Tratava-se de superar o domínio meramente analítico e encontrar um modo de exposição que, de forma imanente, se mostrasse analítico e sintético ao mesmo tempo” (ANTUNES; BENOIT, 2009, p. 18).

Marx observa o movimento social como um processo histórico-natural, governado por leis independentes da vontade, da consciência e das intenções dos seres humanos, e que, ao contrário, determinam a vontade, a consciência e as intenções... Se o elemento consciente desempenha papel tão subordinado na história da civilização, é claro que a investigação crítica da própria civilização não pode ter, por fundamento, as formas ou os produtos da consciência. O que pode lhe servir como ponto de partida, portanto, não é a idéia, mas o fenômeno externo. A inquirição crítica limitar-se-á a comparar, a confrontar um fato, não com uma idéia, mas com outro fato (MARX, 1996, p. 15).

Marx sabe que essas “leis férreas” estão postas na história. Essas leis são independentes da vontade dos seres humanos na medida em que os seres humanos estão alienados delas. Dessa forma, é necessário que os seres humanos tomem consciência dessas leis que estão postas na materialidade das relações e que as subjuguem.

Na obra **Ideologia Alemã Marx e Engels**¹⁶ alertam que em sua época, os indivíduos estão cada vez mais submetidos a uma força estranha, ao qual eles denominam mercado mundial. Segundo os autores, as próprias relações humanas a cada dia mais estão submetidas ao jugo do mercado. Nesse texto, que é anterior a obra **O Capital**, Marx desenvolve a tese de que esse movimento não é a histórico nem imaterial, e que pelo contrário, o que determina esse movimento é a materialidade das relações que estão dadas, das forças que estão sendo constituídas. É nesse sentido que Marx e Engels põem a história em movimento, se contrapondo a filosofia dominante afirmam a riqueza da materialidade das relações sociais propondo um novo horizonte de análise sob os problemas humanos, como vemos nessa passagem: “a vida espiritual do indivíduo depende da riqueza de suas relações sociais” (MARX; ENGELS, 1986 pp. 53-54) e dizem: “não é a crítica, mas a revolução a força motriz da história assim como da religião, da filosofia e de qualquer outro tipo de teoria” (MARX; ENGELS, 1986, p.56) e que:

Portanto, as circunstâncias fazem os homens assim como os homens fazem as circunstâncias. Esta soma de forças de produção de capitais, de formas sociais de intercâmbio, que cada indivíduo e cada geração encontram como algo dado, é o fundamento real daquilo que os filósofos

¹⁶ Friedrich Engels (1820-1895), foi amigo e parceiro teórico de Marx durante muitos anos, juntos os dois fundaram o comunismo científico.

representaram como “substância” e “essência” do homem [...] (MARX; ENGELS, 1986, p. 56).

Marx e Engels foram ativos autores de sua época, e empenharam um grande combate a toda a filosofia que desprezava o papel da história na compreensão da vida e da realidade. Do ponto de vista destes autores, a compreensão correta da história tem um papel fundamental na crítica e modificação da realidade viva e concreta. Marx e Engels tecem críticas ao pensamento de Hegel, e aos filósofos pós-hegelianos como Max Stiner (1806-1856) Bruno Bauer (1809-1882) e Ludwig Feuerbach (1804-1872). Marx e Engels afirmam que:

Toda a concepção histórica, até o momento, ou tem omitido completamente esta base real da história, ou a tem considerado como algo secundário, sem qualquer conexão com o curso da história. Isto faz com a história deva ser sempre escrita com um critério situado fora dela. A produção da vida real como algo separado da vida comum, como algo extra e supraterebre. Com isso a relação dos homens com a natureza é excluída da história. Conseqüentemente, tal concepção apenas vê na história as ações políticas dos príncipes e do Estado, as lutas religiosas e as lutas teóricas em geral, e vê-se obrigada especialmente, a compartilhar, em cada época histórica, a *ilusão dessa época*. Por exemplo, se uma época imagina ser determinada por motivos puramente “políticos” ou “religiosos”, embora a “política” e a “religião” sejam apenas formas de seus motivos reais então os historiadores da época considerada aceitam essa opinião. A “imaginação”, a representação, que esses homens determinados fizeram de sua práxis real transforma-se na única força determinante e ativa (MARX; ENGELS, 1986, pp. 57-58).

No **Manifesto do Partido Comunista** (1979), Marx e Engels argumentam que foi a luta intermitente entre os opressores e os oprimidos que tem movido o mundo ocidental. Dessa maneira, atribui papel decisivo à luta de classes afirmando: “a História de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classes¹⁷” (MARX; ENGELS, 1979, p. 21). A burguesia como classe aumenta a riqueza geral da sociedade, enquanto a classe trabalhadora vê suas condições de vida e trabalho sendo cada vez mais

¹⁷ Sobre o debate conceitual e histórico, acerca desta frase, como também as tentativas de revisão da mesma ver Hector Benoit (1998) **A Luta de Classes Como Fundamento da História**.

denegridas. Ainda no prefácio da primeira edição de **O Capital** Marx esclarece da seguinte maneira:

Não foi róseo o colorido que dei às figuras do capitalista e do proprietário de terras. Mas aqui, as pessoas só interessam na medida em que representam categorias econômicas, em que simbolizam relações de classe e interesses de classe. Minha concepção do desenvolvimento da formação econômico-social é como um processo histórico-natural e exclui, mais do que qualquer outra, a responsabilidade do indivíduo por relações das quais ele continua sendo, socialmente, criatura, por mais que, subjetivamente, se julgue acima delas.

A pesquisa científica livre, no domínio da economia política, não enfrenta adversários da natureza daqueles que se encontram também em outros domínios. A natureza peculiar da matéria que versa levanta contra ela as mais violentas, as mais mesquinhas e as mais odiosas paixões, as fúrias do interesse privado (MARX, 1996, p. 6).

Segundo Benoit, é impossível pensar a principal obra de Marx sem pensarmos a luta de classes, e o embate histórico que está contido também neste texto. Para ele, a obra **O Capital** deve ser lida não a partir de um ponto de vista cientificista, mas sim de um ponto de vista dialético e revolucionário. Argumenta dizendo:

Procurar no primeiro livro primeiro de O capital as exigências de uma cientificidade pretensamente separada da própria luta de classes, uma cientificidade exclusivamente positiva, unilateral, limitada ao rigor da racionalidade analítica ou do "entendimento" (*Verstand*) constitui-se (e sempre se constituiu) na matriz fundamental para produzir ou a crítica burguesa (através da sociologia, da economia, da história ou da filosofia), ou a pacificação reformista ou ainda a estagnação burocrática da revolucionária e permanente "inquietação" (*die Unruhe*) que caracteriza essa obra (BENOIT, 1996, p. 35).

A luta de classes, segundo este autor, está no interior da obra de Marx, assim como na exposição de cada conceito que é posto e negado a todo o momento através da utilização da dialética. E Marx consegue fazer isso e se opõe principalmente às teorias econômicas empiristas.

Em contraposição, Ruy Fausto afirma que em **O Capital**, as classes “são postas em inércia”, ou seja, as classes sociais aparecem, mas não são postas em luta. Segundo Fausto, apenas no **Manifesto Comunista**, e em **As lutas de classe na França** e **O Dezoito Brumário de Luiz Bonaparte**, as classes são postas como classes em luta (FAUSTO,

1987, p. 104). Segundo Benoit, a argumentação de Fausto retira a essência e a preocupação fundamental da obra de Marx, ou seja, a luta de classes. Trata-se de uma tentativa de opor um “jovem Marx”, mais revolucionário, ao “velho Marx”, economicista e científico. Ao contrário de Fausto, Hector Benoit afirma que a perspectiva da luta de classes que aparece claramente nos **Manuscritos de Paris**, se mantém presente em **O Capital**, segundo este autor, “Para Marx, a contradição da luta de classes está no interior de cada objeto, de cada mercadoria e também no interior de cada obra teórica produzida no interior de uma sociedade de classes. Portanto, no interior de sua própria obra, **O Capital**” (BENOIT, 1996, p. 16).

Marx e Engels foram os fundadores do comunismo científico, o principal objetivo de seus escritos era analisar a sociedade capitalista para posterior crítica e substituição, tendo em vista uma sociedade verdadeiramente humana. Marx e Engels de maneira alguma naturalizam a história das sociedades. Marx por exemplo, escreve em **O 18 Brumário de Luis Bonaparte**, que história depende dos homens que a constroem e das circunstâncias com as quais estes se defrontam, e é nessa medida que é possível modificá-la tanto para pior, quanto para melhor¹⁸. Os autores do **Manifesto do Partido Comunista** propõem que a sociedade seja organizada de maneira consciente pelos seus produtores, propiciando ao homem finalmente se emancipar do trabalho. Emancipar-se do trabalho não significa afirmar a abolição do trabalho, pois para Marx isso seria impossível, mas significa dizer que o trabalho deve ser visto como meio e não como fim da produção, nesse sentido também a produção seria voltada ao valor de uso e não ao valor de troca das mercadorias.

Marx inicia **O Capital** afirmando que o elemento celular da sociedade capitalista é a mercadoria. Nesta passagem, vemos que Marx não pode ser nem um empirista nem um imediatista, nem um filósofo analítico, pois ao contrário, poderia daí deduzir que a eliminação deste conceito resolveria os problemas da sociedade capitalista, o que não é o caso.

Marx sabe que a mercadoria é o início e não o fim em sua análise, no entanto, a maioria das pessoas pensa que podem conhecer a mercadoria¹⁹. Através da análise dialética

¹⁸ Conferir **O 18 Brumário de Luis Bonaparte** (MARX; ENGELS, 1953, p. 203).

¹⁹ Como ele mesmo afirma em nota “Na sociedade capitalista reina a ficção jurídica de que todo o ser humano, como comprador, tem um conhecimento enciclopédico das mercadorias” (MARX, 1996, p. 42).

Marx inicia o processo de superação dessas verdades mais aparentes. Assim como os gregos pensam conhecer o mundo através da mitologia, os homens modernos pensam conhecer a sociedade através de sua economia. Assim como a mitologia servia de estrutura política e religiosa e até mesmo econômica, na medida em que controlava os desejos e instintos dos gregos, a economia também pretende fornecer uma explicação de mundo tendo como fundamento o comércio das mercadorias.

No decorrer do primeiro capítulo de **O Capital**, as contradições começam a aparecer, colocando em crise as verdades sustentadas pelos teóricos burgueses. Daí, Marx vai da aparência à essência, num processo de superação e síntese. Após apresentar os dois aspectos da mercadoria, valor de uso e valor de troca, os dois aspectos do trabalho: trabalho concreto e trabalho abstrato, chegando ao conceito de valor de maneira determinante mostrando em que medida este conceito adquire vida e autonomia na sociedade capitalista. Como dialético Marx não se contenta em demonstrar apenas essas primeiras contradições, e ainda, demonstra a dificuldade em se compreender o conceito de mercadoria. Mostrando que o trabalho humano fica enevoado quando adquire a forma mercadoria, assim como fica a relação entre capital e trabalho.

1.1.2 Marx e a Dialética do Valor.

A influência de Hegel no pensamento de Marx é claramente expressa em todas as suas obras e principalmente em **O Capital**. Apesar de tecer duras críticas a este e a muitos de seus adeptos, Marx soube utilizar o pensamento de Hegel a seu favor principalmente no tocante a exposição e a formatação de seu método. Dentre as consonâncias e dissonâncias entre Marx e Hegel, escreve ele no Posfácio da Segunda Edição de O Capital:

Meu método dialético, por fundamento, difere do método hegeliano, sendo a ele inteiramente oposto. Para Hegel o processo do pensamento, - que ele transforma em sujeito autônomo sob o nome de idéia, - é o criador do real, e o real é apenas manifestação externa. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ele interpretado (MARX, 1996, p. 16).

Apesar de algumas discordâncias, Marx conhece o peso deste pensador e sua importância para a filosofia e demais ciências. Como filósofo e crítico e, tendo sido seu discípulo, Marx soube usar os elementos que lhes eram pertinentes em seu trabalho de crítica. Dessa maneira comenta:

Critiquei a dialética hegeliana, no que ela tem de mistificação, há quase trinta 30 anos, quando estava em plena moda. Ao tempo que elaborava o primeiro volume de “O Capital”, era costume dos epígonos impertinentes, arrogantes e medíocres, que pontificavam nos meios cultos alemães, comprazerem-se em trabalhar Hegel, tal qual o bravo Moses Mendelssohn, contemporâneo de Lessing, tratara de Spinoza, isto é como um “cão morto”. Confessei-me, então, abertamente discípulo daquele grande pensador, e, no capítulo sobre a teoria do valor, joguei várias vezes com seus modos de expressão peculiares. A mistificação por que passa a dialética nas mãos de Hegel não o impediu de ser o primeiro a apresentar suas formas gerais de movimento, de maneira ampla e consciente. Em Hegel, a dialética está de cabeça para baixo. É necessário pô-la de cabeça para cima, a fim de descobrir a substância racional dentro do invólucro místico (MARX, 1996, pp. 16-17).

É da filosofia de Hegel que Marx extrai o método dialético²⁰, que permeia todo o modo de exposição de **O Capital**. Segundo Aron, para Marx, o pensamento de Hegel é uma síntese conceitual global que repousa na significação filosófica essencial que Hegel reconhece na história (Cf. ARON, 2005, pp. 95- 96). Antes de escrever **O Capital**, Marx relê **A Ciência da Lógica de Hegel** e então decide a forma de expor suas idéias. Assim, utiliza a dialética exposta por Hegel para apresentar o seu pensamento, e resolve iniciar sua exposição das categorias mais simples e puras, e aos poucos se aproximando das categorias mais determinadas, até chegar às mais complexas. Como esclarece Marx: “Porque é mais fácil estudar o organismo como um todo, do que suas células. Além disso, na análise das

²⁰ Segundo Giannotti “A dialética marxista monta notável maquinaria conceitual exprimindo como as relações do homem com a natureza ficam subordinadas à autonomia do processo de produção e valorização e distribuição do capital. Por sua vez, estuda como essa estrutura, dotada de movimento formal próprio, responsável tão-só pela captura do lado mais aparente dos fenômenos, determina modos pelos quais os agentes no processo de criar e distribuir a riqueza social, se relacionam entre si e se individualizam, a fim de estarem preparados a desempenhar papéis previamente fixados. Aponta a determinação recíproca dessas relações sociais de produção com o desenvolvimento das forças produtivas, num jogo de identidades e diferenças que terminaria numa contradição explosiva. Suas análises desdobram-se em confronto com a Economia Política de seu tempo, aproveitando, sempre que possível, os passos da crítica especulativa hegeliana contra as ciências do entendimento” (GIANNOTTI, 2000, p. 125).

formas econômicas, não se pode utilizar nem microscópio nem reagentes químicos. A capacidade de abstração substitui esses meios” (MARX, 1996, p. 4).

Confrontando a tradição, Benoit comenta que é errôneo pensar a relação entre Marx e Hegel de uma maneira linear, assim como pensar uma “lógica dialética Marxista” que tivesse sido extraída diretamente de Hegel, pois a dialética não nasce com Hegel, conforme comenta, Hegel foi quem a fez renascer. Segundo Benoit, e como comenta o próprio Hegel, a dialética teria nascido com os gregos antigos e teria herança platônica. Para Benoit, a dialética Hegeliana está marcada por interpretações equivocadas do pensamento de Platão e pela mescla com a tradição parmenideano-aristotélica da não contradição com uma versão mista e híbrida que caracteriza o neoplatonismo e, sobretudo a obra de Proclus, neoplatônico do século V d.C. Conforme vemos:

A lógica hegeliana é uma fusão fantástica entre a ciência suprema platônica, ou seja, a dialética, com a procurada ciência primeira aristotélica, ou seja, uma onto-teologia. Mas, como se não bastassem esses elementos híbridos, a dialética onto-teológica de Hegel é um método supremo no sentido platônico, mas um método que se funde à lógica instrumental, lógica no sentido aristotélico (BENOIT, 2003).

Para este autor, a maneira correta de se compreender a dialética em Marx seria compreendê-la como um modo de exposição que busca desvendar o real superando assim o método empirista da economia política. “A dialética como modo de exposição é a forma aparentemente mais modesta, mas ao mesmo tempo, a mais documentada e evidente da dialética em Marx” (BENOIT, 2003). Conforme comenta na seguinte passagem:

A dialética é o instrumento metodológico que permite a Marx tentar superar a forma analítica de sua pesquisa, ou seja, a dialética é o método através do qual Marx procura reconstruir a totalidade viva do real. Isto é, a dialética seria o *logos* que procura reconstruir a totalidade viva do real como esta se apresenta antes e aquém da ruptura analítica de um sujeito que, por abstrações perceptivas, se aproximou de partes desta totalidade, a dividindo e a recortando. Aqui estaria a necessidade da dialética em Marx: como e enquanto modo de exposição, a dialética seria o retorno sintético do analítico ou a reconstrução correta do universal (BENOIT, 2003).

Pensar a dialética como um modo de exposição é pensa-la como um elemento inerente, imanente e indispensável à compreensão de **O Capital** e da história viva e

concreta da sociedade capitalista. A dialética em Marx surge da compreensão da totalidade e está ligada a ela de maneira dinâmica. Em uma passagem do Posfácio da Segunda Edição Marx nos dá algumas pistas quando faz a seguinte afirmação:

A investigação tem que se apoderar da matéria, em seus pormenores, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e perquirir a conexão íntima que há entre elas. Só depois de concluir este trabalho é que se pode descrever adequadamente o real. Se isto se consegue, ficará espelhada, no plano ideal, a vida da realidade pesquisada, o que pode dar a impressão de uma construção a priori (MARX, 1996, p. 16).

Notadamente a dialética circunda todo **O Capital** e em especial a primeira seção do livro primeiro com a análise da mercadoria e do valor. Em sua obra Marx em uma maneira de exposição inovadora e acessível à classe trabalhadora²¹ e é nesse sentido que opõe a economia política tradicional. Para Marx, a economia política clássica erra quando começa por categorias gerais e concretas como população, nação e Estado. Segundo Marx, “O concreto é concreto por ser uma concentração (*Zusammenfassung*: concentração, síntese) de muitas determinações, logo uma unidade do múltiplo” (MARX, 1996, p. 631). Ou seja, o concreto é concreto porque já é o resultado de algo anterior, ele não deve ser o ponto de partida, embora seja o ponto de partida na realidade. Por outro lado,

[...] o método de se elevar do abstrato ao concreto é apenas a maneira de o pensamento apropriar-se do concreto e o reproduzir como concreto espiritual (*as ein geistig Konkretes*), mas de maneira nenhuma se trata do processo de gênese (*der Entstehungsprozess*) do próprio concreto” (MARX, 1996, p. 632).

As categorias econômicas mais simples já têm como pressuposto as categorias mais complexas, por exemplo, quando falamos em valor de troca já pressupomos a categoria população, mercado mundial etc. Não é uma construção *apriori* porque o simples e abstrato engloba o complexo e geral, assim como as categorias gerais e complexas têm como pressuposto as categorias abstratas, segundo Marx a totalidade deve ser tomada como

²¹Segundo Benoit “[...] a dialética em Marx é crítica e revolucionária, pois não se limita à racionalidade analítica do entendimento. Em Marx, a análise desemboca num processo duplamente negativo (negação da negação), no qual a negação do caráter negativo da análise é o momento fundamental em que se produz o elevar-se ao domínio de uma racionalidade superior, aquela que caracteriza propriamente o momento da racionalidade dialética” (BENOIT, 1999, p. 84).

concreta somente na medida em que é pensada como concreta, ou como um concreto pensado, ou seja, como um produto que é resultado da apropriação do pensamento (Cf. MARX, 1997, p. 632).

Na medida em que propõe um novo método em outra passagem, Marx se preocupa com a recepção que a sua obra terá entre os leitores:

O método de análise que utilizei e que ainda não fora aplicado aos problemas econômicos torna bastante árdua a leitura dos primeiros capítulos, e é de temer-se que o público francês, impaciente por chegar as conclusões e ávido por conhecer a conexão entre os princípios gerais e as questões imediatas que o apaixonam, venha a enfasiar-se da obra por não tê-la completa desde logo, em suas mãos (MARX, 1996, p. 18).

Em seguida numa emblemática passagem sugere:

Contra esta desvantagem, nada posso fazer, a não ser, antecipadamente, prevenir e acautelar os leitores sequiosos de verdade. Não há estrada real para a ciência, e só tem probabilidade de chegar aos seus cimos luminosos, aqueles que enfrentam a cansaça para galgá-la por veredas abruptas (MARX, 1996, p. 18).

Pensamos que a compreensão da Obra de Marx está diretamente ligada à compreensão de seu método de exposição. A dialética é um elemento imanente ao texto, assim como também é um elemento imanente à própria história e superação da sociedade capitalista²².

1.1.3 Marx e os economistas ingleses

Embora a moderna teoria econômica que busca compreender os movimentos da sociedade burguesa tenha começado com Adam Smith (1723-1790) e se concretizado com David Ricardo (1772-1823) e Karl Marx (1817-1883), existem elementos e autores que são

²² Segundo Antunes e Benoit, a partir desse momento “Marx estabeleceu, então, de forma mais clara todo o seu conteúdo analítico, superou as formas empíricas de suas investigações e elevou-as ao caminho da exposição dialética: caminho que deve partir da totalidade como concreto indeterminado (enquanto pressuposto); deste momento deve se caminhar pelo abstrato, expondo detalhadamente as diversas formas particulares da totalidade; no terceiro momento, pouco a pouco, ocorre a superação destas formas abstratas que devem retornar ao concreto reconstruído, então, como determinado (totalidade concreta ou universal concreto)” (ANTUNES; BENOIT, 2009, p. 18).

determinantes na obra desses pensadores aos quais Marx se apropria a todo o momento seja para exaltar, seja para criticar²³.

A principal obra de Marx tem como título **O Capital**: Crítica da Economia Política. As concepções aparentes, ilusórias e abstratas, tomadas como verdadeiras pelos economistas ingleses são os alvos da crítica contundente de Marx que buscará desvelar a realidade contraditória encoberta por formas mistificadoras. Sob o modo de produção capitalista, os indivíduos aparecem como independentes e autônomos entre si, são postos como iguais, e não divididos em classes antagônicas. Presos a essas concepções, estavam os filósofos e economistas burgueses e conservadores, entre os quais podemos citar Hegel, Adam Smith e David Ricardo.

A análise e a investigação de Marx são direcionadas à compreensão minuciosa das relações de produção estabelecidas no interior do modo capitalista de produção. A forma social que o processo de produção adquiriu na sociedade capitalista é o objeto central dessa investigação. Não se trata de um estudo sobre o aspecto técnico, esse aparece apenas como suporte para a análise acerca da totalidade das relações sociais de produção. O fundamento dessa análise concentra-se na investigação das relações sociais entre as pessoas envolvidas no processo de produção, para então se compreender a estrutura econômica da sociedade do capital.

Marx crítica a economia política clássica, pois ela toma categorias burguesas como naturais. Por exemplo, nem se espantam em pensar que na sociedade capitalista, as relações entre as pessoas foram convertidas numa relação entre coisas, entre mercadorias. De maneira geral, a economia política nunca deu a importância devida à forma de manifestação do valor, e talvez por isso nunca tivesse conseguido explicar de maneira adequada o conteúdo que essa forma tem oculto. Como explica:

Uma das falhas principais da economia política clássica é não ter conseguido devesar, - partindo da análise da mercadoria e, particularmente, do valor da mercadoria, - a forma do valor, a qual o

²³ Na leitura de **O Capital** percebemos o afincado debate que Marx trava tanto com pensadores de seu tempo, assim como, pensadores, ou teorias anteriores, as quais, ele valoriza em todo o texto, tais como os Panfletos de Nicholas Barbon, Cantillon, John Locke, Quesnay, e teóricos mercantilistas dentre outros que tiveram enorme importância para a história do pensamento.

torna o valor de troca. Seus mais categorizados representantes como A. Smith e Ricardo tratam com absoluta indiferença a forma do valor ou a consideram-na mesmo alheia à natureza da mercadoria. O motivo não decorre apenas de a análise da magnitude do valor absorver toda a sua atenção. Há uma razão mais profunda. A forma do valor do produto do trabalho é a forma mais abstrata, mais universal do modo de produção burguês, que através dela, fica caracterizado uma espécie de produção social de acordo com a natureza histórica. A quem considere esse modo de produção a eterna forma natural da produção social, escapará, necessariamente, o que lhe é específico da forma do valor e em consequência, da forma mercadoria e dos seus desenvolvimentos posteriores, a forma dinheiro e a forma capital etc (MARX, 1996, p. 90).

Em Smith e Ricardo, a lei do valor foi tratada como objeto central para que através dela pudessem encontrar as “leis naturais” que regem a sociedade capitalista²⁴. Em Marx não é diferente, pois a lei do valor aparece como elemento chave para que se alcance a compreensão das relações econômicas desenvolvidas na sociedade capitalista²⁵. Todavia, ao contrário dos economistas clássicos, a teoria do valor em Marx não é a essência da naturalidade das relações sociais, mas pelo contrário, a teoria do valor tal como aparece em **O Capital** é justamente a negação dessa naturalidade, pois constitui os alicerces fundamentais da sua determinação histórica, não constitui uma forma natural, mas sim uma forma social.

[...] E, para esclarecer de uma vez por todas, direi que toda a economia clássica que desde W. Petty investiga os nexos causais das condições burguesas de produção, ao contrário da economia vulgar que trata apenas das relações aparentes, ruma continuamente o material fornecido há muito tempo pela economia científica, a fim de oferecer uma explicação científica, a fim de oferecer uma explicação plausível para os fenômenos mais salientes, que sirva ao uso diário da burguesia, limitando-se, de resto, a sistematizar pedantemente e a proclamar como verdades eternas,

²⁴ Grespan tece um interessante comentário a respeito da naturalidade com que os economistas tratam a Lei do Valor e diz: “O aspecto mais conhecido da crítica de Marx à economia política é o de que esta considera suas categorias e formulações universais e eternas da realidade social, correspondendo justamente ao que Locke chamava de “estado de natureza”, esfera logicamente anterior ao pacto político e imune às variações históricas. No caso da teoria do valor, a objeção marxiana significa que as formas típicas da sociedade capitalista e mercantil são assim generalizadas e vistas como fundantes de qualquer forma social, sendo, portanto, inevitáveis (GRESPLAN, 2001, p. 66).

²⁵ Conforme Bianchi “O núcleo central da investigação marxista sobre o valor, e o ponto nodal de diferença entre esta investigação e a investigação clássica é constituído pelo problema do “trabalho abstrato”, ou seja pela sua função histórica e pelo seu papel específico no modo de produção capitalista[...]”(BIANCHI, 1981, pp. 101-102).

as idéias banais, presunçosas dos capitalistas sobre o seu próprio mundo, para eles o melhor dos mundos (MARX, 1996, p. 90).

Conforme comenta Grespan (2001 p. 67), a generalização das condições burguesas deixa escapar a peculiaridade do passado e a do presente, ou seja, não só significa um anacronismo no estudo das sociedades anteriores, mas também esconde o fato da capitalista constituir “um tipo histórico” que surgiu em certo momento e que está igualmente fadado a desaparecer.

Marx diz que dentre os poucos economistas que como S. Bailey se ocuparam com a análise da forma do valor, não podiam chegar a nenhum resultado, primeiro porque confundiram forma do valor e valor, e segundo porque, sob a influência do espírito burguês, prático e imediato, fixaram sua atenção, *a priori* e com exclusividade, no aspecto quantitativo da questão.

Na nota 31 de O Capital, Marx explica que:

[...] Quanto ao valor em geral, a economia política clássica não distingue, expressamente e com plena consciência, entre o trabalho representado no valor e o mesmo trabalho representado no valor de uso do produto. É claro que faz de fato essa distinção, ao considerar o trabalho, ora qualitativa ora quantitativamente. Mas não lhe ocorre que a distinção puramente quantitativa dos trabalhos pressupõe sua unidade qualitativa, sua homogeneidade, sua redução, portanto, a trabalho humano abstrato (MARX, 1996, p. 57).

A economia política clássica não compreendeu conceitos como trabalho representado no valor e no valor de uso, nunca pode também chegar ao conceito de trabalho abstrato²⁶, segundo Marx, por conta do método que sempre utilizou: o empirismo das escolas inglesas, por um lado, e o caráter de classe de tais pensadores por outro. Segundo Antunes (2005, p. 30), se Marx fosse um empirista após o processo de abstração, nunca

²⁶ Bianchi salienta que “[...] embora a economia clássica, especialmente nos seus máximos expoentes, Smith e Ricardo, implicitamente faça distinção entre trabalho concreto e trabalho abstrato, considerando o trabalho, pela primeira vez, quantitativamente, pela segunda, qualitativamente, não esclarece nunca o salto “qualitativo” que existe entre os dois momentos: que é, pois o “salto” entre a forma do trabalho “em geral” e a forma capitalista de trabalho [...] Essa falta de análise traduz-se, depois, a um nível mais alto, na indistinção entre trabalho que, enquanto tal, cria valores, isto é, satisfaz determinadas necessidades, e trabalho assalariado – a forma de trabalho capitalista – que, produzindo valores de troca, cria mais valia” (BIANCHI, 1981, p. 69).

teria chegado ao conceito de trabalho abstrato assim como a economia vulgar que não consegue ultrapassar o nível aparente do mundo das trocas²⁷.

Estes pensadores nunca deram respostas satisfatórias a respeito da origem do lucro do capitalista e da origem do capital. Ao contrário desses pensadores, o objetivo de Marx estava voltado para descobrir as leis que regem um determinado sistema histórico e social que estava fadado a ser substituído por outro, justamente porque era historicamente determinado. Pensamos que o conceito de valor é um conceito violento, e que se potencializa a partir do surgimento e do desenvolvimento do capitalismo determinando de maneira intransigente o modo de vida no interior desta sociedade.

1.2 DO VALOR DE USO À TEORIA DO VALOR

Marx inicia a sua análise crítica a cerca da sociedade capitalista em **O Capital**, afirmando que no modo mais elementar, aparente e mistificado, a riqueza da sociedade capitalista caracteriza-se por uma “imensa coleção de mercadorias”. A mercadoria como forma celular dessa riqueza deve ser analisada atentamente.

A mercadoria é algo que está fora do homem e possui a capacidade de satisfazer necessidades humanas, seja de que natureza for, do estômago ou da fantasia²⁸. Nesse sentido, aos olhos dos agentes da sociedade capitalista, a mercadoria é tomada como riqueza que deve ser apropriada a qualquer custo para a satisfação destas necessidades. A mercadoria já nasce virtuosa e cintilante, ela aparece (*erscheint*) à consciência alienada da sociedade burguesa dotada de vontade e vaidade, não conta a sua história, só mostra seus misteriosos poderes.

1.2.1 A mercadoria e o seu duplo aspecto

²⁷ Embora Marx reconheça o gabarito dos autores clássicos, ele também reconhece os limites, conforme comenta Bianchi “Marx, de fato, por um lado, retoma e exalta, da investigação clássica, aqueles aspectos que tiveram o peso e a importância de verdadeiras e autênticas descobertas científicas, por outro, liberta definitivamente tal investigação daquelas escórias e daqueles limites burgueses que a envolveram em insuficiência e contradições insuperáveis” (BIANCHI, 1981, p. 101).

²⁸ Em nota diz-se que desejo vem de necessidade e é tão natural o apetite do espírito assim como a fome para o corpo. (MARX, 1996, p. 41).

Marx segue sua análise a respeito da mercadoria afirmando que, sendo que ela é um objeto ou uma coisa²⁹ qualquer, pode ser analisada sob dois aspectos distintos: qualitativo e quantitativo. Não importa a maneira como a coisa satisfaz a necessidade humana, pode ser diretamente como meio de subsistência, ou indiretamente como meio de consumo (Cf.1996, p. 42).

A utilidade que uma coisa possui faz dela um valor de uso. Esse valor de uso independe das propriedades que estão inerentes à mercadoria, no entanto, só existe através delas. Um valor de uso é um bem, onde não se verifica a quantidade de trabalho que se utilizou para obter suas qualidades³⁰. O valor de uso só se realiza na utilização ou no consumo. É a utilidade mesma da coisa, do objeto, na sua forma natural onde só se consideram as atribuições naturais. A simples análise do valor de uso considera que os aspectos quantitativos e qualitativos são inerentes ao objeto (Cf. MARX, 1996, p. 42). O valor de uso pode existir independente da mercadoria, no entanto a mercadoria não pode existir sem o valor de uso. Quem com o seu trabalho produz para satisfazer as suas necessidades, produz valor de uso, mas não mercadoria. Os elementos da natureza existem como valores de uso, por exemplo: o ar e a terra³¹. Conforme comenta Engels em nota na 4º

²⁹ Segundo Rubin (1980) o método de Marx “[...] aplica uma distinção coerente entre forças produtivas e relações de produção, entre o processo material da produção e sua forma social, entre o processo de trabalho e o processo de formação do valor. A Economia Política trata da atividade de trabalho humana, não do ponto de vista de seus métodos técnicos e instrumentos de trabalho, mas do ponto de vista da sua forma social. Trata das relações de produção que se estabelecem entre as pessoas no processo de produção. Mas, como na sociedade mercantil-capitalista as pessoas estão vinculadas por relações de produção através da transferência de coisas, as relações de produção entre as pessoas adquirem um caráter material. Esta materialização ocorre porque a coisa através da qual as pessoas mantêm determinadas relações umas com as outras desempenha um papel específico, vinculando pessoas – papel de “intermediária” ou “portadora” dessa determinada relação de produção. Além de existir material ou tecnicamente como bem de consumo ou meio de produção concreto, a coisa parece adquirir um meio de produção concreto, a coisa parece adquirir uma existência social ou funcional, isto é, um particular caráter social através do qual essa determinada relação de produção se expressa, e que confere às coisas uma particular forma social. Assim as noções básicas ou categorias da Economia Política expressam as formas *sócio-econômicas* básicas que caracterizam os diversos tipos de relações de produção entre pessoas, que se mantêm unidas por coisas através das quais se estabelecem essas relações entre elas. (RUBIM, 1980, p. 44).

³⁰ Marx em nota cita John Locke onde se lê que: “O valor natural de qualquer coisa consiste em sua capacidade de prover as necessidades ou de servir as comodidades da vida humana” (MARX *apud* Locke, 1996, p. 42).

³¹David Ricardo (1772-1823) já alerta que “a água e o ar são extremamente úteis; são, de fato, indispensáveis à existência, embora em circunstâncias normais, nada se possa obter em troca deles. O ouro

edição de **O Capital**³² o camponês medieval produzia o trigo do senhor feudal e o dízimo e nem por isso produzia mercadoria, para se tornar mercadoria o produto tem que ser transferido a quem vai servir como valor de uso, por meio da troca, pois já não é um valor de uso para o seu possuidor. Marx demonstra que na sociedade capitalista o valor de uso torna-se ao mesmo tempo, o veículo material do valor de troca³³.

Conforme Rosdolsky (2001, p 75), Marx critica a economia política clássica, principalmente David Ricardo, por ter feito uma análise incompleta do valor de uso. Como podemos ler na seguinte passagem:

Entre as numerosas manifestações críticas de Marx sobre o sistema de Ricardo, chama a atenção uma observação que aparece apenas nos *Grundrisse*: a de que, em sua economia, Ricardo abstrai o valor de uso, que só se refere de modo obscuro a uma categoria tão importante, e que por isso, em sua obra, ela permanece como “um simples pressuposto” (ROSDOLSKY *apud* MARX, 2001, p. 75).

Para este autor, não só Ricardo, mas também muitos dos seus sucessores relutaram em prescindir o valor de uso do valor de troca. Os ricardianos parecem tomar o valor de uso como fora da esfera da economia política ou desligado dela. Comenta Rosdolsky (2001, p. 76) que Rudolf Hilferding (1877-1941), por exemplo, considera o valor de uso como uma premissa necessária à existência da mercadoria, mas ser mercadoria é uma determinação independente do valor de uso. Paul Sweezy (1910-2004) afirma que Marx exclui o valor de uso da esfera da investigação da economia política por não expressar diretamente uma relação social, argumentando que a posição de Marx exigia que as categorias econômicas deveriam ser categorias sociais. Segundo Rosdolsky (2001, p. 498), o objetivo de Marx nunca foi o de refutar o tratamento capitalista dado ao valor de uso, mas sim, de explicar cientificamente um fato peculiar da produção mercantil capitalista (e da produção de mercadorias em geral). Para poder satisfazer as necessidades humanas, os valores de uso

ao contrário, embora de pouca utilidade em comparação com a água, poderá ser trocado por uma grande quantidade de outros bens” (RICARDO, 1982, p. 43).

³² (Cf. MARX, 1996, p. 48)

³³ Em nota, Rosdolsky fala da polêmica com economistas da escola ricardiana que lêem o valor-de-uso apenas como substrato do valor de troca e segue “(...) Marx nunca disse que no capitalismo os valores de uso são apenas o “substrato material do valor de troca”; disse que são “ao mesmo tempo” (*Das Kapital*, 1, p. 40), e essas são duas informações muito diferentes” (ROSDOLSKY, 2001, p. 498).

devem impor-se em primeiro lugar como valores de troca. O valor de uso da mercadoria aparece aí como algo determinado historicamente pela forma-mercadoria. E prescindir valor de uso do valor de troca como faz a economia política “acadêmica” só pode resultar numa incongruência completa.

Em sua exposição sobre a mercadoria em **O Capital** Marx demonstra que o valor de troca à primeira vista aparece como uma possibilidade normal de troca entre duas coisas. Pode-se assim, trocar qualquer mercadoria por outra, numa relação puramente quantitativa entre valores de uso distintos, mudando constantemente no tempo e no espaço³⁴. Assim, na sociedade mercantil, qualquer mercadoria pode ser trocada por outra, sendo que esteja na proporção adequada. Nessa relação, o valor de troca é identificado como algo casual e imanente ao valor de uso, o que é segundo Marx, uma contradição³⁵ em termos.

Qualquer mercadoria se troca por outras, nas mais diversas proporções, por exemplo, um *quarter* de trigo por x de graxa, ou y de seda ou z de ouro etc. Ao invés de um só o trigo tem muitos valores-de-troca. Mas uma vez que cada um dos itens separadamente – x de graxa ou y de seda ou z de ouro, — é o valor-de-troca de um *quarter* de trigo, devem x de graxa, y de seda e z de ouro, como valores-de-troca, ser permutáveis e iguais entre si. Daí se deduz, primeiro: os valores-de-troca vigentes da mesma mercadoria expressam todos um significado igual; a forma de manifestação de uma substância que dele se pode distinguir (MARX, 1996, p. 43).

No interior do ambiente do mercado, dois possuidores racionais e plenos de liberdade resolvem permutar mercadorias não úteis para si próprios, ou seja, não valores de uso para si, mas sim ao outro, que possui também um não valor de uso para si, efetuando uma troca perfeitamente honesta. Como já foi afirmado, na sociedade capitalista o produto adquire uma forma estranhamente peculiar por possuir um duplo aspecto: um valor de uso que é a condição de existência natural do objeto, e um valor de troca, que é a perfeita

³⁴ Marx, na Contribuição à Crítica da Economia Política (texto anterior a **O Capital**) em nota, faz menção a Aristóteles quanto à dupla utilidade que um bem pode possuir e segue dizendo “Porque todo bem pode servir para dois usos (...) Um é próprio à coisa em si, mas não o outro; assim uma sandália pode servir como calçado, mas também como objeto de troca. Trata-se nos dois casos, de valores de uso da sandália, porque aquele que troca a sandália por aquilo que necessita, alimentos, por exemplo, serve-se também da sandália. Contudo, não é este o seu uso natural. Pois que a sandália não foi feita para a troca. O mesmo se passa com os outros bens” (MARX *apud* ARISTÓTELES, 1983, p. 63).

³⁵ “Para Marx, a contradição da luta de classes está no interior de cada objeto, de cada mercadoria e também no interior de cada obra teórica produzida no interior de uma sociedade de classes. Portanto, no interior da sua própria obra, **O Capital**” (BENOIT, 1996, p. 16).

possibilidade de troca entre duas mercadorias distintas, ou seja, a condição de existência social do objeto na sociedade mercantil. Estranhamente, o processo da troca mercantil efetua uma inversão, na medida em que, no ato da troca à mercadoria adentra o ambiente do mercado como um não valor de uso para o seu possuidor, e um possível valor de uso para o seu não possuidor. O valor de uso torna-se somente uma possibilidade, que irá se concretizar na medida em que se concretizar o seu valor de troca. Do ponto de vista do dono da mercadoria, ela só lhe interessa na medida em que possua um valor de troca realizável. Sob a ótica do processo de troca, “Põem-se de lado os valores de uso das mercadorias, quando se trata da relação de troca entre elas. É o que evidentemente caracteriza essa relação. Nela, um valor de uso vale tanto quanto o outro, quando está presente na proporção adequada” (MARX, 1996 p. 44).

Adiante na exposição, Marx mostra que na sociedade capitalista, a igualdade existente na relação de troca entre duas mercadorias é derivada do aspecto quantitativo das mercadorias. A igualdade quantitativa entre as diferentes mercadorias torna-se condição de possibilidade de existência do processo de troca mercantil, sem a qual, este deixaria de existir. Quando duas mercadorias são igualadas no interior do mercado, o seu aspecto qualitativo, ou seja, as qualidades úteis inerentes à existência de cada uma delas são desconsideradas. Um valor uso valerá tanto quanto o outro quando posto na proporção adequada, por exemplo, é possível igualar 1 *quarter* de trigo à *n quintais* de ferro. Sendo essas duas coisas totalmente distintas, o que significa então essa igualdade? Nada mais que dizer que essas duas mercadorias são iguais a uma terceira coisa que delas é distinta. Ou seja, existe algo que permite a igualdade. Para Marx essa coisa comum não pode ser uma propriedade física, nem geométrica, nem química, pois estas propriedades só interessam ao valor de uso, e na relação de troca são abstraídas (Cf. MARX, 1996, p. 44). Diz Marx que: “como valores de uso, as mercadorias antes de tudo são de qualidades diferentes; como valores de troca, só podem ser de quantidades diferentes, não contendo, portanto nenhum átomo de valor de uso” (MARX, 1996, p. 44).

Marx chega à conclusão de que quando se abstrai o valor de uso das mercadorias só lhe resta uma propriedade, a saber: a de ser o produto do trabalho humano socialmente

igual³⁶. A análise de Marx avança dialeticamente buscando entender como os produtos podem ser igualados no interior do mercado através do trabalho socialmente igual.

Isolar o valor de uso para Marx significa isolar as qualidades úteis que fazem de uma mercadoria um valor de uso, é um processo de abstração que dilacera e dissolve as qualidades materiais dos objetos. Casa, mesa, barco, todos esses objetos tornam-se iguais no processo de troca, na medida em que possuem a mesma quantidade de trabalho humano socialmente igual. A natureza do trabalho também é aí toda abstraída: “[...] não é mais o trabalho do marceneiro, do padeiro do fiandeiro ou de qualquer outra forma de trabalho produtivo” (MARX, 1996, p. 44). O caráter útil do trabalho corporificado, e dos produtos do trabalho, são todos abstraídos desse processo. As diferentes formas de trabalho não mais se distinguem, e se tornam uma só ou uma única espécie: o trabalho humano abstrato. Esse trabalho pode ser considerado em Marx como um trabalho geral que despreza todas as formas particulares de trabalho abstraindo assim todas as contradições implicadas.

Nada nelas deles resta a não ser a mesma objetividade impalpável, a massa pura e simples do trabalho humano em geral, do dispêndio de força de trabalho humana, sem consideração pela forma como foi despendida. Esses produtos passam a representar apenas força de trabalho humana, gasta em sua produção, o trabalho humano que neles armazenou. Como configuração dessa substância social que lhes é comum, são valores, valores-mercadorias (MARX, 1996, p. 45).

O próprio processo de troca revela o caráter independente do valor de uso e do valor de troca, e o que se mostra comum na relação de troca é o próprio valor das mercadorias³⁷. Marx, diferentemente dos economistas, demonstra o quão importante é a análise da categoria trabalho para a compreensão do conceito de valor das mercadorias. Agora, já sabe o autor, que não é qualquer trabalho que forma o valor, mas sim, um trabalho em geral sem considerar as atribuições particulares. Agora Marx já sabe que o valor de troca é apenas a forma de manifestação de um conteúdo dele distinguível que é valor das mercadorias. Conseqüentemente, conclui-se que o valor de troca só pode ser um elemento externo a

³⁷ Marx entende valor aqui, como certa quantidade de trabalho socialmente igual corporificado na mercadoria (Cf. MARX, 1996, p. 45).

mercadoria, pois só poderá ser definido na relação de troca³⁸. O processo dialético mostra que a primeira contradição, a saber, valor de uso e valor de troca, se dilui, porque é uma falsa contradição, ou uma contradição apenas aparente, surge neste momento uma contradição real que é a oposição entre valor de uso e valor.

1.2.2 Substância do Valor.

Marx se propõe investigar o conteúdo deste novo elemento, deixando de lado momentaneamente a análise do valor de troca ou sua forma, como será caracterizado adiante. Esse terceiro elemento é o que vai propiciar que as mercadorias possam ser trocadas no interior do mercado. O valor surge como um termo de igualdade comum que tem a capacidade de abstrair as qualidades tanto do objeto útil, quanto do trabalho nele aplicado. Ele surge como elemento estranho ao valor de uso, totalmente independente, fruto de um processo de negação do valor de uso.

Do ponto de vista da troca mercantil, um valor de uso só possui valor por que nele está corporificado, materializado, trabalho humano abstrato. Como medir a grandeza do seu valor? Medindo a quantidade da substância criadora de valor: o trabalho. A quantidade de trabalho, por sua vez, mede-se pelo tempo de sua duração, e o tempo de trabalho, por frações de tempo, como hora, dia etc (Cf. MARX, 1996, p. 45). “A substância do valor da mercadoria está no trabalho humano e a grandeza desse valor é determinada pela grandeza do trabalho humano” (CAFIEIRO, 1987, p. 15). O que constitui a substância dos trabalhos das mercadorias? Para Marx o “trabalho humano homogêneo” constitui-se de “Toda a força de trabalho da sociedade, — que se revela nos valores do mundo das mercadorias, vale aqui

³⁸ Antunes comenta: “Agora esta oposição começa a adquirir uma feição bastante misteriosa: como pode um mesmo valor de uso possuir múltiplos valores de troca sem, contudo, deixar de ser ele mesmo, um simples valor de uso destinado a satisfazer uma necessidade qualquer? Marx percebe a falsidade de conceber a oposição exterior entre valor de uso e valor de troca como uma oposição real, percebe que esta *contradictio in adjecto* é uma falsa contradição, que ela não passa de uma mera contrariedade entre termos externos que ela não passa de uma falsa aparência da contradição real existente. Para sairmos desta falsa oposição e descobrirmos a verdadeira oposição presente nas trocas devemos considerar duas coisas fundamentais, diz Marx: “primeiro: os valores de troca da mesma mercadoria expressam algo igual. Segundo, porém: o valor de troca só pode ser o modo de expressão [Ausdrucksweise], a forma de manifestação [Erscheinungsform] de um conteúdo dele distinguível” (ANTUNES, 2005, pp. 28-29).

por força de trabalho única embora se constitua de inúmeras forças de trabalhos individuais” (Marx, 1996, p. 45).

Todas as forças de trabalho da sociedade se tornam uma, na medida em que adquirem um caráter médio, considerando que o tempo de trabalho socialmente necessário seja o tempo de trabalho requerido para a produção de um valor de uso qualquer, nas condições normais de produção. É preciso levar em conta também que a destreza e a intensidade de trabalho são diferentes no interior da sociedade. “O que determina a grandeza do valor, portanto, é a quantidade de trabalho socialmente necessário ou um tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de um valor de uso” (Marx, 1996, p. 46). Dessa maneira, esclarece a frente que: “Mercadorias que contêm iguais quantidades de trabalho, ou que podem ser produzidas no mesmo tempo de trabalho possuem, conseqüentemente, valor da mesma magnitude” (Marx, 1996, p. 46). Desta forma, as mercadorias podem ser igualadas no mercado, e o valor de uma mercadoria poderá se relacionar com o valor de qualquer outra mercadoria no interior do mercado, assim como o tempo de trabalho necessário para a produção de cada uma das duas.

Para criar mercadoria, é mister não só produzir valor de uso, mas produzi-lo para outros, dar origem a valor de uso social [...] Finalmente, nenhuma coisa pode ser mercadoria se não é objeto útil. Se não é útil, tampouco será o trabalho nela contido, o qual não conta como trabalho e, por isso, não cria nenhum valor (MARX, 1996, p. 48).

A partir dessas considerações, Marx passará a analisar o trabalho sob um duplo aspecto, a saber: como criador de valor de uso e como criador de valor. Sendo que a grandeza do valor se define pela quantidade de trabalho socialmente necessário aplicado a cada mercadoria, se o trabalho aplicado em duas mercadorias distintas for o mesmo, a grandeza do valor também o será. Porém, é preciso considerar que existem variações na força produtiva, e que a produtividade é determinada pelas mais diversas circunstâncias, ou seja, a maior habilidade ou menor dos trabalhadores, o grau de desenvolvimento da ciência e sua aplicação etc. Enfim, existem diferentes motivos que podem ordenar a maior ou menor produtividade do trabalho, sendo que uma mesma quantidade de trabalho pode produzir uma quantidade potencialmente diferente de mercadorias.

De toda a maneira, é o trabalho socialmente igualado que determinará a magnitude do valor das mercadorias, conforme comenta:

Quanto maior a produtividade do trabalho, tanto menor o tempo de trabalho requerido para produzir uma mercadoria, e quanto menor a quantidade de trabalho que nela se cristaliza, tanto menor o seu valor. Inversamente, quanto menor a produtividade do trabalho, tanto maior o tempo de trabalho necessário para produzir um artigo e tanto maior o seu valor. A grandeza do valor de uma mercadoria varia na razão direta da quantidade, e na inversa da produtividade do trabalho que nela se aplica (MARX, 1996, p. 47).

Sendo dois valores de uso, como casaco e linho, qualitativamente diversos, também serão os trabalhos que deram origem à existência de tais produtos (trabalhos esses que também satisfazem necessidades particulares). Para produzir um valor de uso, como casaco ou linho, é necessário um tipo de atividade produtiva determinada a um fim; por exemplo, a atividade de tecelão ou alfaiate. Esse trabalho útil e específico é denominado por Marx de trabalho concreto, pois sua utilidade se patenteia no valor de uso do produto e é sempre associado à atividade útil do objeto. Marx mostra que, somente valores de uso qualitativamente distintos podem ser permutados sob a ótica de trabalhos diversos. Por exemplo, pode-se trocar dois produtos de trabalho diferentes, como o produto do trabalho do tecelão, e o produto do trabalho do produtor de linho. A condição para que exista a produção de mercadorias é a divisão social do trabalho, embora a produção de mercadorias não seja condição necessária para a existência da divisão social do trabalho. Não se contrapõem como mercadorias produtos com trabalhos qualitativamente iguais. Conforme o autor (1996, p. 49), só se contrapõe como mercadorias produtos de trabalhos privados e autônomos, independentes entre si. O valor de uso de cada mercadoria representa determinada atividade produtiva subordinada a um fim, isto é, um trabalho útil particular. Desse modo, valores de uso não podem se opor como mercadorias, quando neles não estão inseridos trabalhos úteis qualitativamente distintos.

Na sociedade de produtores de mercadorias, onde se percebe uma divisão social do trabalho, o caráter qualitativo do trabalho se torna indiferente, assim como o fim último do

valor de uso da mercadoria. Tanto faz ser usado pelo alfaiate ou pelo freguês do alfaiate. O objeto não é produzido com o fim da utilização, mas sim da troca.

Tanto a mercadoria, como o trabalho, possui agora um duplo aspecto, o de criarem valores de uso, e o de criarem valores. No entanto, agora, quando se consideram dois valores de uso distintos, tais como, casaco e linho, analogamente, abstrai-se as atividades que geraram esses valores, a saber, as atividades de alfaiate e a de tecelão. A origem desses trabalhos perde o viés primordial, tornando esses trabalhos apenas fruto de trabalhos homogêneos, considerados apenas como dispêndio de força de trabalho. Põe-se de lado a atuação produtiva: a atividade de tecelão e a atividade de alfaiate. Os trabalhos distintos qualitativamente e de naturezas também distintas qualitativamente nessa equação tornam-se quantitativamente iguais³⁹.

Como valores, casaco e linho possuem grandezas distintas, e a pressuposição que Marx faz é que: aceitando que o casaco valha o dobro que 10 metros de linho, de onde extraímos esta diferença entre os valores? Não poderia ser outra coisa, senão o fato de no linho estar contido a metade do trabalho que está contido no casaco.

Abstraindo as características tanto do objeto útil, quanto trabalho inserido no objeto, a única coisa que resta é o trabalho humano. Por isso, diz Marx que para o casaco, tanto faz ser usado pelo alfaiate ou pelo freguês do alfaiate. A existência da relação entre o casaco e o trabalho que o produz, não depende da criação de um trabalho útil especial, sendo que, antes mesmo de existir o ofício de alfaiate, o homem sempre costurou para cobrir o seu corpo. O trabalho como criador de valores de uso sempre existiu e sempre foi indispensável à existência do homem, em qualquer forma de sociedade como uma atividade produtiva, adequada a um determinado fim estabelecendo um intercâmbio perpétuo entre homem e natureza para a manutenção da vida humana. Assim, as mercadorias só podem ser a conjunção desses dois fatores: matéria fornecida pela natureza e trabalho, sendo que,

³⁹ “O produto deixa de ser o resultado imediato da atividade do produtor individual para tornar-se produto social, comum, de um trabalhador coletivo, isto é, da combinação de trabalhadores, podendo ser direta ou indireta a participação de cada uma delas na manipulação do objeto sobre que incide o trabalho”. “[...] Para trabalhar produtivamente não é mais necessário executar uma tarefa de manipulação do objeto de trabalho; basta ser órgão do trabalhador coletivo, exercendo qualquer uma das suas funções fracionárias” (MARX, 1996, p. 584).

segundo Marx, o homem atua somente quando interage com ela, modificando a forma da matéria fornecida pela natureza. E segue:

[...] enfim, as mercadorias são conjunções de dois fatores, matéria fornecida pela natureza e trabalho. Extraíndo-se a totalidade dos diferentes trabalhos úteis incorporados ao casaco, ao linho etc.; resta sempre um substrato material, que a natureza sem a interferência do homem, oferece. O homem, ao produzir, só pode atuar com a própria natureza, isto é mudando as formas da matéria. E mais. Nesse trabalho de transformação, é constantemente ajudado pelas forças naturais. O trabalho não é, por conseguinte, a única fonte de valores de uso que produz, da riqueza material. Conforme diz Willian Petty o trabalho é o pai, mas a mãe é a terra (MARX, 1996, p. 50).

Quando analisamos a mercadoria como objeto que possui valor, vemos que os diferentes trabalhos úteis inseridos na mesma são abstraídos da relação. Por isso, diz Marx “O valor da mercadoria, porém representa trabalho humano simplesmente, dispêndio de trabalho humano em geral” (MARX, 1996, p 51). Em outra passagem diz, o valor é “Forma objetiva de trabalho social despendido para produzir uma mercadoria” (MARX, 1996, p. 617). Marx passa então a analisar as características e determinações deste trabalho que forma o valor das mercadorias.

Marx demonstra que trabalho humano mede-se pelo dispêndio da força de trabalho simples, ao qual, em média, todo homem comum sem educação especial possui em seu organismo. Porém, o trabalho simples e médio, muda de caráter com os diferentes países e estágios da civilização, mas é dado numa determinada sociedade. Trabalho complexo ou qualificado vale como trabalho simples, potenciado, ou antes, multiplicado, de modo que uma quantidade dada de trabalho qualificado é igual a uma quantidade maior de trabalho simples. E por mais qualificado que seja o trabalho a experiência mostra que uma dada quantidade de trabalho complexa sempre será relativa quantitativamente a uma quantidade maior de trabalho simples. “As diferentes proporções em que as diversas espécies de trabalho se reduzem a trabalho simples, como sua unidade de medida, são fixadas por um processo social que se desenrola sem dele ter consciência os produtores, parecendo-lhes por isso, estabelecidas pelo costume” (MARX, 1996, p 52).

Do ponto de vista do valor de uso, o trabalho contido na mercadoria interessa sempre qualitativamente, e as grandes questões a se debater são: como é o trabalho, ou, o que é o trabalho? Ou seja, aquele que produz com vistas ao valor de uso tem sempre uma preocupação teleológica, pois produz tendo em vista a esfera do consumo. Por outro lado, do ponto de vista da produção do valor, a única grandeza que importa é a grandeza quantitativa. Do ponto de vista da produção do valor, a mercadoria nunca é produzida tendo como fim objetivo à esfera do consumo. A produção capitalista, via de regra, produz tendo como objetivo a troca da mercadoria por outra mercadoria, ou por dinheiro. A preocupação do produtor é sempre a quantidade de mercadorias que ele produz em um determinado tempo, sendo que, como demonstrou Marx, a grandeza do valor das mercadorias depende da quantidade de trabalho nelas inserido.

Para demonstrar que o valor das mercadorias é determinado pela quantidade de trabalho inserido, diz Marx que permanecendo invariável, a produtividade dos trabalhos necessários para a produção de um valor de uso a magnitude do valor dos casacos se elevará com a sua quantidade. Por exemplo, se um casaco representa X dias de trabalho, dois casacos representarão 2 X. Admitamos que se duplique o trabalho necessário para a produção de um casaco, ou que se reduza à metade. No primeiro caso, um casaco passa a ter um valor que antes possuíam dois; no segundo, dois casacos passam a ter o valor de um, embora em ambas as hipóteses, o casaco tenha a mesma utilidade de antes e o trabalho útil nele contido continue sendo da mesma qualidade. Mudou, porém a quantidade de trabalho despendida na sua produção (Cf. MARX, 1996, p. 53).

Nessa medida, uma quantidade maior ou menor de valor de uso cria uma maior riqueza material, sendo que um acréscimo da riqueza material pode levar a um decréscimo do valor. Marx demonstra que uma mesma quantidade de trabalho, em um mesmo espaço de tempo sempre produzirá uma mesma quantidade de valor.

Produtividade é sempre produtividade de trabalho concreto, útil, e apenas define o grau de eficácia da atividade produtiva, adequada a um certo fim, um dado espaço de tempo. O trabalho útil torna-se, por isso, uma fonte mais ou menos abundante de produtos na razão direta de sua produtividade. Por outro lado, nenhuma mudança na produtividade atinge intrinsecamente o trabalho configurado no valor. Uma vez que a produtividade pertence a forma concreta de trabalho, útil de trabalho, não

pode ela influir mais no trabalho quando abstraímos de sua forma concreta, útil. Qualquer que seja a mudança na produtividade, o mesmo trabalho, no mesmo espaço de tempo, fornece, sempre, a mesma magnitude de valor. Mas, no mesmo espaço de tempo gera quantidades diferentes de valores de uso: quantidade maior quando a produtividade aumenta, e menor quando ela decai (MARX, 1996, p. 53).

O que se modifica nesse processo é somente a produção dos valores de uso que podem crescer ou decrescer em um mesmo espaço de tempo. Marx quer demonstrar que o determinante aí é a magnitude do valor inserido nas mercadorias, e que conforme a produção de mais ou menos mercadorias a magnitude do valor de diluirá no montante das mercadorias produzidas, o que irá flutuar nessa relação é somente a quantia de valores de uso produzidos, mas nunca a magnitude do seu valor. Vemos mais uma vez a natureza dúplice do trabalho, a saber, que todo trabalho é, de um lado, dispêndio de força humana de trabalho humano igual ou abstrato, criador do valor das mercadorias. Todo trabalho, por outro lado, é dispêndio de força humana de trabalho, sob a forma especial, para um determinado fim e nessa qualidade de trabalho útil e concreto, produz valores de uso.

Avançado em sua análise, Marx se esforçara em demonstrar que o valor de troca das mercadorias é apenas uma forma aparente, ou ilusória do verdadeiro conteúdo existente no interior da mercadoria.

1.2.3 A forma do valor.

Depois de analisar o valor conjuntamente com a sua substância criadora, Marx voltará a analisar a forma de valor, sua forma necessária de manifestação no mercado. A mercadoria possui uma forma natural que lhe é inerente, no entanto só pode existir como mercadoria por possuir um duplo caráter, a de ser um objeto útil, e por ser possuidora de valor, e é somente assim (é uma condição *sine qua non*) que a mercadoria pode existir como mercadoria, ou seja, por ter uma forma natural e por possuir valor. O grande problema na análise do valor da mercadoria é que a realidade do valor é impalpável, não há nenhum átomo de matéria no valor, diz Marx que ela é imperceptível aos sentidos. Por ser assim, ela confunde o seu possuidor, seu analista, ou até mesmo o economista político.

Marx (1996) mostra que a realidade do valor é confusa, pois não podemos apanhá-la. Em contraste direto com a realidade da mercadoria, nenhum átomo de matéria se encerra no valor, dessa forma, aparece imperceptível aos sentidos “Vire-se e revire-se, à vontade, uma mercadoria: a coisa valor se mantém imperceptível” (MARX, 1996, p. 55). As mercadorias só representam valor na medida em que encarnam uma substância social genérica, ou seja, o trabalho humano, numa relação puramente social, por isso a realidade do valor é apenas social. Assim, diz Marx “partimos do valor de troca ou da relação de troca das mercadorias, para chegar ao valor aí escondido. Temos agora, de voltar a essa forma de manifestação do valor” (MARX, 1996, p. 55).

A forma do valor, ou o valor de troca das mercadorias adquire uma forma comum e geral de representação no interior da sociedade, que é o dinheiro. Sendo assim, Marx se propõe fazer aquilo que nenhum economista burguês tentou fazer: desvendar a gênese da forma dinheiro. E diz:

Para isso, é mister investigar acompanhar o desenvolvimento da expressão do valor contida na relação de valor existente entre as mercadorias, partindo da manifestação mais simples e mais apagada até chegar a esplendente forma dinheiro. Assim desaparecerá o véu luminoso que envolve o dinheiro (MARX, 1996, p. 55).

A mais simples e pura relação que se pode encontrar entre qualquer mercadoria segundo Marx, se expressa na seguinte equação: X da mercadoria $A = Y$ da mercadoria B ou, a quantidade X da mercadoria A vale a mesma quantidade de Y mercadoria B ou se quisermos, 20 metros de linho é igual um casaco, ou 20 metros de linho valem um casaco. Essa equação constitui a relação mais trivial que pode acontecer entre duas mercadorias e é nessa relação tão simples e trivial que segundo Marx é expressa toda a contradição existente na mercadoria (Cf. MARX, 1996, p. 56).

O linho expressa seu valor no casaco que, por conseguinte, serve de material para essa expressão. O linho representa um papel ativo e relativo, e o casaco passivo e equivalente achando-se o casaco na forma equivalente. A forma relativa e a forma equivalente do valor são indissociáveis, pois se determinam reciprocamente, e ao mesmo tempo são extremos que se excluem uma a outra. O valor de uma mercadoria só pode ser

expresso na relação com outra mercadoria. Não se troca, por exemplo, 20 metros de linho por outros 20 metros de linho. Na forma equivalente, o valor de uma mercadoria só pode ser expresso se houver outra mercadoria que se contraponha a ela. A forma relativa do valor pressupõe que a mercadoria seja contraposta à outra como equivalente sendo que uma mercadoria não pode encontrar-se na forma relativa e equivalente ao mesmo tempo. Essa mercadoria que se acha como equivalente não expressa por si mesma o valor, mas fornece o material para a expressão do valor em outra mercadoria. Para Marx todo o segredo da forma valor encerra-se nessa expressão, porém também toda a dificuldade.

A análise da forma relativa do valor exige que Marx desconsidere o aspecto quantitativo da relação entre duas mercadorias, e considere que duas coisas diferentes só se tornam quantitativamente comparáveis depois de sua conversão a uma mesma coisa. Aqui mais uma vez, Marx se diferencia da economia política, na medida em que esta geralmente só vê relação de valor na proporção em que se equiparam quantidades de duas diferentes mercadorias. Assim, diz Marx: “Somente como expressões de uma mesma substância é que elas podem ser comparadas como expressões de grandezas homogêneas, por isso, comensuráveis” (MARX, 1996, p. 57).

Quando se afirma que 20 metros de linho é igual a 1 casaco, implicitamente está se afirmando que linho é igual a casaco, como duas grandezas que são qualitativamente distintas, quando se admite tal equação aceita-se que existe uma igualdade entre essas duas coisas e como grandezas de valor são expressões de coisas de uma mesma natureza. Marx mostra que, comparadas qualitativamente, essas mercadorias não desempenham o mesmo papel e ainda nessa expressão somente o valor do linho é expresso na forma relativa. E como isso é possível? Casaco e linho como equivalentes são permutáveis, porque possuem certa quantidade de valor, e, só por isso podem se trocar mutuamente. Na forma equivalente, o casaco fornece seu corpo como manifestação do valor do linho, ele torna-se figura de valor do linho e é somente assim que pode ser considerado idêntico ao linho. O valor do linho recebe uma expressão precisa, e é somente nessa relação que pode ser permutável com o casaco (Cf. MARX, 1996, p. 57).

As determinações da troca aqui se patenteiam na igualação de trabalhos absolutamente distintos no interior do mercado. Somente no ambiente do mercado que as

mercadorias conseguirão representar o seu valor, todavia, somente conseguira fazer tal feito se representando em outra mercadoria, ou mesmo servindo de representação.

Ao dizermos que, como valores, as mercadorias são trabalho humano cristalizado, nossa análise se reduz a uma abstração, a valor, mas não lhes dá forma para esse valor, distinta de sua forma física. A questão muda quando se trata da relação de valor entre duas mercadorias. Aí a condição de valor de uma se revela na própria relação que se estabelece com a outra (MARX, 1996, p 58).

Quando o casaco é equiparado ao linho como figura que representa valor, igualam-se os diferentes trabalhos pelos quais são produzidos casaco e linho. É claro que o trabalho que produz o linho, e o trabalho que produz o casaco, configuram-se como trabalhos distintos, mas a relação de igualdade que se pressupõe entre estas mercadorias abstrai as características dos trabalhos particulares do tecelão e do alfaiate, subsistindo então aquilo que os torna iguais, ou seja, serem trabalho humano. Nessa medida, diz Marx, o trabalho do tecelão, ao tecer valor, não possui nenhuma diferença com o trabalho do alfaiate, sendo ambos, trabalho abstrato ou socialmente igualado (Cf. MARX, 1996, p 58).

Só a expressão da equivalência de mercadorias distintas põe à mostra a condição específica do trabalho criador de valor, porque ela realmente reduz à substância comum, a trabalho humano simplesmente, os trabalhos diferentes incorporados em mercadorias diferentes (MARX, 1996, P. 58).

Não basta que se expresse o caráter específico do trabalho que criou o valor. Segundo Marx, o mesmo trabalho humano que cria o valor, não é em si valor⁴⁰, porque na medida em que cria valor possui um caráter abstrato, sem forma, genérico e indefinido, mas este trabalho torna-se valor quando se corporifica em um objeto útil qualquer. Do ponto de

⁴⁰ Segundo Marx, “O trabalho é a substância e a medida imanente dos valores, mas ele próprio não tem nenhum valor” (MARX, 1996, p. 619). Os economistas freqüentemente falam em preço do trabalho como se na sociedade capitalista existisse um preço necessário ou natural para o trabalho. Marx diz que isso não pode passar de uma confusão por parte dos economistas. Essa afirmação reduziria a base da sociedade capitalista ao pó. “Admitamos que uma jornada de trabalho de 12 horas esteja representada num valor monetário de 6 xelins. Se se trocam equivalentes, o trabalhador receberá 6 xelins por 12 horas de trabalho. O preço do seu trabalho seria igual ao preço do seu produto. Nesta hipótese, não produziria nenhuma mais valia para o comprador do seu trabalho, os 6 xelins não se transformariam em capital e desapareceria a base da produção capitalista”(MARX, 1996, p. 618).

vista de Marx, o que possui valor é à força de trabalho, ou seja, a capacidade e disposição que todos os homens possuem para desenvolver determinadas atividades⁴¹.

Para podermos expressar o valor de qualquer mercadoria, precisamos expressá-lo em algo material, físico, diferente dela mesma, em algo externo, por exemplo: “para expressar o valor do linho como massa de trabalho humano tem-se que expressá-lo como algo que tem existência material diversa do próprio linho, e ao mesmo tempo, é comum a ele e a todas as outras mercadorias” (MARX, 1996, p. 59). Em outras palavras, um objeto, para expressar seu valor como mercadoria, tem que se equiparar a uma outra mercadoria, totalmente distinta qualitativamente dele mesmo, e por isso com trabalhos concretos, ou se quisermos particulares, ou individuais totalmente distintos cada um entre si, com uma característica somente em comum, a saber, que são frutos de trabalho humano e possuem valor, os trabalhos que as produziram são totalmente abstraídos nessa relação.

O objeto nessa relação passa como pura forma de manifestação do valor, com um valor de uso intrínseco. O casaco, na relação de troca com o linho, representa valor para o linho, e o linho, valor para o casaco, mas o casaco como objeto particular e isolado não representa nada mais que um puro e simples valor de uso, e na relação com o linho é considerado apenas o valor corporificado em ambos. “O linho reconhece no casaco, mesmo abotoado, a alma igual a sua através do valor” (MARX, 1996, p. 59). O valor da mercadoria linho é expresso pelo corpo da mercadoria casaco, ou se quisermos, o valor de uma mercadoria se expressa no valor de uso de outra. O linho como valor de uso, revela-se aos nossos sentidos, evidentemente como uma coisa diferente do casaco, mas como valor, o linho recebe uma forma totalmente diferente da sua forma natural, que o iguala ao casaco. O linho adquire uma forma totalmente estranha de sua forma natural, e sua condição de possuidor de valor revela-se ao igualar-se ao casaco.

⁴¹ “Na expressão “valor do trabalho”, a idéia de valor não só se desvanece inteiramente, mas também se converte no dela. É uma expressão imaginária, como por exemplo, valor da terra. Essas expressões imaginárias, entretanto, têm sua origem nas próprias relações de produção. São categorias que correspondem a formas aparentes de relações essenciais. Todas as ciências exceto a economia política, reconhecem que as coisas apresentam freqüentemente uma aparência oposta a sua essência” (MARX, 1996, pp. 219-220). Continua Marx, “O que ela [a economia política], portanto, chama de valor do trabalho é na realidade valor da força de trabalho, a qual existe na pessoa do trabalhador e difere da sua função, o trabalho, do mesmo modo que uma máquina se distingue de suas operações” (grifo meu) (MARX, 1996, p. 621).

Na forma equivalente de manifestação as diferenças particulares são todas abstraídas. O valor da mercadoria linho é expresso no corpo da mercadoria casaco. Nessa expressão, o que sobra é somente a igualdade do trabalho geral e socialmente igualado, inserido em cada uma das mercadorias, que faz com elas possam ser trocadas no mercado. Na relação de troca entre duas mercadorias, *A* e *B*, por exemplo, *B* torna-se forma de representação do valor de *A*, torna-se espelho de valor de *A*, e *A* faz do valor de uso da mercadoria *B*, a sua própria expressão do valor, assumindo assim, uma forma relativa de valor.

1.2.3.1 Forma relativa de manifestação do valor.

Quando queremos expressar o valor de uma mercadoria temos que expressá-la através de uma quantidade determinada, por exemplo, 15 toneladas de trigo, 100 kilos de café etc. Toda essa quantidade de mercadoria contém em si também uma quantidade dada de trabalho. Na equação: 20 metros de linho é igual a 1 casaco, pressupõe-se que em 20 metros de linho existe tanta substância de valor, quanto em um casaco. Porém, o tempo de trabalho para a produção de ambas as mercadorias pode variar de acordo com a especialização ou o desenvolvimento de cada atividade (Cf. MARX, 1996, p. 61).

Marx analisa quatro variáveis da forma relativa de expressão do valor das mercadorias que podem interferir na magnitude do valor.

1) Quando varia o valor do linho ficando constante o valor do casaco, temos o que se segue: “Se, se duplicar o tempo de trabalho necessário para a produção do linho, em virtude, admitamos, de se terem esgotado, progressivamente as terras das plantações que fornecem a fibra, o valor do linho duplicar-se-á também” (Marx, 1996, p. 61), e precisaríamos do dobro da quantidade da mercadoria casaco para contrapormos com a mercadoria linho. Se ao contrário, reduzir-se à metade do tempo necessário à produção de linho, em conseqüência reduzirá então o valor do linho valendo 20 metros de linho meio casaco. Marx argumenta (1996, p. 62) que o valor relativo da mercadoria *A*, que é expresso na mercadoria *B*, aumenta ou diminui na razão direta do valor da mercadoria *A*.

2) Quando o valor da mercadoria *A* (linho) permanece constante, e varia o da mercadoria *B* (casaco). Nessa circunstância o tempo de trabalho necessário para a produção do casaco varia em virtude, imaginemos de tosquia desfavorável, teríamos então: em vez de 20 metros de linho igual a um casaco, 20 metros de linho igual a meio casaco. Se ao contrário, o valor do casaco caísse à metade, então 20 metros de linho valeriam 2 casacos, permanecendo constante o valor da mercadoria *A*, aumentando ou diminuindo o valor da mercadoria *B*.

3) Quando a quantidade de trabalho para a produção do casaco e do linho varia simultaneamente, no mesmo sentido e na mesma proporção, temos inalteráveis 20 metros de linho igual a um casaco, independente das variações dos valores. Consegue-se descobrir a alteração nos valores ao compará-las a uma terceira mercadoria que permanece com o valor inalterado. Se os valores das mercadorias sobem ou descem, ao mesmo tempo e na mesma proporção, permanecerão constantes os seus valores relativos. Sua verdadeira variação de valor é inferida de produzir-se em geral, no mesmo tempo de trabalho uma quantidade de mercadoria maior ou menor que antes.

4) Os tempos de trabalho necessários para produzir, respectivamente, linho e casaco, e portando seus valores, variam simultaneamente, na mesma direção, mas em grau diferente, ou em sentidos opostos.

Seja qual a variação houver entre estas duas mercadorias o que permanecerá será a quantidade de trabalho inserida em cada uma delas, e assim o seu valor relativo também nunca muda. Vemos que a verdadeira variação da magnitude do valor não se reflete, portanto, clara e completa em sua expressão, isto é, na magnitude que expressa o seu valor relativo. “O valor relativo de uma mercadoria pode variar, embora seu valor permaneça constante. Seu valor relativo pode permanecer constante embora seu valor varie e, finalmente, não é mister que sejam coincidentes as variações simultâneas ocorrentes na magnitude do valor, e na magnitude da expressão do valor relativo” (MARX, 1996, p. 63).

1.2.3.2-Forma equivalente de manifestação do valor

A mercadoria assume a forma de equivalente por ser diretamente permutável por outra mercadoria. Diz Marx que quando um tipo de mercadoria como o casaco serve de equivalente a outro tipo de mercadoria, como o linho, (nessa relação o casaco ostenta a propriedade de ser diretamente permutável pelo linho), não se estabelece, em consequência, a proporção em que serão trocadas. Esta relação depende da magnitude do valor do linho e da grandeza do valor do casaco. Quando a mercadoria assume a posição de equivalente ela perde a expressão de seu valor quantitativo e passa a ser a expressão de uma coisa, ex: casaco, e conteúdo de um valor. Por exemplo, não se mede uma quantidade dada de produto por ela mesma, nesta relação o valor de uso torna-se a manifestação de seu contrário, ou seja, o valor (Cf. MARX, 1996, p. 64).

Em outras palavras, na forma equivalente o valor só poderá se expressar em contraposição a um valor de uso. Vemos que nessa transmutação a forma natural da mercadoria transforma-se na relação imediata do valor, dentro dos limites da relação de troca entre linho e casaco. Essa é uma das peculiaridades da forma equivalente, ou seja, o valor de uso torna-se a forma de manifestação do valor de troca, mas nunca do seu próprio valor.

O valor, para manifestar-se como valor, tem que se apropriar de um valor de uso exterior, nas palavras de Marx: “Uma vez que nenhuma mercadoria se relaciona consigo mesma como equivalente, não podendo transformar seu próprio corpo em expressão do seu próprio valor, tem que se relacionar com outra mercadoria, considerada equivalente, ou seja, fazer da figura física de outra mercadoria sua própria forma de valor” (MARX, 1996, p. 65). Isso acontece porque o valor expressa um elemento que não é físico, mas puramente social. Adiante diz Marx:

A forma relativa do valor de uma mercadoria (o linho) expressa seu valor por meio de algo totalmente diverso do seu corpo e de suas propriedades (o casaco); esta expressão está assim indicando que oculta uma relação social. O oposto sucede com a forma de equivalente. Ela consiste justamente em que o objeto material, a mercadoria, como o casaco, no seu estado concreto, expressa valor, possuindo um modo natural, portanto, forma de valor. Isto só vigora na relação de valor em que a mercadoria casaco ocupa a posição de equivalente em face da mercadoria linho (MARX, 1996, pp. 65-66).

Se por um lado, na forma relativa, o linho oculta seu valor quando se equipara à outra mercadoria (o casaco), por outro lado o casaco na forma equivalente expressa valor, de maneira aparentemente natural como forma de valor. No interior do mercado a forma equivalente de valor, o casaco, aparece frente à forma relativa do linho resolvendo o problema de manifestação do valor do linho. O linho é grato ao casaco, pois agora pode se afirmar como linho no mundo das trocas. Esse processo ocorre de maneira automática e imediata no ambiente mercantil, como se a forma de valor da mercadoria tivesse propriedades naturais. “Daí o caráter enigmático da forma equivalente, a qual só desperta a atenção do economista político, deformado pela visão burguesa, depois que essa forma surge acabada como dinheiro” (MARX, 1996, p. 66). O economista político enfeitiçado pela visão burguesa de mundo vê na forma equivalente do dinheiro, a forma mais acabada, perfeita e natural de manifestação do valor. O dinheiro surge magicamente, e na mente do economista burguês parece sempre ter existido, como onipresente fazendo economista cessar totalmente sua investigação, pois já é desnecessária. “Não suspeita que a mais simples expressão de valor, como 20 metros de linho = 1 casaco, já requer a solução do enigma da forma equivalente” (MARX, 1996, p. 66).

O corpo da mercadoria que serve de equivalente, como encarnação do trabalho humano abstrato é sempre o produto de um trabalho útil concreto. O trabalho humano concreto torna-se, portanto, expressão do trabalho útil abstrato. A utilidade que produz um trabalho não será a de produzir um objeto útil, mas sim uma massa de trabalho humano abstrato, “para manifestar valor qualquer trabalho tem que refletir apenas a propriedade abstrata de ser trabalho humano” (Marx, 1996, p. 66).

É fácil compreender que nas diferentes formas de trabalho, do tecelão, do alfaiate (por exemplo), existe uma propriedade comum que une as duas, a saber: o fato de serem frutos do trabalho humano e são consideradas sob esse aspecto na produção de valor. No entanto, na expressão do valor da mercadoria a coisa fica invertida.

O trabalho do tecelão produz na sua qualidade comum de trabalho humano e não na sua forma concreta, valor do linho. Para exprimir isto ele é confrontado com o trabalho do alfaiate, o trabalho concreto que cria o equivalente do linho, como forma palpável, materializada no trabalho

humano abstrato. A forma equivalente tem a capacidade de transformar trabalho privado na forma do seu contrário, trabalho em forma diretamente social (MARX, 1996, p. 67).

Interessa destacar aqui três pontos na argumentação de Marx com relação à forma equivalente: 1) o valor de uso torna-se a forma de manifestação de seu contrário, o valor. 2) trabalho concreto torna-se forma de manifestação de seu contrário; trabalho humano abstrato. 3) O trabalho privado torna-se forma de manifestação de seu contrário, o trabalho em forma diretamente social.

1.2.3.3 Forma simples do valor

Sabe-se agora que a forma de valor de uma mercadoria só pode ser expressa através de uma relação social com outra mercadoria. A mercadoria sozinha é incapaz de expressar o seu valor. A mercadoria precisa entrar em relação com outra mercadoria qualquer para poder realizar seu valor. A contradição inicial da mercadoria apresentada por Marx, valor de uso e valor troca, mais uma vez é negada, é uma contradição aparente, como diz ele “[...] isto, a rigor, não é verdadeiro” (MARX, 1996, p. 68), pois verdadeiramente a mercadoria é um objeto útil e um objeto que possui valor. A mercadoria é valor de uso, como objeto útil, mas manifesta um duplo caráter na medida em que possui uma forma de manifestação própria, diferente da sua forma natural, chamada valor de troca, mas, essa forma não pode manifestar-se isoladamente, mas sempre na relação com uma mercadoria totalmente distinta com quem tem que se contrapor. Além de devassar a contradição aparente da mercadoria, até aqui, Marx também demonstrou que a forma de valor da mercadoria decorre da natureza do valor da própria mercadoria, não sendo verdade que o valor e a magnitude do valor derivem da forma do valor, ou do valor de troca.

Marx busca a partir de agora devassar a verdadeira contradição existente na relação de valor entre duas mercadorias, mostrando que a contradição interna da mercadoria manifesta-se através de uma contradição externa entre valor de uso e valor de troca.

A contradição interna, oculta na mercadoria, entre valor de uso e valor, patenteia-se, portanto, por meio de uma oposição externa, isto é, através da

relação entre duas mercadorias, em que uma, aquela cujo valor tem de ser expresso, figura apenas como valor de uso, e a outra, aquela na qual o valor é expresso, é considerado mero valor de troca. A forma simples do valor de uma mercadoria é, por conseguinte, a forma elementar de manifestar-se a oposição nela existente entre valor de uso e valor (MARX, 1996, pp. 69-70).

A forma simples do valor precisa estabelecer relação com um valor de uso qualquer para poder expressar o seu próprio valor, porém essa forma de manifestação do valor torna-se insuficiente e limitada em certo estágio do processo de trocas no interior da sociedade, porque só consegue expressar o valor de uma única mercadoria (mercadoria A, por exemplo) no corpo de outra mercadoria.

A expressão do valor da mercadoria A através da mercadoria B qualquer, serve apenas para distinguir o valor de A do seu próprio valor de uso, colocando A em relação de troca exclusiva com outra mercadoria particular qualquer dele diferente; não traduz sua igualdade qualitativa e proporcionalidade quantitativa com todas as outras mercadorias (Marx, 1996, p. 70).

Esse processo fecha um ciclo que se encerra em si mesmo e não abre espaço para outras relações no interior do processo de troca. “Assim, o casaco, na expressão do valor relativo do linho, possui forma de equivalente ou forma de permutabilidade direta apenas em relação a esse único tipo de mercadoria, o linho” (MARX, 1996, p. 70).

A forma simples de manifestação do valor avança e converte-se em uma forma mais completa. Agora a mercadoria A passa a ter diversas formas de valor, na medida em que entra em relação com as mais diversas mercadorias, convertendo-se assim numa série de expressões simples de valor. Por exemplo: z da mercadoria A = u da mercadoria B, ou = v da mercadoria C etc. Ou 20 metros de linho = 1 casaco, ou = 10 quilos de chá, ou 40 quilos de café, etc. As expressões de valor agora dependerão da quantidade de outras mercadorias que a mercadoria A encontrar no mercado para se contrapor.

Nessa altura, Marx mostra que o valor de uma mercadoria está expresso em inúmeros elementos do mundo das mercadorias, revelando pela primeira vez a massa de trabalho homogêneo. O trabalho que cria o valor é igual a qualquer outro, não importando assim, a forma corpórea assumida por esse trabalho, seja casaco, trigo, ferro, ou qualquer outro objeto útil. Aqui já se evidencia a indiferença na relação de troca quanto ao valor de

uso, e a relação dos donos individuais das mercadorias aparece como puramente casual. Marx, contrariando alguns economistas clássicos evidencia que não é a troca que regula a magnitude do valor da mercadoria e que justamente ao contrário é o valor da mercadoria que regula as relações de troca (Cf. MARX, 1996, pp. 71-72).

Existe uma diversidade de mercadorias que como objetos úteis podem se contrapor a outras mercadorias ou todas elas a uma só mercadoria como o linho. Nesse caso, as diferentes formas particulares de trabalho contidas em cada uma dessas mercadorias são consideradas agora como formas de manifestação de trabalho humano em geral. O mundo das mercadorias na relação com o valor tem equações de modo indefinido, pois qualquer mercadoria pode se equiparar com o linho, no entanto, isso implica um problema, pois, podendo qualquer mercadoria equiparar-se com o linho, surge aí também uma série de relações desconexas, onde a forma equivalente particular de cada mercadoria é limitada pela sua própria forma natural, sendo que o trabalho humano aparece também de forma particular nesses infundáveis equivalentes particulares. No entanto, o desenvolvimento dessa forma desemboca numa forma mais avançada e completa, onde nenhuma das formas particulares é excluída, e todas as mercadorias se contrapõem a uma só na forma de equivalente geral, expressando, assim, a totalidade do trabalho humano. Esse desenvolvimento pode ser expresso da seguinte maneira: na primeira forma, forma *A* tínhamos 20 metros de linho = 1 casaco. Essa forma transgride para uma forma mais complexa que é a forma *B* onde temos a seguinte equação: 20 metros de linho é igual a 1 casaco, ou = 10 quilos de chá, ou 40 quilos de café, etc. Nessa equação temos dois problemas: primeiro porque ela resulta numa série indefinida e somente o valor linho é expresso, ficando sem se expressar o valor das outras mercadorias.

Para solucionar o problema da forma *A* e *B* Marx propõe a inversão da forma (*B*) de manifestação do valor. Ao invés de casaco, chá, café, etc; expressarem valores para o linho, o linho se tornará forma de equivalente geral para todas as outras mercadorias e por isso será por elas permutáveis.

Quando um produtor troca seu linho com muitas outras mercadorias, expressando seu valor numa série de outras mercadorias, é porque muitos outros donos de mercadorias trocam sua mercadoria por linho e, em

conseqüência, traduzem os valores de suas diversas mercadorias em linho (MARX, 1996, p. 73)

A forma (C) de equivalente geral fica desta maneira:

1 casaco =
10 quilos de chá =
40 quilos de café =
1 *quarter* de trigo = 20 metros de linho
2 onças de ouro =
½ tonelada de ferro =
x de mercadoria A =
etc mercadoria =

Em um primeiro momento temos a fórmula: 1casaco = 20 metros de linho constituindo a forma simples do valor (Forma A), no segundo momento temos 1 casaco vale 20 metros de linho ou 1 tonelada de ferro etc. (Forma B). Nessa etapa, na forma equivalente, os valores do mundo das mercadorias são igualados na medida em que se igualam ao linho e distingue-se, não só do seu próprio valor de uso, mas de qualquer outra mercadoria.

A forma A e B de manifestação do valor tem a peculiaridade de expressar o valor de uma mercadoria diversamente do seu valor de uso. Marx diz que a forma A, por exemplo, é fruto de relações de troca primitivas, quando os frutos do trabalho ainda são trocados fortuitamente no interior da sociedade. Por outro lado, a forma B distingue o valor do valor de uso de forma mais completa do que a forma A, o valor do casaco revela-se em todas as formas possíveis, iguala-se ao linho ao ferro, etc menos a si mesmo, o casaco. A forma B também exclui toda a possibilidade de expressão comum das mercadorias, pois todas as mercadorias aparecem sob a forma de equivalente. “A forma extensiva do valor só ocorre realmente quando um produto do trabalho, gado, por exemplo, é trocado por outras mercadorias diferentes, não excepcionalmente, mas já em caráter habitual” (MARX, 1996, p. 74).

A forma C. Nessa forma mais avançada que as duas já ditas, uma única mercadoria expressa valor para todas as outras mercadorias “[...] o valor de cada mercadoria, igualada a linho se distingue não só do valor de uso dela, mas de qualquer valor de uso, e justamente por isso se exprime de maneira comum a todas as mercadorias” (MARX, 1996, p. 74). A forma valor agora é apresentada por Marx como equivalente geral distinguindo todos os

valores de uso. As diferenças agora são extirpadas e as mercadorias revelam-se não só qualitativamente iguais como valores, mas também quantitativamente comparáveis como magnitudes de valor.

A forma geral do valor, ao contrário, surge como obra comum do mundo das mercadorias. O valor de uma mercadoria só adquire expressão geral, porque todas as outras mercadorias exprimem seu valor através do mesmo equivalente, e toda nova espécie de mercadoria tem de fazer o mesmo. Evidencia-se desse modo que a realidade do valor das mercadorias só pode ser expressa pela totalidade de suas relações sociais, pois essa realidade nada mais é que a “existência social” delas, tendo a forma do valor, portanto, de possuir validade social reconhecida (MARX, 1996, p. 75).

A forma *C* congrega todos os anseios da forma *A* e *B* na medida em que consegue fazer com que todas as mercadorias expressem seus valores nela. No entanto, Marx demonstra que a forma *C* é fruto do desenvolvimento das formas *A* e *B*, sendo está uma necessidade histórica de expressão dos valores das mercadorias no mundo das trocas. Assim, a mercadoria percebe no linho a melhor maneira que tem de expressar seu valor, pois ela vê na natureza do linho algo de semelhante a si mesmo. O linho adquire um *status* de equivalente geral no mundo das trocas fazendo com que todas as mercadorias queiram ser trocadas por ele.

A forma geral do valor relativo do mundo das mercadorias imprime a mercadoria eleita equivalente, o linho, o equivalente geral. Sua própria forma natural é a figura comum do valor desse mundo, sendo, por isso, o linho diretamente permutável por todas as outras mercadorias (MARX, 1996, p. 75).

Outra característica importante da forma *C* de manifestação do valor é que ela encarna a imagem comum e social de todo o trabalho humano. A forma *C* transforma todo o trabalho privado em uma forma de trabalho diretamente social, sem determinações e qualificações.

O trabalho objetivado no valor da mercadoria é representado não só sob o aspecto negativo em que se põem de lado todas as formas concretas e propriedades úteis dos trabalhos reais. Ressalta-se agora, sua própria natureza positiva, ou seja, agora todos os

trabalhos se apresentam na sua condição comum, de trabalho humano e dispêndio de força de trabalho humano, mostrando que o mundo das mercadorias não é nada mais nada menos que a expressão de trabalho humano.

A forma geral do valor, que torna os produtos do trabalho mera massa de trabalho humano sem diferenciações, mostra através de sua própria estrutura, que é expressão social do mundo das mercadorias. Desse modo evidencia-se que o caráter social específico desse mundo é constituído pelo caráter humano geral do trabalho (MARX, 1996, p. 76).

1.2.4 A forma dinheiro.

A forma relativa de expressão do valor e a forma equivalente são pólos que se excluem mutuamente, porém essa oposição é muito difícil de ser capturada na forma relativa ou na forma equivalente, seja na forma *A* seja na forma *B*. Por outro lado a forma *C* possibilita encerrar toda a extensão generalizada da forma relativa do valor quando somente uma mercadoria assume o papel de equivalente geral.

Uma mercadoria só assume a forma de equivalente geral (forma *C*) por estar e enquanto estiver destacada como equivalente por todas as outras mercadorias. E só a partir do momento em que esse destaque se limita terminantemente, a uma determinada mercadoria, adquire a forma unitária do valor relativo do mundo das mercadorias consistência objetiva e validade social universal (MARX, 1996, p. 78).

Por ser essa fórmula um elemento social do mundo das mercadorias é a partir do momento em que só uma mercadoria se exclui dessa fórmula que a expressão do valor das mercadorias é totalizada adquirindo, assim, uma forma unitária. Essa mercadoria desempenhará o papel específico de equivalente universal no mundo das mercadorias. O ouro, por exemplo, conquista o papel de equivalente geral e a fórmula *D* fica desse modo:

20 metros de Lino =
1 casaco =
10 quilos de chá =
40 quilos de café = 2 onças de ouro

1 quarter de trigo =
½ tonelada de ferro =
x da mercadoria A =

Assim, a forma geral do valor avança para a forma dinheiro. O dinheiro aparece como uma necessidade natural do mundo das mercadorias, ou seja, uma mercadoria que pudesse expressar o valor de todas as outras, um verdadeiro equivalente geral Marx diz que: “O progresso consiste em ter identificado, agora, definitivamente, a forma de direta permutabilidade geral ou forma de equivalente geral com a forma específica da mercadoria ouro, por força do hábito social” (MARX, 1996, p. 78). O ouro torna-se equivalente geral, dinheiro, não como fruto de uma convenção, mas antes, como fruto direto do processo de troca⁴² (Cf. MARX, 1985, P. 68). O ouro torna-se dinheiro, por um dia ter se encontrado como mercadoria, ou como equivalente particular. Com o tempo foi conquistando o monopólio de expressar o valor do mundo das mercadorias, vindo a tornar-se dinheiro.

O difícil, para se conceituar a forma dinheiro, é compreender a forma de equivalente geral e, em conseqüência, a forma geral do valor, a forma C. A forma C deriva da forma B, a forma extensiva, e o elemento constitutivo desta é a forma A: 20 metros de tela de linho = 1 casaco ou x de mercadoria A = y da mercadoria B. Assim, a forma-mercadoria, isto é, a mercadoria equivalente da forma simples de valor, é o germe da forma dinheiro (MARX, 1996, p. 79).

Conforme acentua Rosdoslky (2001) Marx escreve na **Contribuição à Crítica da Economia Política** que: “A principal dificuldade na análise do dinheiro é superada logo que se compreende que sua origem é a própria mercadoria” (MARX, 1983, p. 71). O dinheiro torna-se equação única e simples de manifestação do valor, dispensando a série interminável de equações bastando representar o valor agora somente em uma série socialmente válida. Marx demonstra que o dinheiro é forjado pela sociedade mercantil, fruto do desenvolvimento de uma relação social e histórica que tem como objetivo equiparar os diferentes produtos do trabalho no interior da sociedade transformando-os em mercadorias. O dinheiro também tem o papel de externar a contradição interna da

⁴² “O dinheiro não é fruto de uma convenção, como não é tampouco o Estado” (MARX, 1985, p. 68).

mercadoria, valor de uso e valor, ou seja, realizar a atribuição natural e a atribuição social da mercadoria. Isso ocorre quando as mercadorias convertem-se em dinheiro. O dinheiro transforma-se na forma independente e autônoma de expressão do valor das mercadorias, com o dinheiro “Os produtos do trabalho se convertem em mercadorias no mesmo ritmo em que determinada mercadoria se converte em dinheiro” (MARX, 1996, p. 97). O dinheiro só possui validade universal porque é o representante legítimo da riqueza material da humanidade, como meio de circulação, no ambiente da troca, o dinheiro converte-se em senhor e Deus do mundo das mercadorias⁴³.

1.3 FETICHE E VALOR.

O duplo caráter da forma da mercadoria é o prenúncio da dificuldade em que sem tem em conhecê-la. A primeira vista, a mercadoria parece coisa trivial imediatamente compreensível. Nesse sentido, compreensível por estar ao alcance imediato de todos e aparentemente se mostrar objetivamente como tal. No entanto, Marx alerta que ao analisar mais atentamente vê-se que ela é cheia de “sutilezas teológicas e argúcias metafísicas” (MARX, 1996, p. 79). Marx compreende que a mercadoria é uma fusão do simples e do complexo ao mesmo tempo, em um primeiro momento, a mercadoria parece ser uma coisa acessível à mente de todos os seres humanos, mas quando se olha mais atentamente vê-se que ela esconde algo (um poder) que inebria e encanta a mente do seu possuidor.

Argumenta Marx que como valor de uso não se percebe nada de problemático na mercadoria, pois como valor de uso a mercadoria é apenas um objeto útil, fruto da conjugação de forças humanas para satisfazer uma necessidade qualquer. Do ponto de vista do valor de uso a história mostra que o homem modificou os elementos da natureza sempre que quis e bem entendeu para satisfazer as suas necessidades, e não há nada de misterioso nisso.

Quando o objeto revela-se como mercadoria ele assume uma forma estranha, antinatural. Essa nova forma não é fruto do processo de concepção do objeto, é fruto de

⁴³ (Cf. MARX, 1985, p. 114).

uma determinação externa, no entanto, na sociedade mercantil, o objeto depende dessa forma externa para poder realizar as suas determinações internas. Como mercadoria o objeto transforma-se em algo ao mesmo tempo imperceptível e impalpável. A forma mercadoria escapa totalmente ao homem, na medida em que ela precisa se realizar, ela ganha vida, precisa seguir o seu curso natural rumo ao mercado, ao encontro das outras mercadorias, pois não foi produzida com a intenção de permanecer estacionária, o auge da sua vida é o ambiente mercado. “Além de estar com os pés no chão, firma sua posição perante as outras mercadorias e expande suas idéias de sua cabeça de madeira, fenômeno mais fantástico do que se dançasse por iniciativa própria” (MARX, 1996, p. 80). A mercadoria parece dialogar com as outras mercadorias e com os possuidores do dinheiro, implorando para ser trocada e convencendo a todos que o ambiente do mercado é o mais natural, o mais apropriado à sua sobrevivência.

Como pode um objeto ou uma coisa adquirir vida? De onde vem a energia que faz com que esses objetos tornem-se autônomos e com vida? Esse caráter misterioso não parece provir do valor de uso inerente a ela, pois, não existe nada de misterioso nele, e também não pode provir dos fatores determinantes do valor. Marx diz que a natureza desse mistério provém da própria forma desse mistério, ou seja, a forma mercadoria, onde a igualdade dos trabalhos humanos fica disfarçada sob a forma dos produtos do trabalho como valores. Em outras palavras, o trabalho humano é mascarado na forma mercadoria. A mercadoria é misteriosa para Marx simplesmente porque encobre os trabalhos humanos, e, por conseguinte, as relações que os constituem na medida em que ela oculta a relação dos trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total, ao refleti-la como relação social existente, à margem deles como produtos do seu próprio trabalho.

A igualdade dos trabalhos humanos fica disfarçada sob a forma da igualdade dos produtos do trabalho como valores; a medida por meio da duração, do dispêndio da força humana de trabalho toma a forma de quantidade de valor dos produtos do trabalho; finalmente, as relações entre os produtores nas quais se afirma o caráter social dos seus trabalhos, assumem a forma de relação social entre os produtos do trabalho (MARX, 1996, p. 80).

Marx demonstra que a forma mercadoria tem a capacidade de encobrir as características sociais do trabalho dos homens, transformando-as em características materiais e propriedades sociais inerentes ao produto do trabalho. A mercadoria oculta a relação existente entre os trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total da sociedade, ao refleti-la como uma relação existente, à margem deles, entre os produtos do seu próprio trabalho, transformando o trabalho em signo de valor. “Através dessa dissimulação, os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas sociais, com propriedades perceptíveis e imperceptíveis aos sentidos” (MARX, 1996, p. 81). Segundo Marx o fetichismo da mercadoria é:

Uma relação social definida, estabelecida entre os homens, que assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. Para encontrar um símile, temos que recorrer à região nebulosa da crença. Ai os produtos do cérebro humano ganham vida própria, figuras autônomas que mantêm relações entre si e com os seres humanos. É o que ocorre com os produtos da mão humana, no mundo das mercadorias. Chamo isso de fetichismo, que está sempre grudado aos produtos do trabalho, quando são gerados como mercadorias. É inseparável da produção das mercadorias (MARX, 1996, p. 81).

O fetiche⁴⁴ é o processo de humanização das coisas onde elas ganham vida⁴⁵. Essa fantasmagoria⁴⁶ no entanto, segundo Marx provém do caráter social do próprio trabalho que produz as mercadorias.

⁴⁴ Segundo Giannotti “[...] o fetiche é real, pois os homens se comportam por ele e para ele. Se não forma um ente, não é por isso que deixa de construir miragem que alimenta a conduta de todos. O valor é contraditório porque reúne juízos práticos, processo social efetivo de mensuração, de criar proporcionalidade entre os produtos graças a constituição de um trabalho simples congelado numa coisa, que é pressuposto e repostado sem que possa tomá-lo fora dessa reflexão. Processo que tem como padrão a ilusão necessária de completude e da equidade, que promete o equilíbrio entre o processo de trabalho e o processo de troca, que somente cumpre a conjunção de ambos se, ao mesmo tempo, criar incompletude e diferenciação social. Visto que a demanda não é infinitamente elástica, o conjunto de produtores possíveis só pode vir a ser socialmente determinado, de modo a estabelecer uma diferença entre aqueles que são e os que não são capazes de participar da circulação simples de mercadoria” (GIANNOTTI, 2000, p. 116).

⁴⁵ Segundo Rubin: “A teoria de Marx sobre o fetichismo da mercadoria não ocupou o lugar que merece no sistema econômico Marxista. É fato que tanto os marxistas quanto os adversários do marxismo elogiaram a teoria, considerando-a como uma das mais audazes e engenhosas”. (RUBIN, 1980, p. 18) ainda diz “Mas tanto os defensores quanto os adversários do marxismo trataram a teoria do fetichismo como uma entidade separada e independente, pouco relacionada internamente à teoria econômica de Marx” (RUBIN, 1980, p. 18) segue ele “Marx não mostrou apenas que as relações humanas eram encobertas por relações entre coisas, mas também que, na economia mercantil, as relações sociais de produção assumem a forma de coisas” (RUBIN, 1980, pp. 19-20) ainda “Marx descobriu as bases econômicas objetivas que regem o fetichismo na mercadoria. A ilusão e o erro na mente dos homens transformam categorias econômicas reificadas em

Objetos úteis se tornam mercadorias, por serem simplesmente produtos de trabalhos privados, independentes uns dos outros. O conjunto desses trabalhos particulares forma a totalidade do trabalho social. Processando-se os contactos sociais entre os produtores, por intermédio da troca de seus produtos de trabalho, só dentro desse intercâmbio se patenteiam as características especificamente sociais de seus trabalhos privados (MARX, 1996, p. 81).

Podemos perceber que é somente no ambiente da troca que os diversos trabalhos privados assumem a forma de trabalho geral, socialmente igualado. Isso acontece quando os diferentes produtores permutam o produto de seus trabalhos privados como materialização do trabalho social. A pretensa igualdade entre os diferentes trabalhos no interior da sociedade mercantil permite a troca de objetos diferentes, e trabalhos distintos. A troca relaciona os diferentes produtos do trabalho no interior da sociedade na medida em que insere os diferentes trabalhos privados, transformando-os em trabalhos socialmente igualados. Esse processo faz a troca adquirir um papel autônomo, faz os diferentes trabalhos privados aparecerem como relações materiais entre as pessoas e relações sociais entre coisas, e não como deveriam aparecer, ou seja, como relações sociais diretas entre indivíduos e seus trabalhos. “Só como a troca, adquirem os produtos do trabalho, como valores, uma realidade socialmente homogênea, distinta da sua heterogeneidade de objetos úteis, perceptível aos sentidos” (MARX, 1996, p. 82).

Quando as coisas são produzidas na sociedade como mercadorias, ou seja, como objetos úteis e objetos de valor, os diferentes trabalhos privados inseridos nas mercadorias podem se manifestar efetivamente demonstrando o seu duplo aspecto. Nosso autor demonstra que o trabalho assume uma dupla forma, ou seja, tem que satisfazer determinadas necessidades sociais e históricas, como parte do trabalho total do sistema em

“formas objetivas” (do pensamento) das relações de produção de um modo de produção historicamente determinado: a produção mercantil” (RUBIN *apud* MARX, 1980, p. 20)

⁴⁶ Para Antunes “o conceito de fetiche implica, assim, a existência de outro conceito colateral, o de reificação. Fetiche é o processo de humanização das coisas (*Sachen*), e reificação é o processo de coisificação (*sachlichkeit*). O fetiche é o processo de desumanização do homem, de alienação do homem frente a si próprio, é o processo de estranhamento (*Entfremdung*), em que o homem se vê como um estrangeiro em seu próprio mundo, já não se reconhece mais nele e nas coisas que cria. Neste mundo desumanizado, as coisas sem vida em si, adquirem magicamente poderes humanos e passam a governar os próprios homens. O império das coisas subsume o homem no interior do mundo que ele próprio criou. Os próprios homens interpretam o mundo como uma relação de coisas mortas, sem vida, e a relação entre coisas uma relação entre coisas animadas, cheias de vitalidade” (ANTUNES, 1996, p. 217).

desenvolvimento, e também satisfazer as necessidades de quem o produz na medida em que funciona como produto de troca de trabalhos iguais.

A igualdade dos diferentes trabalhos pressupõe a abstração, que põe de lado a desigualdade, reduzindo todos os diferentes trabalhos privados ao puro dispêndio de força de trabalho humano socialmente igualado, trabalho abstrato. Assim, diz Marx, que os homens quando igualam os seus produtos do trabalho como valores iguais não fazem por considerarem que os produtos do seu trabalho têm igual natureza; fazem por considerarem que na troca seus trabalhos têm natureza igual, tendo a qualidade comum de trabalho humano transformando o produto do trabalho numa forma também social (Cf. MARX, 1996, p. 82).

Marx mostra que o valor transforma cada produto do trabalho em um “hieróglifo social”. Os trabalhos particulares e distintos se identificam quando se contrapõem como trabalho humano socialmente igual assumindo nos produtos do trabalho a forma de valor. Isso ocorre de um modo tão natural e definitivo quanto à descoberta do ar que continua sempre a existir. “Mais tarde, os homens procuram decifrar o significado do hieróglifo, descobrir o segredo de sua própria criação social, pois a conversão de objetos úteis em valores é, como a linguagem, um produto social dos homens” (MARX, 1996, p. 83).

Na troca o que é levado em conta é a quantidade de mercadorias que podem ser trocadas umas pelas outras, ou seja, o aspecto quantitativo, e os produtores de mercadorias se ajustam às necessidades objetivas da sociedade, embora estas sempre variem independente da vontade e dos atos dos participantes do processo de troca. “Para estes, a própria atividade social possui a forma de uma atividade das coisas sob cujo controle se encontram, ao invés de as controlarem” (MARX, 1996, p. 83). O movimento das coisas ganha um caráter social independente e determinante, a ponto até de dirigir e coordenar a ação dos agentes da troca no interior do mercado.

Os diferentes trabalhos privados, como verdadeiros integrantes da divisão social do trabalho existente no interior da sociedade também são constantemente distribuídos e ajustados de acordo com as proporções requeridas pela sociedade e as flutuações constantes do mercado conforme o tempo de trabalho necessário para a produção das mercadorias. Por isso diz Marx:

A determinação da quantidade do valor pelo tempo de trabalho, é por isso, um segredo oculto sob os movimentos visíveis dos valores relativos das mercadorias. Sua descoberta destrói a aparência da casualidade que reveste a determinação das quantidades de valor dos produtos do trabalho, mas não suprime a forma material dessa determinação (MARX, 1996, p. 84).

Marx mostra que essa forma já constitui um pressuposto da vida social acabada. O erro da economia política foi o de sempre percorrer o caminho inverso ao do desenvolvimento histórico. A economia política nunca procurou o fundamento da forma econômica capitalista, como diz Marx “começa-se depois do fato consumado, quando estão concluídos os resultados do processo de desenvolvimento” (MARX, 1996, p. 84). Dessa maneira, as formas que convertem o produto em mercadoria aparecem à mente do economista burguês, e da sociedade em geral, como formas naturais.

A simples descoberta de que as mercadorias constituem os produtos do trabalho e, por conseguinte, estes são frutos do trabalho humano, não é suficiente para superar a contradição inerente à mercadoria. Em uma forma mais desenvolvida e acabada da sociedade mercantil o valor do trabalho é ainda mais mascarado. “É, porém essa forma acabada do mundo das mercadorias, a forma dinheiro, que realmente dissimula o caráter social dos trabalhos privados e, em consequência, as relações sociais entre os produtores particulares, ao invés de pô-las em evidência” (MARX, 1996, p. 84).

Na sociedade capitalista a forma dinheiro⁴⁷, a forma equivalente mais desenvolvida⁴⁸, mascara ainda mais as relações sociais dos produtores de mercadorias, mas

⁴⁷ Rosdolky (2001) faz referência a Marx quanto ao fetichismo da mercadoria nos escritos de 1844 quando diz Marx: “A essência do dinheiro é, em primeiro lugar, [...] que a atividade mediadora ou movimento, o ato humano social mediante o qual se complementam reciprocamente os produtos dos homens, é alienado e se converte em atributo de um objeto material exterior ao homem, o dinheiro. Quando o próprio homem aliena essa atividade mediadora, passa a agir como homem que se perdeu, se desumanizou; a relação dos objetos, a operação humana com eles, converte-se na operação de um ente exterior ao homem e superior a ele. Por causa desses mediadores estranhos – no lugar de ser o próprio homem o mediador dos homens -, o homem considera sua vontade, sua atividade, sua relação com os demais, como força independente dele e dos outros. Sua escravidão atinge um ápice. Esse mediador converte-se então no verdadeiro deus, é a potência real que domina tudo. Seu culto converte-se em um fim em si. Separados desse mediador, os objetos perdem o valor. Ou seja, Só possuem valor na medida em que representam; originalmente, parecia que ele [o mediador] só tinha valor na medida em que os representava” (ROSDOLSKY *apud* MARX, 2001, pp. 117-118).

faz isso, pois já representa uma forma universalmente válida⁴⁹. Segundo Marx, isso só pode ocorrer em uma formação social onde o processo de produção domina o homem e não o homem o processo de produção, diz:

Quando afirmo que casaco, botas, etc. estabelecem relações com o linho, como encarnação universal do trabalho humano abstrato, causa espanto o absurdo da afirmação. Mas quando os produtores de casaco, botas etc., estabelecem relação entre essas mercadorias e o linho (ou entre elas e o ouro ou a prata, o que nada muda na substância da coisa), como equivalente universal, ou encarnação universal do trabalho humano abstrato, é precisamente sob aquela forma absurda que expressam a relação entre seus trabalhos particulares e o trabalho social total (MARX, 1996, p 84).

A crítica lançada contra a economia política clássica diz respeito principalmente ao desenvolvimento da forma do valor, pois a análise feita pelos melhores economistas políticos clássicos sempre foi incompleta com respeito ao conteúdo que oculta o valor, por exemplo, com David Ricardo e Adam Smith.

Para demonstrar como as categorias da economia burguesa são historicamente determinadas, e estão incrustadas na mente do economista político burguês, e da sociedade em geral, Marx se propõe analisar outras formas de produção.

Formas dessa natureza constituem as categorias da economia burguesa. São formas de pensamento socialmente válidas, ajustadas às relações desse modo de produção historicamente definido à produção de mercadorias. Todo o mistério do mundo das mercadorias, todo sortilégio e magia que enevoam os produtos do trabalho, ao assumirem estas a forma de mercadorias desaparecem assim que examinamos outras formas de produção (MARX, 1996, p. 85).

A primeira forma de produção analisada por Marx é a ilha de Robinson Crusoe⁵⁰. Robinson é um náufrago solitário que vive em uma ilha, e para poder sobreviver tem que

⁴⁸ Segundo Giannotti “O fetichismo das mercadorias se perfaz na forma dinheiro quando o equivalente geral entre elas se concretiza numa mercadoria transformada em moeda universal” (GIANNOTTI, 2000, p. 117).

⁴⁹ Em nota diz Marx: “a forma do valor do produto do trabalho é a forma mais abstrata, mais universal do modo de produção burguês, que através dela, fica caracterizado como uma espécie particular de produção social, de acordo com uma natureza histórica. A quem considere esse modo de produção a eterna forma natural da produção social, escapará necessariamente, o que é específico da forma do valor e, em consequência, da forma mercadoria e dos seus desenvolvimentos posteriores, a forma dinheiro, a forma capital etc” (MARX, 1996, p. 90).

produzir todos os produtos de que necessita. Por mais tarefas que tenha que desempenhar no decorrer do dia, independente da dificuldade, Robinson tem clareza do quanto trabalho tem a fazer, e quanto tempo gasta para fazer cada trabalho. A relação entre o náufrago e os objetos que ele produz é clara e simples, sendo assim, ele tem tudo o que necessita para caracterizar o valor dos objetos que produz.

A segunda forma de produção analisada por Marx é a idade média européia. Nesse período não há liberdade nem independência. A dependência geral caracteriza tanto as relações sociais quanto as relações materiais. Essa relação de dependência geral faz com que os produtos do trabalho não necessitem assumir uma natureza fantasmagórica diferente da sua realidade. Os produtos entram e saem do ambiente social como tributos e insumos. A corvéia é medida pelo tempo de trabalho, e cada homem sabe o quanto de tempo tem que despender para o senhor, e até o dízimo pago a igreja tem uma feição límpida. “No regime feudal, sejam quais forem os papéis que os homens desempenhem, ao se confrontarem, as relações sociais entre as pessoas na realização de seus trabalhos revelam-se como suas próprias relações pessoais, não se dissimulando em relações entre coisas e produtos do trabalho” (MARX, 1996, p. 86).

A terceira forma de produção analisada é a de uma indústria patriarcal rural, de uma família camponesa, que produz para satisfazer as suas próprias necessidades. Nessa forma de produção todos os objetos produzidos são produtos dos trabalhos dos diferentes integrantes da família, mas estes produtos não se confrontam entre si como mercadoria. Os diferentes trabalhos têm uma forma concreta específica, e também, uma função social específica, assim como a divisão social do trabalho é organizada espontaneamente de acordo com as necessidades da família. “As forças individuais de trabalho operam naturalmente como órgãos da força comum de trabalho da família e, por isso, o dispêndio das forças individuais de trabalho medido pelo tempo de sua duração, manifesta-se, aqui, simplesmente, em trabalhos socialmente determinados” (MARX, 1996, p. 87).

A quarta forma de produção analisada por Marx é uma suposta sociedade de homens livres, que trabalham com meios de produção comuns, e utilizam suas diferentes forças individuais de trabalho conscientemente no interior da sociedade. Assim como fazia

⁵⁰ **Robinson Crusoe** é um romance escrito por Daniel Defoe e publicado originalmente em 1719 no Reino Unido.

Robinson, mas a diferença é que agora vivem em sociedade e não isolados. O produto total produzido é produto da sociedade, sendo que uma parte desse produto é utilizada como meio de produção, e a outra parte é repartida entre os membros da comunidade como meio de consumo. A distribuição entre os meios de subsistência e os meios de consumo é regulada pela própria sociedade de acordo com os seus interesses e as suas necessidades. O tempo de trabalho pode regular a cota de participação de cada membro ao produto global dos bens de consumo e regular a necessidade das diversas proporções do trabalho existentes no interior da sociedade.

A principal característica dessas quatro formas de produção analisadas por Marx é que as relações estabelecidas entre os produtores no interior da sociedade são mais límpidas e claras do que a forma de produção capitalista. Todos os agentes da sociedade têm papéis bem definidos, e a sociedade organiza conscientemente a produção e distribuição da riqueza no seu interior. Na sociedade capitalista os produtores de mercadorias relacionam os produtos dos seus trabalhos como valores, ou seja, o produto do trabalho particular converte-se no produto do trabalho geral, indiferenciado. O trabalho ganha um caráter abstrato, indefinido, mascarado e mistificado, assim como os símbolos do cristianismo e do protestantismo. No entanto diz Marx as formas de produção que são bem mais limpas e claras que a forma de produção burguesa “[...] ou assentam na imaturidade do homem individual que não se libertou ainda do cordão umbilical que o prende a seus semelhantes na comunidade primitiva, ou se fundamentam nas relações diretas do domínio ou da escravidão” (MARX, 1996, p. 88).

Para Marx, a mistificação do mundo das mercadorias só desaparecera quando os homens tiverem total controle, domínio e consciência das bases materiais. Quando os homens estiverem livremente associados organizando a produção e a distribuição da riqueza no interior da sociedade conscientemente e racionalmente. Ou seja, quando as relações cotidianas dos homens representem relações limpas e claras, controladas pelos próprios homens.

O reflexo religioso do mundo real só pode desaparecer, quando as condições práticas das atividades cotidianas do homem representem, normalmente, relações claras entre os homens e entre estes e a natureza. A estrutura do processo vital da sociedade, isto é, do processo da produção

material, só pode desprender-se do seu véu nebuloso e místico, no dia em que for obra de homens livremente associados, submetida a seu controle consciente e planejado. Para isso precisa a sociedade de uma base material ou de uma série de condições materiais de existência, que, por sua vez, só podem ser o resultado natural de um longo e penoso processo de desenvolvimento (MARX, 1996, pp. 88-89).

Marx diz que a análise de Ricardo quanto à magnitude do valor apesar de ser uma das melhores é insuficiente por não fazer uma distinção adequada entre o trabalho representado no valor e o mesmo representado no valor-de-uso. Em suma, a economia política clássica nunca se perguntou por que esse conteúdo é ocultado, ou por que o trabalho é representado pelo valor do produto e a duração do tempo de trabalho pela magnitude desse valor. A economia política clássica não conseguiu romper as relações causais que regem a produção capitalista, e a economia vulgar não conseguiu romper nem as relações aparentes da mesma, tentando ainda justificar as verdades desse modo de produção considerando-a como uma forma histórico-natural segundo os seus interesses (Cf. MARX, 1996, pp. 89-90).

Em nota, Marx diz que o que está claro realmente é que nem a Idade Média podia viver do catolicismo, nem o Mundo Antigo da política, ou seja, o que sempre produziu riqueza em todos os tempos, e isso a história pode provar, foi o trabalho humano ⁵¹(Cf. MARX, 1996, p. 91).

⁵¹ Em uma carta a Kugelmann datada de 11 de julho de 1868 Marx escreve que “A absurda dificuldade de provar o conceito de valor decorre da completa ignorância tanto do tema tratado quanto do método científico. Qualquer criança sabe que um país que parou de trabalhar, não digo nem um ano, mas poucas semanas, morrerá. Qualquer criança sabe, também que a massa de produtos que corresponde às diferentes necessidades exige massas de trabalho total da sociedade diferentes e quantitativamente determinadas. É evidente por si mesmo que essa necessidade de distribuir o trabalho social em proporções definidas não pode ser afastada pela forma particular da produção social, mas apenas pode mudar a forma que ela assume. O que pode mudar, com a mudança das condições históricas, é a forma pela qual essas leis atuam. E a forma pela qual opera essa divisão proporcional do trabalho, em um estado da sociedade em que a interconexão do trabalho social é manifestada na troca privada dos produtos individuais do trabalho, é precisamente o valor de troca desses produtos (MARX, 1977, pp. 226-227).

2 O VALOR E O PROCESSO DE CIRCULAÇÃO

Depois de analisar a mercadoria e suas determinações, e assim também as determinações do valor, Marx passa a analisar o ambiente do Mercado. Inicialmente a mercadoria foi classificada como objeto útil e objeto de valor, e é somente por ser objeto de valor que ela torna-se interessante ao seu dono. No entanto, para a mercadoria poder se realizar ela tem que encerrar um processo. Por outro lado, como já vimos, a mercadoria caracteriza-se por ser um não objeto útil, ou não valor de uso para o seu possuidor e valor de uso para o seu não possuidor. Nesse sentido, ela é um objeto útil em potência, assim como também tem um valor inserido em si em potência. A mercadoria necessita realizar-se tanto como objeto útil, como objeto de valor, nesse sentido ela tem um impulso pelo mercado, como se tivesse vida própria.

O ambiente do mercado é perfeito para mercadoria, pois é lá que ela vê a possibilidade de encerrar o seu ciclo, e encontrar o seu *telos*. No mercado, as mercadorias se defrontam com outras mercadorias como valores, assim como os donos das mercadorias, os produtores privados se encontram com outros donos de mercadorias, outros proprietários privados.

A mercadoria precisa seguir o seu curso, precisa mudar de mãos, torna-se valor de uso, através da troca. Mas no processo de troca mercantil a mercadoria tem que se realizar primeiro como valor, para depois poder se realizar como valor de uso. Por outro lado, é preciso que em cada mercadoria estejam inseridas determinadas qualidades úteis para poder servir ao processo de troca. “Só através da troca se pode provar que o trabalho é útil aos outros, que seu produto satisfaz necessidades alheias” (MARX, 1996, p. 96).

No ambiente do mercado cada produtor privado só troca a sua mercadoria por uma mercadoria que lhe agrada e que possua o mesmo valor, a troca para esse produtor tem apenas um caráter privado. Para o proprietário da mercadoria é indiferente se a mercadoria tem ou não tem valor de uso para o seu futuro possuidor, seu objetivo é unicamente realizar a sua mercadoria como valor, permutando-a por outra mercadoria, ou por dinheiro. “A troca passa então, a ser para ele processo social. Mas não há possibilidade de o mesmo processo

ser simplesmente individual e ao mesmo tempo simplesmente social e geral, para todos os proprietários de mercadorias” (MARX, 1996, p. 96).

O caráter privado do mercado torna-o conflituoso na medida em que todos os produtores privados consideram que cada mercadoria alheia é um equivalente particular da sua mercadoria, da mesma maneira, consideram a sua mercadoria como equivalente geral de todas as outras mercadorias. No entanto, todos os produtores privados se comportam da mesma forma, daí surge uma grande dificuldade em estabelecer um equivalente geral que consiga realizar a infinidade de valores relativos no interior do mercado. O instinto dos produtores privados, e o próprio movimento do mercado sente a necessidade de engendrar um equivalente geral, ao qual as suas mercadorias possam ser igualadas como valores, no entanto diz Marx:

Mas, apenas a ação social pode fazer uma determinada mercadoria equivalente geral. A ação social de todas as outras mercadorias elege, portanto, uma determinada para nela representarem seus valores. A forma corpórea dessa mercadoria torna-se desse modo, a forma equivalente com validade social; ser equivalente geral torna-se função especificamente social da mercadoria eleita. Assim ela vira dinheiro (MARX, 1996, p. 97).

A forma dinheiro é uma expressão necessária do valor das mercadorias no processo de troca, a conexão perfeita entre o caráter privado da produção e o caráter social da circulação. É uma necessidade histórica do desenvolvimento das trocas e da contradição inerente à mercadoria, valor de uso e valor. Os agentes da troca no interior do mercado se reconhecem entre si como proprietários privados, autônomos, e independentes, todos tendo como objetivo realizar o valor de suas mercadorias.

Uma das principais características da forma de produção capitalista é justamente a independência e a autonomia da produção. Cada produtor privado regula como queira a quantidade de produtos a inserir no mercado sem qualquer interferência externa e nesse sentido tem total liberdade jurídica. No entanto, para realizar o valor de sua mercadoria o proprietário privado tem que adentrar no interior do mercado e se confrontar com uma série de outros proprietários privados que tem comportamento igual ao seu.

Diz Marx que de início a relação quantitativa de troca entre dois possuidores de mercadorias é puramente casual e dependente da vontade dos mesmos. Com o passar dos

anos, aumenta a necessidade de produtos vindos de fora das fronteiras da comunidade, assim também como aumenta a exportação dos produtos do interior da comunidade para o exterior. Esses produtos excêntricos e novos contagiam a cada dia mais, tanto o interior como o exterior da sociedade.

A repetição constante da troca torna-se um processo social regular. Por isso, com o tempo passa-se a fazer, para troca intencionalmente, pelo menos uma parte dos produtos do trabalho. A partir desse momento, consolida-se a dissociação entre a utilidade das coisas destinadas a satisfação direta das necessidades e as coisas destinadas a troca. Seu valor de uso dissocia-se do seu valor de troca. Demais, a proporção quantitativa em que se trocam fica dependente de sua própria produção. O costume imprime-lhes o caráter de magnitudes de valor (MARX, 1996, p. 98).

No processo de troca direta a forma do valor da mercadoria ainda é dependente do seu valor de uso. Cada mercadoria é para o seu possuidor meio de troca, sendo que para o seu não possuidor ela é equivalente da sua mercadoria, mas somente enquanto lhe servir de valor de uso. Nesse caso, valor e valor de uso estão ainda intimamente ligados, e dependentes um do outro. Com a o aumento crescente da variedade de mercadorias e dos processos de troca no interior do mercado surge a necessidade uma mercadoria que tenha a função de igualar as outras mercadorias nos inúmeros processos e onde os diversos valores possam ser comparados.

Essa mercadoria especial, tornando-se o equivalente de outras mercadorias diferentes, recebe imediatamente, embora dentro de estreitos limites, a forma de equivalente geral ou social. Essa forma de equivalente geral surge e desaparece com o efêmero contacto social que lhe deu vida (MARX, 1996, p. 99).

Inicialmente a forma de equivalente geral é atribuída a mercadorias aleatórias, mas com o desenvolvimento do processo de troca a forma de equivalente geral fixa-se em mercadorias especiais ou na forma dinheiro. Geralmente a forma dinheiro cristaliza-se nos artigos mais importantes vindos do exterior, artigos estes que representam universalmente um valor de troca, o gado, por exemplo. Marx diz que os povos nômades são os primeiros a utilizar o dinheiro porque toda a sua riqueza é móvel e diretamente alienável, sendo que

também estes estavam constantemente em contato com outros povos praticando a troca dos seus produtos.

À medida que a troca de mercadorias rompe os laços locais, e que se cristaliza cada vez mais trabalho humano em geral no valor das mercadorias, passa a forma dinheiro a localizar-se nas mercadorias que, por natureza, se prestam a função social de equivalente universal, os metais preciosos (MARX, 1996, p. 99).

A forma mercadoria-dinheiro condensa no seu corpo a relação existente entre todas as outras mercadorias. Sendo que é uma mercadoria, o dinheiro possui uma dupla função, que é a de servir como meio de troca, mas também serve como objeto útil, o ouro, por exemplo, serve para obturar dentes. O processo de troca que leva a mercadoria a transformar-se em equivalente geral e conseqüentemente em dinheiro, não atribui um novo valor a mercadoria, diferente do que aquele que ela já tem, esse processo apenas faz com que essa mercadoria expresse sua forma específica de valor de maneira universal. A forma dinheiro não é algo exterior a própria coisa, ela apenas expressa um desenvolvimento natural do processo de troca.

Embora o ouro, como dinheiro, seja o equivalente geral de todas as mercadorias, sendo, portanto permutável com todas as outras mercadorias, o seu valor mesmo não pode ser expresso nessa relação equivalente. O valor do ouro só pode ser expresso na forma relativa com outra mercadoria qualquer, pois a magnitude de seu valor, como qualquer outra mercadoria é determinada pelo tempo de trabalho gasto na sua produção. Por isso seu valor só pode ser verificado no ato de troca. No entanto diz Marx: “A dificuldade não reside em demonstrar que dinheiro é mercadoria, mas como, porque, e através de que meios, o dinheiro é mercadoria” (MARX, 1996, p. 103).

Para desvendar o enigma da mercadoria e do dinheiro, Marx recorre a mais simples relação de expressão do valor das mercadorias: x da mercadoria A é igual y da mercadoria B . Nessa relação à mercadoria B expressa a magnitude do valor da mercadoria A , no entanto, a mercadoria B “parece possuir a forma de equivalente independentemente dessa relação, como propriedade social de sua natureza” (MARX, 1996, p. 103). A forma equivalente de B adquire naturalidade e autonomia da forma A , fazendo com que A se submeta a ela. Esse ato, segundo Marx, é uma falsa aparência que se concretiza quando à

forma de equivalente geral se fundi à forma corpórea de determinada espécie de mercadoria ou se cristaliza na forma dinheiro.

Essa falsa aparência distorce a relação existente entre mercadoria e dinheiro, diz Marx “[...] uma mercadoria não se torna dinheiro somente porque todas as outras nela representam seu valor, mas ao contrário, todas as demais nela expressam seus valores, porque ela é dinheiro” (MARX, 1996, p. 103). O decorrer desse processo faz a mercadoria nascer cultuando o dinheiro, e agradecendo por sua existência, sendo ele fonte legítima de expressão de seu valor.

O ouro e a prata já saem das entranhas da terra como encarnação direta de todo o trabalho humano. Daí a magia do dinheiro. Os homens procedem de maneira atomística no processo de produção social e suas relações de produção assumem uma configuração material que não depende do seu controle nem de sua ação consciente individual. Esses fenômenos se manifestam na transformação geral dos produtos do trabalho em mercadorias, transformação que gera a mercadoria equivalente universal. O enigma do fetiche dinheiro é, assim, nada mais do que o enigma do fetiche mercadoria em forma patente e deslumbrante (MARX, 1996, pp. 103-104).

A grande dificuldade da análise do dinheiro provém da sua forma mística e luminosa de manifestação. O desenvolvimento do processo de troca faz com que o dinheiro se torne forma de expressão de valor de todas as mercadorias. Tendo a capacidade de ser trocado por qualquer mercadoria no interior do mercado o dinheiro resplandece aos olhos dos agentes da troca que imediatamente se apaixonam por ele. Essa paixão faz que estes agentes percam de vista todo o processo, e enxerguem somente o seu resultado final. Por isso, diz Marx que uma análise coerente do fetiche do dinheiro deve voltar-se para a análise das raízes do fetiche da mercadoria.

2.1 O DESENVOLVIMENTO DO DINHEIRO.

O desenvolvimento da análise de Marx pressupõe que o ouro é a mercadoria dinheiro. Como dinheiro, o ouro tem a função de expressar o valor de outras mercadorias,

como grandezas qualitativamente iguais e quantitativamente comparáveis. Assim, o ouro exerce medida universal de valores, tornando-se equivalente geral e dinheiro.

Embora não seja através do dinheiro que as mercadorias se tornam comensuráveis, o dinheiro como medida de valor, é a forma necessária de manifestar a medida imanente do valor das mercadorias, o tempo de trabalho.

Com o desenvolvimento da forma dinheiro as mercadorias não precisam mais expressar o seu valor em uma série gigantesca de valores relativos, porque o ouro assumiu a forma equivalente geral e expressa o valor de todas as mercadorias de uma forma socialmente válida.

A expressão do valor de uma mercadoria em ouro (x da mercadoria $A = y$ da mercadoria ouro) é sua forma dinheiro ou seu preço. Uma equação apenas, - por exemplo, 1 tonelada de ferro = 2 onças de ouro, - basta agora, para apresentar o valor do ferro de maneira socialmente válida (MARX, 1996, p. 106).

Embora o ouro como dinheiro expresse o valor de todas as outras mercadorias, ele não tem a capacidade de expressar o seu próprio valor, pois para fazer isto teria que ser equivalente de si mesmo. “Como forma de valor, o preço ou a forma dinheiro das mercadorias se distingue da sua forma corpórea real e tangível” (MARX, 1996, p. 107). O preço é uma representação externa e ideal de um elemento oculto que é o valor. No entanto, o valor das mercadorias só se exprime na relação com o ouro, essa é uma relação que se encontra, por assim dizer, na cabeça dos agentes do processo de troca. As mercadorias não vem ao mundo, cada uma com uma etiqueta dizendo o quanto custam, os seus possuidores tem que por nela uma etiqueta para representar aquilo que eles, idealmente esperam conseguir desse processo. O ouro nesse processo serve apenas com medida ideal de valor, “Todo dono de mercadoria sabe que não transformou sua mercadoria em ouro, quando dá a seu valor a forma de preço ou a forma idealizada de ouro, e que não precisa de nenhuma quantidade de ouro real para estimar em ouro milhões de mercadorias” (MARX, 1996, p. 107).

Embora o ouro, como dinheiro idealizado sirva como medida de valores para as mercadorias, a determinação do preço depende unicamente da substância real do preço, ou

seja, o valor, que por sua vez é determinado pela quantidade de trabalho humano necessário para a produção de um certo produto. Uma tonelada de ferro, por exemplo, só é igualada a determinada quantidade de ouro que possua a mesma quantidade de trabalho humano socialmente igual. Por isso, se duas mercadorias diferentes, como ouro e prata servem como medidas de valor, às diversas mercadorias no interior do mercado terão duas espécies de preços. O preço em ouro e o preço em prata funcionam bem enquanto não se altera a relação de valor entre o ouro e a prata, pois se alterando essa relação alteram-se também a relação dos preços do ouro e da prata, como também os preços das mercadorias. Esse processo demonstra que duplicar a medida de valor contraria a função dessa medida.

No ambiente do mercado as mercadorias com preços determinados se relacionam da seguinte forma: a da mercadoria $A = x$ de ouro, b da mercadoria $B = z$ de ouro. Nesse exemplo a e b representam determinadas quantidades das mercadorias A e B , sendo que x e z representam determinadas quantidades de ouro. Nessa relação às mercadorias se relacionam quantitativamente à determinadas quantidades ideais de ouro, transformam-se em coisas iguais, na medida em que todas se relacionam como magnitudes idênticas de ouro, independentemente da variedade de formas corpóreas que possuam. O desenvolvimento desse processo cria a necessidade técnica de relacionar as mercadorias com uma quantidade fixa de ouro criando único padrão de medida. Diz Marx:

Antes de se tornar dinheiro, o ouro, a prata e o cobre já possuem essas medidas-padrão em seus estalões de peso, de modo que uma libra-peso, ao servir de unidade, se subdivide em onças etc., Por isso, na circulação monetária metálica, os nomes primitivos dos padrões de dinheiro, ou seja, dos estalões de preços, provieram nos nomes que já existiam de padrões de peso (MARX, 1996, p. 109).

O ouro como dinheiro, desempenha duas funções importantes no sistema de troca que são totalmente diferentes, a saber, medida de valores e estalão de preços. Marx mostra que é preciso distinguir adequadamente essas duas categorias para que evitemos cair em equívocos. Diz o autor que o dinheiro “É medida dos valores por se encarnação social do trabalho humano, [...] serve para converter os valores das diferentes mercadorias em preços, em quantidades imaginárias de ouro” (MARX, 1996, p. 109). O dinheiro funciona como

estalão de preços quando é um peso fixo de metal, servindo para medir e comparar determinadas quantidades de ouro.

Para que o ouro possa ter a função de stalão dos preços, determinado peso dele deve servir como unidade de medida. Marx demonstra que é importante que se preserve à imutabilidade dos meios de medida para que se possam comparar grandezas homogêneas. Como stalão de preços o ouro estabelece apenas uma relação quantitativa entre as suas diferentes grandezas.

A função de medida dos valores só pode ser desempenhada pelo ouro por ele ser produto do trabalho humano, portanto fonte de valor, e assim, potencialmente variável. No entanto Marx mostra que as variações no valor do ouro em nada interferem na sua função de stalão de preços, porque “Por mais que varie o valor do ouro, quantidades determinadas de ouro mantêm entre si a mesma proporção de valor [...] Assim, o ouro no seu papel de stalão fixo de preços, presta sempre o mesmo serviço, qualquer que seja a variação do seu valor” (MARX, 1996, p. 110). Essa variação do valor do ouro também não interfere na sua função de medida de valor, “Ela atinge simultaneamente todas as mercadorias e, não se modificando as demais circunstâncias, deixam inalterados os seus valores relativos recíprocos, embora se expressem todos em preços-ouro, mais altos ou mais baixos que os anteriores” (MARX, 1996, p. 110).

Quando se representa o valor de uma mercadoria no valor de uso da outra na forma relativa, o que se faz é pressupor que em uma determinada ocasião uma determinada quantidade de trabalho. Assim, Marx demonstra que o movimento dos preços na forma relativa só pode ocorrer nas seguintes condições:

Só pode haver subida geral dos preços das mercadorias, permanecendo inalterável o valor do dinheiro, quando os valores das mercadorias sobem; não se modificando os valores das mercadorias, quando cai o valor do dinheiro. E, ao contrário, só pode suceder queda geral dos preços das mercadorias, mantendo-se inalterável o valor do dinheiro, quando os valores das mercadorias caem; não se alterando os valores das mercadorias, quando o valor do dinheiro sobe. Não se conclua daí que a ascensão do valor do dinheiro determine queda proporcional nos preços das mercadorias, e a descensão, subida proporcional nesses preços. Isto só vigora para mercadorias de valor inalterado. Mantêm os mesmos preços aquelas mercadorias, por exemplo, cujo valor sobe na mesma proporção e no mesmo tempo em que ascende o valor do ouro. Se seu valor sobe mais

lento ou mais rápido que o valor do dinheiro, a queda ou ascensão dos seus preços será determinada pela diferença entre a variação do valor e a do dinheiro; e assim por diante (MARX, 1996, p. 111).

Marx diz que com o decorrer dos processos históricos, os nomes dos pesos dos metais (que agora representam o próprio dinheiro) foram divergindo, fazendo com que o Estado tivesse que distinguir por lei o padrão monetário do padrão corrente de peso das moedas, instituindo um único padrão. Dentre os diversos motivos que se sucederam Marx destaca: 1) A introdução de dinheiro estrangeiro em povos menos desenvolvidos, faz os nomes monetários dos países estrangeiros divergirem dos nomes de pesos nativos. 2) A expulsão do metal menos nobre pelo metal mais nobre, o cobre pela prata, a prata pelo ouro. 3) A falsificação das moedas praticada pelos príncipes durante anos deixando apenas o nome.

A intervenção do Estado cria um padrão monetário único que embora seja puramente convencional tem que ter validade social geral. Dessa forma “Certo peso de metal nobre, por exemplo, uma onça de ouro, é dividida oficialmente em partes alíquotas, as quais são batizadas com nomes legais como libra, dólar etc. Essa parte alíquota, que é então considerada a unidade propriamente dita de dinheiro [...]” (MARX, 1996, p. 112). As mercadorias não precisam mais se representar em quantidades ideais de ouro, pois o dinheiro superou todas as contradições anteriores (inerentes ao processo de troca de mercadorias) tornando-se forma de manifestação comum do valor das mercadorias.

Marx demonstra que todo esse desenvolvimento, que produz a forma dinheiro mais desenvolvida faz a relação de valor ficar totalmente encoberta, na medida em que os agentes da troca se relacionam apenas com nomes, com figuras, com símbolos. Esse processo místico torna-se ainda mais incompreensível aos agentes da troca porque esses símbolos expressam o valor das mercadorias, e ao mesmo tempo partes alíquotas de peso, de acordo com um padrão monetário fixo instituído por lei pelo Estado. Todo esse processo contraditório que oculta o valor das mercadorias, de acordo com Marx é uma condição inerente ao próprio processo de troca “[...] é necessário que o valor adquira essa forma, diversa da imensa variedade física do mundo das mercadorias, e dotada de objetividade simples, puramente social” (MARX, 1996, p 113).

Outra peculiaridade analisada por Marx no processo de troca é a divergência entre preço e magnitude do valor das mercadorias. “O preço é a designação monetária do trabalho incorporado na mercadoria” (MARX, 1996, p. 114). O preço revela a magnitude do valor das mercadorias no interior do processo de troca, e somente aí, na relação da mercadoria com o dinheiro. Por revelar a magnitude do valor das mercadorias neste processo não significa que este mesmo processo expresse conseqüentemente o verdadeiro valor das mercadorias, pois o preço é uma determinação externa.

Trabalho socialmente necessário de igual grandeza cristaliza-se em 1 *quarter* de trigo e em 2 libras esterlinas (cerca de meia onça de ouro). As duas libras esterlinas são a expressão monetária da magnitude de valor de 1 *quarter* de trigo, ou seu preço. Admitamos que as circunstâncias elevem sua cotação a 3 libras esterlinas, ou compilam-na a cair a 1 libra, então, 1 libra esterlina é uma expressão demasiadamente baixa da magnitude do valor do trigo, e 3 libras, uma expressão alta demais, mas, apesar disso, são os preços do trigo, pois primeiro, são sua forma de valor e, segundo, indicam sua relação com o dinheiro (MARX, 1996, p. 114).

A magnitude do valor das mercadorias é uma determinação interna da mercadoria e não uma determinação social é uma determinação natural, e não forjada pelo processo de troca, por isso independe da vontade dos agentes da troca. Por isso, diz Marx que a forma preço pode tanto expressar a magnitude real do valor das mercadorias, quanto uma magnitude deformada para mais ou para menos, pela relação entre a mercadoria e o dinheiro de acordo com as circunstâncias do processo de troca. No entanto, diz o autor que essa divergência, ou aparente contradição, é perfeitamente normal, pois ela é inerente a própria forma preço. “Isto não constitui um defeito dela, mas torna-a a forma mais adequada a um modo de produção, em que a regra só pode se impor através da média que se realiza, irresistivelmente, através da irregularidade aparente” (MARX, 1996, p. 115).

Como uma forma externa, e expressão social do mundo das trocas, a forma preço contém uma terceira peculiaridade. Além de admitir uma divergência quantitativa entre o preço e a magnitude do valor, ou seja, expressando ora o valor real e ora o valor deformado da mercadoria, diz Marx que a forma preço também possui uma diferença qualitativa, fazendo com que o preço deixe de ser expressão do valor. Ou seja, o preço passa a expressar valor daquilo que não possui valor, como também, expressar valor daquilo que

não tem um valor. “Coisas que em si mesmas, não são mercadorias, por exemplo, honra, consciência, etc., podem seus donos considerar alienáveis por dinheiro, e assim receber por meio de seu preço, a forma mercadoria. Uma coisa pode formalmente, ter um preço sem ter um valor” (MARX, 1996, p. 115). A forma preço torna-se uma forma imaginária de expressão do mundo das mercadorias, uma forma puramente ideal, sendo que é assim, em determinados momentos chega a ocultar o valor, por exemplo, quando se expressa o preço de uma terra não cultivada, expressa-se o preço daquilo que não tem valor real, ou tem um valor indeterminado, pois não há nenhum trabalho ali inserido.

Marx diz que embora a forma preço tenha a capacidade de expressar o valor das mercadorias em dinheiro na relação de troca, ela não tem capacidade de transformar a mercadoria que se encontra na forma relativa migrando para a forma equivalente em ouro real. Na relação de troca de 1 tonelada de ferro por 1 onça de ouro, a forma preço não garante a permutabilidade do ferro na forma equivalente. Para fazer isso, o ferro tem que se desprender de sua forma natural e transubstanciar-se, se transformando de ouro idealizado em ouro real. Nessa relação pode o ferro na forma preço possuir uma expressão ideal de valor, mas não é possível que sejam ferro e ouro ao mesmo tempo, daí que o ferro só pode existir como figura de valor igualando-se ao ouro idealizado. No entanto, diz Marx que para servir ao seu possuidor o serviço de equivalente geral o ferro tem que ser trocado por ouro. Diz Marx:

A forma preço implica a alienabilidade das mercadorias contra o dinheiro e a necessidade dessa alienação por dinheiro. Por outro lado, o ouro funciona como medida ideal de valor, apenas porque já operava, no processo de troca, como mercadoria dinheiro. Atrás da mensuração ideal dos valores espreita o metal sonante (MARX, 1996, p. 116).

2.2 A METAMORFOSE DAS MERCADORIAS

O processo de troca realiza a circulação das mercadorias no interior da sociedade, fazendo com que mercadorias que são não valores de uso para seus proprietários se transformem em valores de uso para os seus não proprietários, encerrando a caminhada da mercadoria até a esfera do consumo. Marx não tem especial preocupação com a esfera do consumo neste momento, pois esta esfera é a esfera dos desejos, da vontade, do acaso etc.

Nesse sentido, o autor se concentrará na análise do processo de troca das mercadorias. Diz Marx que é preciso analisar atentamente este processo, pois ele inebria a mente dos agentes da troca fazendo com que eles não percebam o que se esconde atrás dela. “Atentando-se apenas para esse aspecto material, para a troca de mercadoria por dinheiro, deixa-se de ver o que deve ser visto, isto é, o que se passa com a forma” (MARX, 1996, p. 117).

O processo de troca de mercadoria por dinheiro encanta os agentes da troca na forma equivalente. Esse processo transforma o dinheiro como representante do trabalho geral, numa figura mística, uma criatura especial diferente de qualquer outra mercadoria. O dinheiro ganha uma forma sobrenatural, e aparece aos possuidores das mercadorias como uma criação independente do mundo das trocas, negando assim toda a sua gênese. “Não se percebe que o ouro, quando mercadoria apenas, não é dinheiro, e que as outras mercadorias ao expressarem seus preços em ouro, este passa a ser a forma de dinheiro das próprias mercadorias” (MARX, 1996, p. 117).

O processo de troca expressa as contradições inerentes à forma mercadoria e a oposição existente entre valor de uso e valor.

As mercadorias, tal como são, entram no processo de troca. Este produz uma bifurcação da mercadoria em mercadoria e dinheiro, estabelecendo-se entre estes uma oposição externa em que se patenteia a oposição, imanente à mercadoria, entre valor de uso e valor (MARX, 1996, p. 117).

Externamente, as mercadorias se opõem com o dinheiro como valor de uso, sendo o dinheiro, valor de troca ou a realização do preço da mercadoria. No entanto, essa oposição, como já foi demonstrada por Marx é uma falsa oposição, pois na verdade as mercadorias se confrontam mutuamente como unidade de valor de uso e valor. Diz Marx:

Essa unidade de contrários manifesta-se em cada um dos dois pólos, que opõem em suas relações recíprocas. A mercadoria é realmente valor de uso, e seu valor se expressa idealmente no preço que se equipara ao ouro, seu oponente, que representa a figura real do seu valor. A substância material do ouro serve apenas para encarnar o valor do dinheiro. Por isso, é realmente valor de troca. Seu valor de uso se expressa apenas idealmente na série de expressões do valor relativo em que se equipara a todas as mercadorias que com ele se comparam e forma o circuito de suas

reais modalidades de uso. É dentro dessas formas antitéticas das mercadorias que se move e concretiza o processo de troca (MARX, 1996, pp. 117-118).

A contradição inerente à forma mercadoria, sua forma natural e sua forma social, não se encerram no processo de troca, ao contrário, o processo de troca potencializa esta contradição tornando-a cada vez mais evidente. A partir desse processo contraditório Marx avança, buscando analisar a forma como o processo de troca ocorre no interior da sociedade.

O processo de troca mais simples que existe, se expressa em duas operações distintas, ou nas palavras de Marx duas metamorfoses opostas – a mercadoria converte-se em dinheiro e o dinheiro converte-se em mercadoria. Para exemplificar essa operação Marx utiliza a figura do tecelão que produz, por exemplo, 20 metros de linho, que são não valores de uso para si próprio. Vai ao mercado e troca o seu linho por 2 libras esterlinas, que são equivalentes ao valor de seu linho. Porém, o processo não se encerra aí, pois, o tecelão volta ao mercado e troca suas 2 libras esterlinas por um bíblia, diz Marx, para satisfazer suas necessidades de instrução edificante.

O processo que encerra a troca é virtuoso, onde reina a liberdade tanto do tecelão, como do possuidor do dinheiro, quanto do possuidor da bíblia. Todos eles trocam os seus produtos por livre e espontânea vontade. Do ponto de vista do tecelão, importa somente converter seu produto em um valor de troca universal, para que assim possa voltar ao mercado para obter a bíblia. Para ele, tanto faz se seu produto vai ou não servir para o seu possuidor, o que importa para ele é trocar o seu trabalho por trabalho alheio, ou seja, trocar produtos.

A forma desse processo fica da seguinte maneira: (mercadoria) M –(dinheiro) D-(mercadoria)M, ou M-D-M. Esse processo encerra o ciclo da mercadoria no interior do mercado, tendo ela que adentrar na esfera do consumo, ou seja, venda de mercadoria e compra de mercadoria. Marx mostra que na verdade todo esse movimento poderia ser reduzido a contraposição de mercadoria com mercadoria, pois o fim é justamente a compra da mercadoria para ser inserida na esfera do consumo.

A venda é a primeira fase da metamorfose da mercadoria, é o momento em que a mercadoria muda de mãos e se torna um valor de uso. No momento da venda o valor

inserido no corpo da mercadoria linho, por exemplo, pula para o corpo da mercadoria Ouro. Diz Marx que esse é o salto mortal da mercadoria. O agente da troca lança sua mercadoria no interior do mercado esperando encontrar outro agente da troca que possua uma mercadoria especial, o dinheiro. A mercadoria que está na mão do agente de troca é um não valor de uso para si, somente poderá ser um valor de troca se for convertido em dinheiro, porém o dinheiro se encontra em um bolso alheio, um bolso estranho. Para se transformar em um equivalente geral socialmente válido, a mercadoria tem que ser atraente ao dono do dinheiro deve ser potencialmente um valor de uso para o dono dinheiro e conseqüentemente ter na sua corporalidade uma forma de trabalho socialmente útil.

A transformação da mercadoria em dinheiro é inevitável para a efetivação da mercadoria, porém existem muitos fatores que impedem essa metamorfose, como a divisão social do trabalho que está sempre em desenvolvimento, à emergência de novas necessidades no interior da sociedade ou a saturação de determinada mercadoria no interior da sociedade. O produto que satisfaz hoje determinada necessidade, amanhã já não satisfaz.

No interior do mercado nenhuma mercadoria tem a garantia de ter o seu valor de uso satisfeito, por mais que esteja inserida no processo de divisão social do trabalho. Não tendo a mercadoria, seu valor de uso satisfeito, quem se frustra é o seu dono. Admitindo que a mercadoria consiga encantar o possuidor do dinheiro, sendo assim reconhecida como um verdadeiro valor de uso troca-se o dinheiro, que representa uma determinada magnitude de valor, pelo preço estampado na mercadoria que também representa uma determinada magnitude de valor. Nessa relação, o preço funciona como a representação em dinheiro de determinada quantidade de trabalho inserido na mercadoria.

Outro fator que interfere na metamorfose da troca da mercadoria pelo dinheiro é a variação do tempo socialmente necessário para a produção de uma mercadoria. O tecelão quando insere o linho no mercado pressupõe que receberá determinada quantidade de dinheiro por ele, de acordo com o tempo de trabalho que gastou para produzi-lo. Porém, no ambiente mercantil, o que ontem era o tempo necessário para a produção de um metro de linho, hoje já não é mais. No entanto, diz Marx, se admitimos que cada peça de linho contenha a quantidade igual socialmente necessária de trabalho, pode ser que ocorra uma produção superflua de mercadorias. Cada produtor privado produz de acordo com os

princípios da liberdade e igualdade, assim como, a sua livre vontade. Dessa maneira a produção não é regulada segundo um princípio social anterior a produção, e depende unicamente da vontade dos produtores das mercadorias. Sendo assim cada produtor pode escolher produzir a mesma mercadoria que vários outros, impedindo o mercado de absorver a quantidade global de mercadorias. O linho do tecelão, que tinha o preço normal de 2 xelins por metro, passa a custar 1 xelin, demonstrando que a sociedade despendeu trabalho excessivo na tecelagem em linho.

Da mesma maneira, ocorre com o tecelão individual que despende mais trabalho do que o socialmente necessário para a produção do linho. O trabalho particular socialmente necessário para a produção do linho despendido pelo tecelão torna-se parte do trabalho social e geral do conjunto da sociedade. “É como se todo o linho, existente no mercado, fosse um único artigo de comércio, e cada peça mera parte alíquota. E de fato, o valor de cada metro é apenas materialização da mesma quantidade, socialmente fixada, de trabalho humano homogêneo” (MARX, 1996, p. 120).

O caminho percorrido pela mercadoria em direção ao dinheiro é um caminho pedregoso e cheio de intempéries, determinado pelas altas e baixas do mercado; a evolução constante da divisão social do trabalho; o trabalho socialmente necessário para a produção das mercadorias, de acordo com as necessidades existentes no interior da sociedade. “Evidentemente, a mercadoria ama o dinheiro, mas nunca é sereno o curso do verdadeiro amor” (MARX, 1996, p. 120).

O produtor privado da mercadoria percebe que apesar de ser livre para produzir o quanto desejar, de acordo com a sua vontade, independente de qualquer fator externo, está vinculado a todos os outros produtores de mercadorias, em um processo de interdependência mútua no interior do mercado. Ou seja, a mesma divisão do trabalho que o torna livre também o torna dependente de todos os outros agentes do mercado que se comportam da mesma maneira⁵². O mercado funciona como um barômetro para o produtor

⁵² “Em sua empresa, cada produtor de mercadorias é formalmente livre para produzir, se quiser, qualquer produto que lhe agrade e da maneira que escolher. Mas, quando leva o produto final de seu trabalho ao mercado, para trocá-lo, ele não é livre para determinar as proporções da troca, mas deve submeter-se às condições (flutuações) do mercado, que são comuns a todos os produtores desse produto. Portanto já no processo de produção direta ele é forçado a adaptar sua atividade de trabalho (antecipadamente) às condições

privado, que deve estar sempre atento às suas flutuações para poder organizar previamente sua produção.

O processo da divisão social do trabalho que transforma o produto em mercadoria, e conseqüentemente, impele a mercadoria a transformar-se em dinheiro, encerra-se em duas operações que se excluem e ao mesmo tempo se completam. Marx destaca algumas peculiaridades no processo de compra e venda de mercadorias. Diz ele que, supondo que a metamorfose da mercadoria em dinheiro ocorra, mesmo que o seu preço esteja abaixo ou acima da magnitude de seu valor “O vendedor substitui sua mercadoria por ouro; o comprador seu ouro por mercadoria” (MARX, 1996, p. 121). Essa operação encerra o processo de troca. No entanto, para o ouro não é tão útil ser trocado pela mercadoria, do que a mercadoria pelo ouro. Por isso, essa operação torna-se muito mais vantajosa para mercadoria, do que para o ouro. A metamorfose da mercadoria configura-se na troca do valor contido na mercadoria, pelo valor contido no ouro. Quando a mercadoria transfere o seu valor para o ouro ela transfere o seu valor em uma forma particular e limitada para uma forma geral e universal, socialmente válida de equivalente geral.

O ouro para a mercadoria exerce a função de dinheiro, de equivalente geral, no qual ela se espelha e persegue. Por outro lado, a mercadoria, para o ouro, exerce a função de equivalente particular, por isso, limitada no mundo das mercadorias. Quando a mercadoria consegue atrair o ouro, a mercadoria equipara a sua função de preço, que é a forma ideal do seu valor (ouro ideal), pelo ouro na função de dinheiro. A mercadoria aliena a sua forma ideal de ouro na forma real de dinheiro, é a realização da forma preço, ou a forma ideal de valor.

A realização do preço, ou da forma ideal do valor da mercadoria, é, por isso, a realização simultânea e oposta do valor de uso ideal do dinheiro; a transformação da mercadoria em dinheiro é, ao mesmo tempo, transformação de dinheiro em mercadoria. É um processo único encerrando duas operações: venda para o possuidor da mercadoria; compra para o dono do dinheiro. Em outras palavras, venda é compra, M-D é ao mesmo tempo D-M (MARX, 1996, p. 121).

esperadas do mercado. O fato de o produtor depender do mercado significa que sua atividade produtiva depende da atividade produtiva de todos os membros da sociedade” (RUBIN, 1980, p. 23).

Analisando o processo de troca em sua forma primária, podemos perceber que nesse processo reina a justiça, a igualdade de direitos e da livre vontade dos agentes da troca. Cada produtor aliena determinada quantidade do produto do seu trabalho, por determinada quantidade do produto do trabalho do outro, de acordo com a sua consciência. Diz Marx, que para o possuidor da mercadoria se confrontar com o possuidor do dinheiro, primeiramente é necessário que este exista, e que sua mercadoria já exerça a função de dinheiro, que possua a forma de dinheiro, ou seja, materialmente ouro.

Para que funcione como dinheiro o ouro precisa adentrar no mercado, e faz isso através da fonte de sua produção, a partir do momento em que o ouro se troca por outro produto do trabalho do mesmo valor, torna-se a representação realizada dos preços das mercadorias, transformando-se na matéria da mercadoria por ele alienada, percorrendo assim, a primeira metamorfose da mercadoria: M-D.

O ouro se tornou dinheiro ideal ou medida de valor, porque as mercadorias nele mediam seus valores, viam nele a figura do seu valor, idealmente contraposta a seu corpo útil. Torna-se dinheiro real, porque as mercadorias, por meio de sua alienação geral, fazem dele a encarnação real do seu valor, a figura em que se transforma seu corpo útil (MARX, 1996, p. 123).

A metamorfose da mercadoria produz um profundo processo de abstração, fazendo com que todos os vestígios de qualidades úteis e todo o trabalho útil inserido na mercadoria desapareçam. O dinheiro transforma todos os produtos dos trabalhos particulares em trabalho socialmente igualado, homogêneo. A gênese do trabalho é toda apagada “O dinheiro não deixa transparecer a espécie de mercadoria nele convertida. Qualquer mercadoria ao assumir a forma dinheiro, é igual a qualquer outra. Dinheiro pode ser excremento, mas excremento não é dinheiro” (MARX, 1996, p. 122).

Marx usa novamente o exemplo do tecelão para esclarecer a contradição existente na dupla metamorfose da mercadoria. Em seu exemplo Marx supõe que o ouro, que é trocado pelo linho, seja a forma transformada (metamorfoseada) de outra mercadoria, como o trigo. Essa operação encerra dois processos distintos: compra e venda. “A venda do linho, M-D, é, ao mesmo tempo, sua compra, D-M. Mas, com a venda do linho, tem início um movimento que se conclui com a operação oposta, a compra da Bíblia; a compra do linho

leva ao fim um movimento iniciado com a operação oposta, a venda do trigo” (MARX, 1996, p. 122).

Na utopia do processo de troca mercantil, todo fim é um novo começo, onde a primeira metamorfose, a compra, M-D-M (linho-dinheiro-Bíblia) é a última fase de outra metamorfose oposta, a venda, M-D-M (trigo-dinheiro-linho). A venda é a última fase da metamorfose, o momento em que a mercadoria se converte em uma mercadoria mística totalmente alienável por qualquer outra mercadoria. O dinheiro enxerga no mercado uma imensidão de mercadorias pelas quais, ele pode ser trocado, embora esteja limitado por sua própria quantidade. Por outro lado, a mercadoria somente vê o dinheiro como a possibilidade de sua realização completa. Quando a mercadoria consegue converter a sua forma preço na forma dinheiro, desaparece dela todo o seu passado, toda a sua gênese, todo o seu valor de uso. “Desaparecendo a mercadoria, ao se transformar em dinheiro, não se percebe, examinando-o, de que modo chegou às mãos de seu possuidor, nem a coisa que nele se transformou. Qualquer que seja sua origem ‘não cheira’”(MARX, 1996, p. 123).

Do ponto de vista dos agentes da troca, o processo mercantil não possui nem um tempo passado, nem um tempo futuro, mas apenas o tempo presente, fazendo com que o olhar destes homens fique limitado e defeituoso. Para os agentes da troca o que importa é realizar sua mercadoria transformá-la em equivalente geral. Mas o processo que transforma o linho do tecelão em dinheiro, para finalmente transformar o dinheiro em Bíblia é o início do processo que converte o dinheiro recebido pelo dono da Bíblia em aguardente. “A fase de M-D-M (linho-dinheiro-Bíblia) é ao mesmo tempo, M-D é a primeira fase de M-D-M (Bíblia-dinheiro-aguardente)” (MARX, 1996, p. 123). No ambiente mercantil o processo de compra e venda de mercadorias leva a uma extensa série de relações entre as mercadorias, sendo que uma venda pode ser resultado de muitas compras, ou ser o motivo de muitas compras, criando um processo circular.

A metamorfose total de uma mercadoria comporta dois movimentos distintos que se opõem e se completam por duas operações sociais antitéticas expressadas no papel econômico que cada uma delas desempenha. No processo de troca atuam o vendedor e comprador de mercadorias. Cada um desses dois agentes desempenha duplo papel, pois o vendedor é contraditoriamente vendedor e comprador, assim como o comprador é também

vendedor. A luta incessante e contraditória entre esses pólos opostos movimenta a transmutação da mercadoria e do dinheiro, transformando constantemente mercadoria em dinheiro e dinheiro em mercadoria fazendo a todo o momento essa contradição se atualizar, embora ela nunca possa ser eliminada⁵³.

A metamorfose total da mercadoria pressupõe, em sua estrutura mais simples, quatro extremos e três personagens. No início, com a mercadoria se confronta o dinheiro, configuração do seu valor, possuindo realidade corpórea na bolsa alheia. Assim, o possuidor do dinheiro se defronta com o possuidor da mercadoria. E logo que a mercadoria vira dinheiro, este se torna a transitória forma de equivalente dela, cujo valor de uso ou conteúdo existente nos corpos de outras mercadorias. Como termo final da primeira transformação da mercadoria é o dinheiro, ao mesmo tempo, o ponto de partida da segunda. Assim, o vendedor no primeiro ato se torna comprador, no segundo, quando com ele se defronta um terceiro possuidor de mercadoria, na função de vendedor (MARX, 1996, p. 124).

Como já vimos, a oposição antitética existente no interior da mercadoria não cessa com a sua metamorfose, mas ao contrário, ela se potencializa. A análise dialética mostra que esse processo é marcado por uma profunda crítica e negação. No primeiro momento, temos a afirmação da forma mercadoria, (troca imediata de produtos, confronto entre mercadoria e mercadoria) depois, temos a negação da forma mercadoria, seu abandono, e a afirmação da forma dinheiro (circulação de mercadorias no mercado, o dinheiro aparece como medida de valor, ao qual todas as mercadorias igualam seus valores) logo depois temos a crítica negativa sob a mercadoria e o dinheiro (circulação das mercadorias), onde a mercadoria se transforma em dinheiro, como meio de circulação, para depois vir a se transformar em mercadoria novamente.

⁵³ A operação de se trocar uma mercadoria por outra, comporta na verdade, como mostra Marx, a troca de trabalho socialmente igualado, por trabalho socialmente igualado, (a troca de valor por valor) contido em duas mercadorias que tem uma contradição inerente: valor de uso e o valor. Isso ocorre também na troca da mercadoria por dinheiro, pois, o dinheiro, como demonstrou Marx, é a expressão monetária de uma determinada mercadoria, que é o trabalho. Porém, a gênese do dinheiro fica encoberta por sua forma mística que inverte a ordem das coisas, fazendo com que tenha um valor de troca natural e independente, escondendo a fonte natural e real do seu valor. Depois que esclarecemos o engodo da forma dinheiro percebemos que a transmutação do valor das mercadorias entre si não pode superar a contradição inerente em cada uma delas, mas apenas atualizar essa contradição constantemente. Como diz Marx, o que ocorre é a troca constante dos atores do processo de troca, fazendo com que estes percam de vista qual é o seu verdadeiro papel. “Não há imutabilidade de função, mudando as pessoas continuamente de papel, na circulação de mercadorias” (MARX, 1996, p. 124).

O circuito criado pela dupla metamorfose da mercadoria, em M-D e D-M, produz um extenso entrelaçamento e interdependência, entre todos os outros circuitos de todas as outras mercadorias. Uma mercadoria (linho), ao iniciar o processo de troca, concomitantemente, encerra a metamorfose de outra mercadoria (trigo), que, por fim, inicia um outro circuito. “O conjunto de todos os circuitos constitui a circulação de mercadorias” (MARX, 1996, p. 125).

O processo de circulação de mercadorias difere-se formal e essencialmente do processo de troca direta dos produtos, pois, cria uma interdependência entre os produtores privados. Estes só se relacionam na medida em que trocam suas mercadorias, segundo Rubin “[...] na sociedade mercantil-capitalista as pessoas mantêm relações de produção diretas unicamente enquanto proprietárias de mercadorias, proprietárias de coisas⁵⁴” (RUBIN, 1980, p. 35). A mercadoria de A pode substituir a mercadoria de B, porém isso não ocorre diretamente, mas sempre por intermédio da troca. A troca direta de produtos pode ocorrer, mas não é determinada pelas condições gerais de circulação das mercadorias. “Por um lado, vê-se como a troca de mercadorias rompe com as limitações individuais e locais da troca imediata dos produtos e desenvolve a circulação dos produtos do trabalho humano. Por outro, desenvolve-se todo um ciclo de espontâneas conexões sociais pelos que intervêm nas operações” (MARX, 1996, p. 125).

Na circulação de mercadorias, quando os produtos trocam de mãos como valores de uso, o dinheiro não perde o seu papel, mas ao contrário, ele se deposita em qualquer outro ponto da circulação desocupado pelas mercadorias, como um autômato vivo, ele sobrevive à metamorfose que leva a mercadoria até a esfera do consumo e a destrói.

Finalmente, Marx lança um ataque aos economistas que pensam haver um equilíbrio necessário, uma unidade, determinada pelo processo de circulação, entre a compra e a venda de mercadorias, sendo que, cada venda é também uma compra⁵⁵. Marx mostra que

⁵⁴ Na página anterior esclarece o autor “Se essa determinada coisa dá a seu proprietário a possibilidade de manter relações de troca com qualquer outro proprietário de mercadorias, então a coisa possui a virtude especial de intercambialidade, ela tem valor” (RUBIN, 1980, p. 34).

⁵⁵ Segundo Rubin, “A produção mercantil é um sistema de equilíbrio constantemente perturbado. Mas, se assim é, como então a economia mercantil continua existindo como uma totalidade de diferentes ramos de produção que se completam uns aos outros? A economia mercantil só pode existir porque cada perturbação de equilíbrio provoca uma tendência ao seu restabelecimento. Esta tendência ao restabelecimento do equilíbrio realiza-se através do mecanismo de mercado e dos preços do mercado. Na economia mercantil nenhum

compra e venda são um único ato, porém, polarmente opostos, unidades antitéticas e contraditórias. A identidade completa entre compra e venda só poderia assentar na estagnação do processo de circulação, tornando a mercadoria inútil, pois no processo de troca ela não conseguiria virar dinheiro “[...] não a vende seu possuidor, nem a compra, por conseguinte, o possuidor do dinheiro⁵⁶” (MARX, 1996, p. 126).

O processo de compra e venda é autônomo feito por agentes da troca livres e iguais. Ambos entram no mercado e alienam a sua mercadoria. O comprador passa a ter a mercadoria e o vendedor passa ter o dinheiro, mercadoria que é capaz de entrar em circulação a qualquer momento. Porém “ninguém pode vender sem que alguém compre. Mas ninguém é obrigado a comprar imediatamente, apenas por ter vendido” (MARX, 1996, p. 126). A unidade completa entre os dois pólos internos da mercadoria cria uma cisão no tempo de realização da mercadoria, ou seja, a separação entre o comprador e o vendedor. “Se essa independência exterior dos dois atos, - interiormente dependentes por serem complementares, - prossegue se afirmando além de certo ponto, contra ela prevalece, brutalmente, a unidade, por meio de uma crise⁵⁷” (MARX, 1996, pp. 126-127). Ou seja, se essa oposição externa persistir por um longo tempo somente a crise conseguirá unir novamente o comprador e o vendedor de mercadorias fazendo à contradição entre valor de uso e valor inerente a mercadoria possa se exteriorizar⁵⁸.

produtor pode ordenar o outro que aumente ou diminua a sua produção. Através de suas ações com relação às coisas, umas pessoas influem sobre a atividade produtiva de outras, e as induzem a aumentar ou reduzir a produção (embora elas mesmas não estejam conscientes desse fato). A superprodução de tecidos, e a conseqüente queda do preço abaixo do valor, induz os fabricantes de tecido a reduzirem a produção; dá-se o oposto em caso de subprodução. O desvio de preços no mercado relativamente aos valores, é o mecanismo através do qual se eliminam a superprodução e a subprodução, e afirma-se a tendência do equilíbrio entre os ramos de produção da economia nacional” (RUBIN, 1980, p. 80).

⁵⁶ Segundo Rubin “A troca de duas diferentes mercadorias de acordo com seus valores corresponde ao estado de equilíbrio entre dois dados ramos de produção. Nesse equilíbrio, cessa toda a transferência de trabalho de um ramo para o outro. Mas, se isso ocorre, é óbvio então que a troca de mercadorias segundo seus valores iguala as vantagens dos produtores de mercadorias em ambos os ramos de produção, e elimina os motivos para a transferência de um ramo para o outro” (RUBIN, 1980, p. 80).

⁵⁷ Nesse momento a crise aparece apenas como uma possibilidade, pois “Para conversão dessa possibilidade em realidade é mister todo um conjunto de condições, que não existem ainda, do ponto de vista da simples circulação de mercadorias” (MARX, 1996, p. 127).

⁵⁸ Segundo Antunes, “Marx critica Ricardo por não perceber que o produto capitalista não é um mero *produto* ou *bem*, que o produto capitalista é, sim, uma mercadoria e como tal, está cindido pela contradição entre valor de uso e valor. Enquanto mercadoria, o valor de uso de determinado produto só pode se realizar na esfera do consumo mediante sua metamorfose em valor de troca. Caso esta metamorfose não se realizar, fica sem se realizar o fim da própria produção de mercadorias, ou seja, a formação e valorização do valor. Como a esfera

Marx mostra que as contradições iminentes ao processo mercantil, a forma mercadoria, ao processo de troca, e a dupla forma que o trabalho se apresenta, só representam a possibilidade de crise no processo de circulação simples. “Para a conversão dessa possibilidade em realidade é mister um conjunto de condições, que não existem ainda, do ponto de vista da simples circulação de mercadorias” (MARX, 1996, p. 127).

2.3 O CURSO DO DINHEIRO

Depois de ter analisado o dinheiro como medida de valores, o desenvolvimento da análise de Marx investigará o papel do dinheiro no processo de circulação, como elemento intermediário, mediador, como um fluido que faz com que a circulação ocorra. A metamorfose da mercadoria pela qual os produtos são trocados, M-D-M, faz com que o início do processo seja a mercadoria, assim como também o fim, a mercadoria troca de lugar com o dinheiro, e o dinheiro troca de lugar com a mercadoria, porém, encerrado o processo a mercadoria entra na esfera do consumo e é destruída. Por outro lado, o dinheiro encontra-se em constante movimento, saindo de um circuito, assim como entrou e entrando em outro.

Quando o tecelão conclui a operação de venda e compra, ou seja, troca seu linho por dinheiro e o dinheiro pela Bíblia, (M-D-M) para ele, o processo se encerra. Para entrar novamente no processo de troca tem que produzir uma nova quantidade de linho. Não pode entrar no processo pelo dinheiro que investiu na Bíblia, pois este já se desvaneceu, e, sendo que, ainda não tem a capacidade de “dar a luz” ao dinheiro tem que voltar ao seu processo de produção. O curso da mercadoria é o seu movimento saindo de um circuito de trocas e entrando em outro, afastando-se cada vez mais do seu ponto original.

da produção está separada da esfera do consumo pela esfera da circulação de mercadorias, a conversão do produto em dinheiro pode não ocorrer e, por isso, submeter-se aos jogos de acaso do mercado. Neste, a pressa e a necessidade do portador de dinheiro de converter este último em mercadoria pode não coincidir com a pressa e a necessidade do portador da mercadoria, surgindo, assim, desta antítese, a possibilidade de uma crise para a mercadoria” (ANTUNES, 2008, p. 186).

O curso do dinheiro é a repetição constante e monótona do mesmo processo. A mercadoria do lado do vendedor, o dinheiro nas mãos do comprador, como a função de meio de compra. Cumpre essa função, ao realizar o preço da mercadoria. Realizando a mercadoria se transfere de mãos do vendedor para as do comprador, ao mesmo tempo em que o dinheiro sai das mãos do comprador para as do vendedor, para repetir o mesmo processo com outra mercadoria (MARX, 1996, p. 128).

O dinheiro ganha autonomia e independência perante as mercadorias e o processo da troca. Porém, essa única e contínua forma de movimento que o dinheiro percorre é resultado da dupla forma de movimento percorrido pela mercadoria. No primeiro processo, quando se troca mercadoria por dinheiro, parece haver um duplo movimento, tanto da mercadoria, quanto do dinheiro. A mercadoria sai da esfera da troca e entra na esfera do consumo para ser destruída, sua figura sai de uso, transferindo o seu valor para a forma dinheiro. Na segunda metamorfose, “A mercadoria percorre a segunda metade da circulação não mais sob sua própria pele, mas sob a pele do dinheiro” (MARX, 1996, p. 128). Agora o dinheiro aparece solitário, porém possuindo a figura de valor, não possui gênese nem história. O que para mercadoria é um duplo processo, que a leva até a esfera do consumo, para o dinheiro é um movimento contínuo, trocando sua posição a cada momento com as demais mercadorias.

Esse movimento contínuo percorrido pelo dinheiro torna o processo de troca das mercadorias dependente do dinheiro. O movimento de troca de mercadorias não aparece mais como resultado da mudança de forma das mercadorias, (embora seja), mas como resultado do dinheiro na função de meio de circulação que põem as mercadorias que são naturalmente inertes em movimento, afastando-as constantemente da esfera da circulação e encaminhando-as para a esfera do consumo, realizando-as como valores de uso. “Embora o movimento do dinheiro não seja mais do que a expressão da circulação das mercadorias, esta aparenta, ao contrário, ser apenas o resultado do movimento do dinheiro” (MARX, 1996, p. 129).

Marx mostra que o dinheiro como meio de circulação representa apenas “[...] o movimento das mercadorias, ao mudarem suas formas” (MARX, 1996, p. 129). Funciona como um mecanismo no interior do mercado por meio do qual, os valores entre as mercadorias podem ser transferidos, ou seja, a troca de mercadoria por mercadoria. Porém,

o ambiente da troca esconde todo esse processo, tornando o dinheiro figura independente e encantadora. O vendedor não percebe que o dinheiro que ele possui é a imagem alienada de sua própria mercadoria, não percebe que esse dinheiro, como um equivalente geral, absolutamente alienável, capaz de satisfazer seus desejos e suas vontades é resultado de sua própria história e do seu trabalho.

A mercadoria entra no processo de circulação, para em seguida caminhar até esfera do consumo e ser destruída, realizando o seu valor de uso. Diz Marx, “Surge assim, o problema de saber quanto dinheiro absorve constantemente, essa esfera” (MARX, 1996, p. 130).

O processo de troca proporciona a qualquer sociedade mercantil numerosas metamorfoses de mercadorias. A todo instante têm mercadoria sendo comprada e vendida, confrontando-se sempre a mercadoria através de seu preço, com o dinheiro. A quantidade de meios de circulação necessária para o funcionamento do processo de troca está determinada pela forma preço das mercadorias. “[...] o dinheiro apenas representa de maneira real, a soma ou montante de ouro já expresso idealmente na soma dos preços das mercadorias. As duas somas são, portanto necessariamente iguais” (MARX, 1996, p. 130). Como já foi demonstrado, não se alterando o valor das mercadorias, o seu preço varia de acordo com o valor do ouro. Na medida em que magnitude do valor de ouro sobe, os preços descem, da mesma maneira se a magnitude do valor do ouro desce o preço das mercadorias sobem. Alterando-se os preços das mercadorias, tem que se alterar também a quantidade de meios de circulação existentes no mercado. A variação da quantidade de meios de circulação depende da variação do dinheiro como medida de valores. “Os preços das mercadorias variam primeiro, da razão inversa do valor do dinheiro, e a massa dos meios de circulação varia na razão direta do preço das mercadorias” (MARX, 1996, p. 130).

Sendo que o montante dos meios de circulação depende da soma dos preços das mercadorias, conclui-se que a quantidade de meios de circulação no interior do mercado tem que crescer ou decrescer de acordo com a quantidade de mercadorias inseridas no mercado. Por outro lado, o dinheiro permanece funcionando constantemente como meio de circulação no interior do mercado, desempenhando sempre o mesmo papel. Marx mostra que:

[...] dada quantidade de mercadorias, o montante de dinheiro em curso oscila com a flutuação dos preços das mercadorias. Sobe e desce, por crescer ou diminuir a soma dos preços das mercadorias com as variações dos preços. Para isso não é necessário que todos os preços das mercadorias subam ou desçam, ao mesmo tempo. A elevação ou a queda dos preços de certo número de artigos importantes, basta para aumentar ou diminuir a soma dos preços a realizar de todas as mercadorias e, em consequência, para lançar mais ou menos dinheiro em circulação. A variação dos preços das mercadorias corresponda a verdadeiras variações de valor ou a meras oscilações dos preços de mercado, exerce o mesmo efeito sobre os meios de circulação (MARX, 1996, p. 132).

Outro fator relevante para determinar a quantidade de meios de circulação no interior do mercado é a velocidade que ocorrem as metamorfoses das mercadorias, assim como, a velocidade em que elas se entrecruzam, ou seja, a velocidade e a forma como ocorrem às trocas. No interior da sociedade podem ocorrer diversos tipos de trocas, como trocas paralelas, trocas contínuas, trocas independentes, trocas simultâneas. Por exemplo, se temos 1 quarter de trigo, 20 metros de linho, 1 Bíblia e 4 galões de aguardente, cada um custando 2 libras. Neste caso, a quantidade de meios de circulação para realizar os preços seria de 8 libras. Lançadas no processo de troca essas mercadorias serão submetidas às leis do mercado, entrando assim na extensa cadeia da metamorfose percorrida pelas mercadorias. Assim, 1 quarter de trigo será trocado por 2 libras esterlinas. O produtor do trigo resolve que não precisa de tanto trigo, mas sim de tecido para se aquecer, por isso pega o dinheiro que conseguiu com o processo de troca e entra novamente no processo trocando seu dinheiro por 20 metros de linho. Da mesma maneira o tecelão, por sua vez, calcula que não necessita tanto do linho, quanto de uma Bíblia, para fins de instrução, por isso, após conseguir vender o seu linho, volta ao processo e troca o seu dinheiro por uma Bíblia. O dono da Bíblia não é lá um sujeito tão religioso, por isso, lança a Bíblia no mercado esperando conseguir por ela a quantia de 2 libras, para novamente retornar ao mercado e trocar a quantia arrecadada pela Bíblia por 4 galões de aguardente.

No exemplo acima, percebemos que as trocas não aconteceram de uma só vez, mas elas se sucederam, ou seja, as 2 libras esterlinas do início fizeram circular no processo as quatro mercadorias. Diz Marx, que isso somente é possível pelo caráter contraditório que adquire a dupla metamorfose das mercadorias. Se admitirmos que esses 4 movimentos

ocorrem durante um dia, a quantidade de meios de circulação necessário será o resultado da soma dos preços das mercadorias dividido pela quantidade de movimentos efetuados: $8/4=2$. Marx diz que essa lei tem uma validade genérica, pois nem sempre no interior da sociedade as metamorfoses ocorrem de forma contínua.

Embora no interior de cada sociedade mercantil existam inúmeras metamorfoses de mercadorias, que ora, convergem e se entrelaçam, ora divergem, ou mesmo, completam metamorfoses parciais, a relação entre os preços das mercadorias e os meios de circulação sempre tende a se auto-regular.

O montante de dinheiro lançado no processo de circulação, num momento dado, é naturalmente determinado pela soma dos preços das mercadorias que circulam, simultâneas e paralelas. Mas uma vez em curso, as peças monetárias tornam-se, por assim, solidárias entre si. Se uma aumenta a velocidade do seu curso, a outra a reduz ou sai inteiramente de circulação [...] (MARX, 1996, p. 133).

A circulação das mercadorias através das diversas metamorfoses põe em movimento as mercadorias no interior do mercado, fazendo com que seus valores de uso se realizem. No entanto, essa circulação é dependente do curso do dinheiro, ou seja, a velocidade com que as compras e as vendas ocorrem.

Na velocidade do curso do dinheiro se patenteia, portanto, a unidade fluente das fases opostas e complementares, conversão da forma de uso em forma valor e reconversão da forma valor em forma uso, ou, em outras palavras, a unidade dos dois processos da venda e da compra (MARX, 1996, p. 134).

O processo de compra e venda é contraditório e antitético, esconde a oposição entre valor de uso e valor. Quando o dinheiro se movimenta constantemente no interior da sociedade significa que os processos de compra e venda estão acontecendo, assim a contradição externa pode se realizar, movimentando a mercadoria e o dinheiro no interior do mercado. Quando o curso do dinheiro desacelera, há uma separação abrupta entre os pólos opostos, compra e venda, tornando impossível a realização de qualquer um dos dois

pólos, paralisando também a contradição inerente à mercadoria. Sem compra não existe venda.

O retardamento do curso do dinheiro, ao contrário, é o sintoma de que os dois processos se dissociam e se fazem reciprocamente independentes, e reflete a paralisação da metamorfose das mercadorias do giro social das coisas. A própria circulação não indica a origem dessa estagnação; apenas, põe o fenômeno em evidência (MARX, 1996, p. 134).

A soma dos preços no mercado e a quantidade dos meios de circulação (que é determinada pela soma dos preços) dependem de três fatores variáveis que são: 1) o movimento dos preços no interior do mercado, 2) a quantidade de mercadorias em circulação 3) a velocidade do curso do dinheiro. Esses três fatores podem variar em sentido diferente, podem convergir ou divergir. “A soma dos preços a realizar e a quantidade por ela determinada dos meios de circulação variarão com as múltiplas combinações daqueles três fatores variáveis” (MARX, 1996, p. 135).

Diz Marx que, os preços podem permanecer invariáveis e a quantidade dos meios de circulação aumentar. Isso pode ocorrer por aumentar a quantidade de mercadorias em circulação, ou diminuir o curso do dinheiro, ou ambos os motivos. Pode também acontecer que os meios de circulação diminuam, ou por diminuir a quantidade de mercadorias, ou por aumentar a velocidade de circulação delas.

Existem diversas outras combinações dos três fatores variáveis que podem determinar as somas dos preços a realizar no mercado, assim como a quantidade dos meios de circulação. Marx destaca que de maneira geral, apesar das variações dos diferentes fatores, a relação entre os preços das mercadorias, e os meios de circulação tende a se equilibrar no interior do mercado.

As variações dos diferentes fatores podem compensar-se reciprocamente, de modo que, apesar das suas incessantes flutuações, permanece constante a soma dos preços das mercadorias a realizar, e, em consequência a quantidade de dinheiro que circula. Por isso, principalmente ao se observarem períodos longos, verifica-se um nível médio muito mais constante da quantidade de dinheiro que circula em cada país, com menores desvios desse nível do que se esperaria à primeira vista, desde que se ponham de lado as perturbações ocasionadas pelas crises

industriais e comerciais e, mais raramente, pelas mudanças do valor do dinheiro (MARX, 1996, p. 136).

2.4 OS SÍMBOLOS DO VALOR E O DINHEIRO MUNDIAL

Para que o dinheiro (ouro) funcione como meio de circulação, não basta que ele se confronte com os preços das mercadorias como expressão ideal de valor, o dinheiro precisa se confrontar com as mercadorias como peça de ouro do mesmo nome, como moeda, ou seja, para a mercadoria, não interessa tanto que o dinheiro represente o ouro, mas que ele seja o próprio ouro, mercadoria absolutamente alienável no mercado. O curso histórico mostra que se tornou responsabilidade do estado cunhar as moedas de ouro, assim como regular o estalão de preços.

A disparidade entre o peso nominal e o peso real da moeda, decorrentes, tanto do desgaste da circulação, como dos processos de adulteração e raspagem ocorridos desde a idade média, até meados da idade moderna, fizeram com que o estado adotasse um símbolo para representar o peso real do metal utilizado com equivalente geral. Diz Marx que a adoção do símbolo do valor se patenteia no próprio processo do curso do dinheiro que separa o peso nominal da moeda e sua existência metálica, da sua existência funcional. O Estado passa a emitir papel-moeda com representação do ouro real.

O Estado lança em circulação pedaços de papel que levam impressas as respectivas denominações monetárias como 1 libra esterlina, 5 libras esterlinas etc. ao circularem realmente em lugar da quantia de ouro de mesma denominação, governam seu movimento apenas as leis do curso do dinheiro (MARX, 1996, p. 141).

Como representação do ouro real, Marx mostra que, no interior de um dado estado, a emissão de papel moeda deve limitar-se a quantidade de ouro que realmente circularia se não fosse substituído por símbolos. Embora a quantidade de ouro que pode ser absorvida no processo de circulação oscile para mais ou menos, a massa de meio circulante num determinado país nunca deve baixar do nível que a experiência revela. A emissão excessiva de papel moeda no interior de um país altera a função medida de valores do ouro.

Se o papel ultrapassa sua medida, - a quantidade de moeda de ouro de igual nome que poderia circular, - expõe-se ao descrédito geral, mas ainda assim representa a quantidade de ouro determinada pelas leis imanentes do mundo das mercadorias, portanto, só a quantidade de ouro a ser representada (MARX, 1996, p. 142).

O papel-moeda funciona como símbolo do dinheiro, apenas na medida em que ele representa uma dada quantidade de ouro, ou seja, uma dada quantidade de valor, como qualquer outra mercadoria. Como resultado histórico do processo de circulação o papel moeda consegue representar com maestria a função de dinheiro, na medida em que tem a capacidade de se adaptar aos movimentos ininterruptos das diversas metamorfoses realizadas no interior do mercado. A seqüência M-D-M insere a mercadoria no mercado para logo depois lança-la na esfera do consumo para ser destruída. O símbolo do dinheiro, por outro lado permanece no mercado, e como em um passe de mágica, migra para outro processo exercendo novamente a sua função de meio de circulação. Marx mostra que o dinheiro, como meio de circulação, representado como papel moeda, diferente de sua forma física, que é o ouro, só consegue funcionar como símbolo de dinheiro nos limites das fronteiras do Estado, ou seja, onde o Estado tem poder de coerção e controle.

Apesar de o papel moeda funcionar como a representação do dinheiro real dentro do Estado, esta forma de manifestação do dinheiro logo encontra limitações, sejam elas geográficas, políticas ou econômicas⁵⁹. Para Marx, a única figura que pode representar o dinheiro por excelência é o próprio ouro, não como ouro ideal, mas na sua corporalidade, é o valor de troca ideal para as mercadorias.

2.4.1 Entesouramento

O encantamento proporcionado pelo ouro como forma de equivalente geral no processo de circulação é tanto, que faz com que o agente da troca resolva salvaguardar esta maravilha para si. Esse processo deturpa o papel do dinheiro e da troca no interior do

⁵⁹ Em tempos de incerteza econômica ou social, em tempos de guerras, desastres naturais, o ouro é a única figura que persiste.

mercado, e faz o processo ter um fim em si mesmo, que é o de acumular o ouro (ou a prata). A mercadoria não percorre mais todo o seu circuito M-D-M, mas apenas a primeira metade, M-D. “O dinheiro petrifica-se em tesouro, o vendedor de mercadorias em entesourador” (MARX, 1996, p. 144).

Esse amor pelo ouro, diz Marx, nasce justamente na fonte de sua produção, nos primórdios da circulação, quando o ouro, como figura mística se contrapõe com outros valores de uso menos resplandcentes e encantadores. O ouro passa a representar a forma do supérfluo, da riqueza material. Com o desenvolvimento da produção de mercadorias, cada agente da troca passa a ter o ímpeto de acumular ouro, como garantia de que as suas necessidades pessoais no futuro estarão asseguradas.

Não revelando o dinheiro aquilo que nele se transforma, converte-se tudo em dinheiro, mercadoria ou não. Tudo se pode vender e comprar. A circulação torna-se a grande retorta social a que se lança tudo, para ser devolvido na forma dinheiro. Não escapam a essa alquimia os ossos dos santos e, menos ainda, itens mais refinados, como coisas sacrossantas, “*res sacrosanctae extra commercium hominum*”. No dinheiro desaparecem todas as diferenças qualitativas, e o dinheiro é o nivelador radical, apaga todas as distinções (MARX, 1996, p. 146).

O dinheiro como equivalente geral, absolutamente alienável, converte todos os valores de uso menos especiais na figura resplandcente do ouro. Abstrai todas as diferenças, assim como todos os diferentes trabalhos inseridos nas diversas mercadorias, reduzindo todas a uma igualdade quantitativa, que constitui a possibilidade da satisfação da gana do entesourador. “O desejo de entesourar é por natureza insaciável” (MARX, 1996, p. 147). Porém, essa igualdade quantitativa é sempre limitada, qualquer porção de dinheiro tem sempre uma eficácia de compra restrita.

Essa contradição entre a limitação quantitativa e o aspecto qualitativo sem limites impulsiona permanentemente o entesourador para o trabalho Sísifo da acumulação. Conduz-se ele como o conquistador que vê em cada país conquistado apenas uma nova fronteira a ser ultrapassada (MARX, 1996, p. 147).

O entesourador engessa o processo de troca na medida em que não vende para depois comprar, mas vende para guardar o dinheiro. Porém, só pode retirar do mercado

aquilo que vendeu, por isso, logo após a venda precisa voltar ao processo de produção para produzir uma nova quantidade de mercadorias. “Quanto mais produz, mais pode vender. Diligência, poupança e avareza são suas virtudes cardeais; vender muito, comprar pouco, a suma de sua economia política” (MARX, 1996, p. 148).

A ganância pelo entesouramento reflete-se nos diferentes Estados nacionais que ostentam nos objetos de ouro e prata, poder e riqueza. O ouro se torna uma figura cada vez mais independente de sua função de dinheiro, principalmente em momentos de perturbação social e econômica. Ao mesmo tempo, as reservas de ouro servem de garantia de circulação constante de dinheiro no interior da sociedade.

2.4.2 Meio de pagamento.

O dinheiro como meio de pagamento aparece como resultado natural da troca de mercadorias. Chega um momento em que as diversas metamorfoses efetuadas pela mercadoria cessam de ocorrer ou diminuem o seu ritmo. Instaura-se um intervalo entre o processo de venda e o processo de compra da mercadoria, por diversas razões, por exemplo, a diferença de tempo na produção de duas mercadorias. Pode ser que a produção de uma determinada mercadoria dependa de fatores geográficos, ou climáticos. Enfim, “Um possuidor de mercadoria pode estar pronto para vender, antes que o outro esteja pronto para comprar” (MARX, 1996, p. 149). Sendo assim, o dinheiro como meio de pagamento tem a função de estabelecer um equilíbrio no processo de troca fazendo com que o agente da troca possa comprar sem ainda ter vendido. Aquele que compra a mercadoria assina um contrato em que se compromete a realizar o preço da mercadoria no prazo estabelecido, caso contrário sofrerá as punições legais. Assim como aquele que vendeu a mercadoria espera que no dia contratado receba a quantia em dinheiro referente ao preço de sua mercadoria. “O vendedor torna-se credor; o comprador, devedor” (Marx, 1996, p. 149).

Podemos perceber que o desenvolvimento processo da troca tende a se cristalizar, transformando os pólos contraditórios e antitéticos da mercadoria e do dinheiro em meras possibilidades de realização, ou seja, aumentando ainda mais o drama da mercadoria. Como

meio de pagamento, o dinheiro também tem a capacidade de opor radicalmente a figura do comprador e a figura do vendedor, transformando uma relação que no início do processo de trocas era puramente casual em uma relação necessária. “A forma dinheiro, ou a relação monetária entre credor e devedor, reflete nessas lutas o antagonismo mais profundo das condições econômicas de existência das partes envolvidas” (MARX, 1996, p. 150).

A separação entre mercadoria e dinheiro, segundo Marx, possibilita ao dinheiro exercer um duplo papel, a saber, medida de valor, quando determina o preço da mercadoria a ser pago no prazo estabelecido, e meio ideal de compra, embora funcione apenas como uma promessa.

Nos primórdios do processo de troca, permutavam mercadorias apenas dois agentes, cada qual possuindo, ou mercadoria ou dinheiro. Nesse período as trocas entre mercadoria e dinheiro eram reais e cada agente da troca impunha a sua mercadoria no mercado e do mercado retirava outra mercadoria ou dinheiro, de maneira geral, o dinheiro funcionava como meio de circulação responsável por fazer fluir a troca.

O dinheiro como meio de pagamento media trocas virtuais, o agente da troca, não tem o dinheiro, apenas assina um contrato onde se compromete a ser justo, pagando o que deve no tempo combinado. “O dinheiro só entra mesmo em circulação na data do pagamento, quando passa das mãos do comprador para as do vendedor” (MARX, 1996, p. 150). O dinheiro entra no processo de circulação depois da mercadoria ter dele saído, ou seja, depois do valor de uso da mercadoria ter se realizado. Sendo assim, o dinheiro não exerce mais a função de meio de circulação no processo de troca, pois tem um fim em si mesmo e se estabelece como equivalente universal. A finalidade da troca agora é a obtenção do dinheiro e não mais a troca de mercadorias. “A forma de valor da mercadoria, o dinheiro, torna-se, portanto, o próprio fim da venda, em virtude de uma necessidade social oriunda das próprias condições do processo de circulação” (MARX, 1996, p. 151).

A segunda metamorfose da mercadoria (D-M) acontece antes de a primeira metamorfose ter ocorrido (M-D). A mercadoria circula, sendo que o seu preço será convertido em dinheiro somente no dia combinado pelo contrato. É somente neste dia que a segunda metamorfose vai acontecer. A soma de todos os contratos vencidos em determinado período constitui também a soma dos preços das mercadorias que devem ser

realizados. Assim, Marx mostra que a quantidade de meios de pagamento, necessários para realizar estes preços dependem de dois fatores, a saber, a velocidade que o meio de pagamento circula entre os agentes da troca, e a diferença entre a duração de tempo das datas contratadas.

O dinheiro como meio de pagamento difere-se do dinheiro como meio circulação. Por ser fruto da evolução no processo de compra e venda das mercadorias, o dinheiro, como meio de pagamento, tem a capacidade de expressar relações que antes estavam latentes. “O curso dos meios de circulação não expressa apenas a conexão entre vendedores e compradores; esta nasce naquele e com aquele curso. O movimento dos meios de pagamento, ao contrário, expressa uma conexão social que existia antes dele” (MARX, 1996, p. 152).

Se por um lado o dinheiro como meio de pagamento está limitado à velocidade do curso da moeda no interior do mercado, por outro lado, cria elementos que possibilitam a maior agilidade nas operações de troca através do sistema de compensação. “Com a concentração dos pagamentos no mesmo lugar, desenvolvem-se naturalmente, organizações especiais para liquidá-los” (MARX, 1996, p. 152). Confrontam-se os saldos positivos dos diferentes agentes da troca, e o saldo devedor que um ou outro tenha que pagar. Dessa maneira, “Quanto maior a concentração dos pagamentos, tanto menores, relativamente, o saldo e a quantidade de dinheiro em circulação” (MARX, 1996, p 152).

A função do dinheiro como meio de pagamento, ou como a representação ideal do dinheiro real, só tem atuação efetiva e direta no interior da sociedade em situações de estabilidade econômica, ou seja, quando os processos de compra e de venda estão ocorrendo com certa regularidade. Diz Marx que em momentos de crises comerciais e industriais, o dinheiro perde o seu papel de meio de circulação, passando a encarnar o trabalho social, a mercadoria absoluta, o ouro. Nesses momentos, o ouro não se deixa representar mais idealmente, mas tem que ser representado fisicamente, em espécie.

Novamente, o ouro aparece como mercadoria cintilante absolutamente alienável no mercado, alimentando a ganância dos agentes da troca, não mais representado idealmente, mas, subjungando todas as mercadorias profanas. Diz Marx que inebriado pela prosperidade do mercado “[...] o burguês declara ser o dinheiro mera ilusão. Só a mercadoria é dinheiro.

Mas agora, se proclama por toda a parte: só o dinheiro é mercadoria. E sua alma implora por dinheiro, a única riqueza [...]” (MARX, 1996, p. 153). A crise é momento da separação total entre a mercadoria e a realização dos seus preços, é a independência total dos pólos opostos, contraditórios e antitéticos da mercadoria, com a crise, dinheiro e mercadoria percorrem diferentes caminhos.

A realização dos valores das mercadorias depende do processo entre compra e venda de mercadoria não ser interrompido. Porém, quando a mercadoria exerce a função de meio de circulação e de meio de pagamento o processo de compra e venda se diluiu no tempo, passando a ter regras próprias e seu próprio tempo.

A soma global do dinheiro que circula em determinado período, dada a velocidade do curso dos meios de circulação e de pagamento, é igual à soma dos preços a realizar das mercadorias, mas a soma dos pagamentos vencidos, menos os pagamentos que reciprocamente se compensam, menos finalmente as repetições do emprego da mesma moeda como meio de circulação ou meio de pagamento (MARX, 1996, p. 153).

Marx mostra que com o desenvolvimento da troca, mesmo sendo dados os preços, a velocidade do curso do dinheiro e a compensação de pagamentos, não há correspondência direta entre a quantidade de dinheiro em curso e quantidade de mercadorias em circulação. “Gira dinheiro que representa mercadorias há muito tempo expelidas da circulação. Circulam mercadorias, cujo equivalente só vai aparecer no futuro” (MARX, 1996, p. 154). Todo esse movimento da circulação torna impossível mensurar a relação entre quantidade de preços e a quantidade de mercadorias.

Segundo Marx:

O desenvolvimento do dinheiro como meio de pagamento acarreta a necessidade de acumular dinheiro, para atender aos débitos nas datas de vencimento. O entesouramento, como uma forma autônoma de enriquecimento, desapareceu como o progresso da sociedade burguesa, mas, sob a forma de fundo reserva de meios de pagamento, se expande com essa sociedade (MARX, 1996, 157).

Os diversos estados nacionais de maneira geral sempre resguardarão um fundo de reserva, seja para garantir a satisfação de suas necessidades internas, seja para garantir a

confiabilidade de comércio externo com outras nações. As reservas do Estado também são úteis em momentos de crise econômica e social, quando o Estado tem que despende dinheiro com despesas para garantir a sua manutenção e seguridade.

2.4.3 O Dinheiro universal

O dinheiro Universal é a forma mais desenvolvida da expressão do valor das mercadorias, é o momento sintético, onde o dinheiro rompe as fronteiras nacionais, e pode atuar mundialmente. Esse é o momento em que o dinheiro pode finalmente atuar como “dinheiro”. Para circular na esfera mundial, diz Marx “[...] despe-se o dinheiro das formas locais nela desenvolvidas de estalão de preços, moeda divisionária e símbolo de valor, e volta a sua forma original de barras de metais preciosos⁶⁰” (MARX, 1996, p. 157). No âmbito mundial, o dinheiro tem a capacidade de potencializar todas as contradições inerentes ao processo de troca e a mercadoria aumentando as condições de possibilidade de ocorrência das metamorfoses das mercadorias, como também a possibilidade de realização dos seus valores⁶¹.

⁶⁰ “Assim como as medidas gerais de peso dos metais preciosos serviram como primeiras medidas de valor, os nomes de cálculo da moeda voltam a ser, no mercado mundial, os nomes de peso correspondentes. Assim como o metal bruto amorfo (*as rude*) era a forma primitiva do meio de circulação e, primitivamente a forma monetária era apenas o signo oficial do peso contido nas peças metálicas do mesmo modo o metal precioso, enquanto moeda universal, se despe novamente de identidade e cunho para retomar a forma indiferente de barras, ou seja, quando as moedas nacionais, como os imperiais russos, os escudos mexicanos e os soberanos ingleses circulam no estrangeiro, a sua denominação se torna indiferente e apenas conta o seu conteúdo. Finalmente como moeda universal, os metais preciosos comprem de novo a sua primitiva função de meio de troca, que assim como a própria troca das mercadorias, não tem origem no seio das comunidades primitivas, mas sim nos pontos de contato de diferentes comunidades. Enquanto moeda universal, o dinheiro reencontra, portanto, a sua forma natural primitiva. Ao deixar a circulação interna, ele abandona mais uma vez as formas particulares nascidas do desenvolvimento do processo de troca no interior dessa esfera particular, as formas locais que lhe era próprias com padrão de preços, numerário, moeda miúda e signo de valor” (MARX, 1983, pp. 141-142).

⁶¹ “Assim como a moeda, ao desenvolver-se, se transforma em moeda universal, o proprietário de mercadorias torna-se cosmopolita. Na sua origem, as relações cosmopolitas entre os homens não são mais que a suas relações como proprietários de mercadorias. Em si e para si, a mercadoria está acima de qualquer barreira religiosa, política, nacional e lingüística. A sua língua universal é o preço, e sua comunidade o dinheiro. Mas com o desenvolvimento da moeda universal em oposição a moeda nacional, desenvolve-se o cosmopolitismo do proprietário de mercadorias sob a forma de religião da razão prática em oposição aos preconceitos hereditários religiosos, nacionais e outros, preconceitos esses que entravam a troca de substância entre os homens” (MARX, 1983, p. 145).

No âmbito mundial o dinheiro rompe todos os defeitos de sua forma particular e consegue atuar plenamente. “Na esfera nacional da circulação só uma mercadoria pode servir de medida de valor, de dinheiro. No mercado mundial, há dupla medida de valor, o ouro e a prata” (MARX, 1996, p. 157). O dinheiro universal assume uma dupla função “[...] meio universal de pagamento, de meio universal de compra e de encarnação absoluta da riqueza (*universal Wealth*)” (MARX, 1996, p. 158). Como meio de pagamento, o dinheiro tem o papel de quitar os débitos entre os diferentes países. Essa forma de apresentação do dinheiro ocorre principalmente, e com mais periodicidade, quando há distúrbios econômicos, ou guerras etc., quando o intercâmbio entre as nações é perturbado. “O ouro e a prata surgem como meio de compra quando a troca de substância é apenas unilateral e há, portanto separação entre a compra e venda⁶²” (MARX, 1983, p. 143). Como representação da riqueza geral da humanidade, o dinheiro funciona na transferência da riqueza, para aquisição de um determinado objetivo. Não há compra nem pagamento, mas apenas um processo de transferência de valores.

O ouro e a prata, segundo Marx, já nascem como representantes da riqueza material da humanidade, as mercadorias ao nascer vêm no ouro a expressão do seu valor⁶³. “Na qualidade de moeda universal, o ouro e a prata são, pois, ao mesmo tempo, o produto da circulação geral das mercadorias e o meio de expandir os seus círculos” (MARX, 1983, p. 144). Todo país precisa assegurar um fundo de reserva para circulação no mercado mundial, assim como acontece no mercado interno. A necessidade de um fundo de reserva sucede da função que o ouro exerce como dinheiro mundial, meio de compra e meio de pagamento, e dinheiro mundial, o ouro ou a prata, como encarnação do trabalho geral e abstrato. Daí deriva os estados assegurarem em seus cofres determinadas quantias de barras de ouro para a circulação internacional, tendo em vista necessidades futuras.

A ganância pelo ouro e pela prata como figuras deslumbrantes de representação do valor das mercadorias, segundo Marx, influenciou de forma decisiva o capitalismo, uma

⁶² “O comércio de limítrofe de Kiakhta, por exemplo, é de fato e por tratado um comércio de troca direta, em que o dinheiro apenas intervém como medida de valor. A guerra de 1857-1858 incitou os chineses a vender sem comprar. O dinheiro apareceu, então subitamente como meio de compra” (MARX, 1983, p. 143).

⁶³ “É na qualidade de mercadorias que o ouro e a prata entram agora na circulação mundial, e é como equivalentes que são trocados por mercadorias equivalentes proporcionalmente ao tempo de trabalho que contêm, antes de desaguarem nas esferas da interna da circulação” (MARX, 1983, p. 143).

vez que a sua aparência resplandecente já contém em si a determinação universal. No âmbito nacional a força propulsora do ouro e da prata, encontra-se apenas latente, limitada pela fronteira nacional. O amor pelo ouro e pelas suas potencialidades fez o homem desbravar as fronteiras do planeta.

Do mesmo modo que os alquimistas ao tentarem fabricar ouro deram origem à química, é involuntariamente que os proprietários de mercadorias, lançados na perseguição da mercadoria na sua forma mágica, constituem as fontes da indústria e do comércio mundiais. O ouro e a prata contribuem para a criação do mercado mundial uma vez que no seu conceito monetário reside a antecipação deste. Este efeito mágico do ouro e da prata não está, de forma alguma, limitado à infância da sociedade burguesa; resulta necessariamente da imagem totalmente invertida que os agentes do mundo das mercadorias tem do seu próprio trabalho social; temos a prova disso na extraordinária influência que a descoberta de novos países auríferos em meados do século XIV exerce sobre o comércio mundial (MARX, 1996, p. 145).

O dinheiro mundial iguala tanto as mercadorias, como também os seus produtores, ele tem a capacidade de romper todas as fronteiras, assim como todos os preconceitos nacionais, proporcionando a mercadoria percorrer a sua forma plena que é a troca universal. O dinheiro mundial converte todas as diferentes riquezas nacionais em uma única forma de riqueza, universalizando a possibilidade de compra e venda de mercadorias. Todas as mercadorias agora têm um legítimo representante, um equivalente universal. Dessa forma, todos os produtores se esforçam para converter a sua mercadoria nesse legítimo representante.

3 CAPITAL E MAIS VALOR

O ápice do processo de circulação de mercadorias produz neste uma modificação substancial. No início, a circulação tinha como objetivo a troca de diferentes mercadorias mediada pelo dinheiro, M-D-M. A mercadoria se convertia em dinheiro, para finalmente, o dinheiro se reverter em mercadoria e encerrar o processo na esfera do consumo. O dinheiro tinha um papel coadjuvante, intermediário, não era o fim do processo. Por fim, surge a figura do ouro e da prata que já nascem como legítimos equivalentes gerais de todas as mercadorias, e se transformam em dinheiro universal, os magnatas do mundo das mercadorias, possibilitando que elas circulem no interior do mercado mundial. O dinheiro mundial é a total realização do dinheiro, ou é o momento em que o dinheiro pode atuar como dinheiro, convertendo todos os valores das mercadorias. Com o dinheiro mundial todos os agentes da troca buscam converter suas mercadorias na mercadoria genuína que é o dinheiro. A troca perde o seu viés primordial, a permuta de mercadoria por mercadoria. A ordem do dia é a conversão da mercadoria em dinheiro. Mercadoria-dinheiro-Mercadoria (M-D-M) transforma-se em Dinheiro-Mercadoria-Dinheiro (D-M-D).

A mudança do circuito M-D-M para D-M-D, não é apenas uma mudança de forma, mas é também uma mudança de conteúdo. No circuito M-D-M o dinheiro atua como dinheiro, como meio de circulação entre as mercadorias. Em D-M-D, embora o dinheiro ainda conserve elementos da forma M-D-M, passa a atuar como capital, e os agentes da troca passam acumular dinheiro. O dinheiro não funciona mais como meio do processo, pois agora ele é o próprio fim do processo.

Marx passa a analisar o novo papel do dinheiro como capital e a nova forma de circulação D-M-D.

A circulação das mercadorias é o ponto de partida do capital. A produção de mercadorias e o comércio, forma desenvolvida da circulação de mercadorias constituem as condições históricas que dão origem ao capital. O comércio e o mercado mundiais inauguram no século XVI a moderna história do capital (MARX, 1996, p. 165).

Originariamente o Capital aparece como dinheiro acumulado, como dinheiro entesourado, que através de vários processos históricos se transformou em Capital. Diz Marx,

[...] em suas origens, é sob a forma dinheiro que o capital se confronta com a propriedade imobiliária; como fortuna em dinheiro, capital do comerciante ou do usuário. Mas, não é mister remontarmos a origem histórica do capital para verificarmos que o dinheiro é a primeira forma em que ele aparece (MARX, 1996, p. 166).

O dinheiro não se petrifica mais na mão do entesourador. O dinheiro agora entra em constante movimento, assume o papel de protagonista, no início e no fim do processo. “O dinheiro que é apenas dinheiro se distingue do dinheiro que é capital, através da diferença na forma de circulação” (MARX, 1996, p.166).

O circuito D-M-D também tem duas fases opostas, assim como a circulação simples, M-D-M. Na fase da compra, D-M, o dinheiro transforma-se em mercadoria, para novamente se transformar em dinheiro M-D. Assim como no início da circulação simples se trocava mercadoria por mercadoria, agora se troca dinheiro por dinheiro. “O resultado final de todo o processo é a troca de dinheiro por dinheiro” (MARX, 1996, p. 106).

O circuito D-M-D, pressupõe um sistema de organização mercantil onde os produtores privados de mercadorias sejam livres para produzir sem nenhuma interferência externa, para depois poderem intercambiar os seus produtos no interior do mercado. Cada agente da troca no interior do mercado permuta seu produto por uma quantia de dinheiro que represente o preço de sua mercadoria, ou seja, que realize o seu valor. Marx demonstra que o processo de circulação das mercadorias no interior do mercado pode ser definido como a permuta de diferentes valores, troca-se trabalho socialmente igual, por trabalho socialmente igual. E, embora em alguns momentos existam variações entre magnitude do valor e o preço das mercadorias, em outros, uma abrupta separação entre o comprador e o vendedor (mesmo que temporária), excetuadas as crises, o mercado tende sempre a um equilíbrio⁶⁴.

⁶⁴ Ver nota 37 p. 186.

O avançar da exposição de Marx buscará entender o sentido de existência do circuito do dinheiro como capital D-M-D, sendo que o pressuposto da economia mercantil é a troca de valores iguais, ou seja, uma tautologia, uma operação que se encerra em si mesma. Qual será o motivo que leva o produtor privado a querer permutar o seu produto no mercado?

A primeira hipótese analisada por Marx seria a de que a vantagem do produtor privado viria do processo de circulação. Ou seja, ninguém em sã consciência tem por objetivo permutar duas quantias iguais de valores, como 100 libras esterlinas por 100 libras esterlinas. “Bem mais simples e mais seguro seria o método do entesourador que guarda 100 libras, em vez de expô-las ao perigo da circulação” (MARX, 1996, p 167). Porém, pode ser que o dono do dinheiro compre 2000 quilos de algodão por 100 libras e venda-os por 110 libras. Dessa maneira o agente da troca terá feito um bom negócio, e obtido um lucro de 10%. Daí vem a primeira diferença entre o circuito M-D-M e D-M-D.

No circuito M-D-M, o produtor vende a sua mercadoria ao dono do dinheiro, que faz dela um valor de uso, e a consome. O ex dono da mercadoria, e agora, dono do dinheiro, entra novamente no mercado e permuta o seu dinheiro por uma mercadoria que lhe sirva como valor de uso. Mercadoria e dinheiro desaparecem, “O circuito M-D-M está plenamente percorrido, logo que o dinheiro obtido com a venda é absorvido pela compra de outra mercadoria. Só pode ocorrer o retorno do dinheiro ao ponto de partida, com a renovação ou repetição do processo por inteiro” (MARX, 1996, p. 168).

No circuito D-M-D, a finalidade da compra da mercadoria é a venda. Nessa operação somente a mercadoria é consumida como valor de uso, por outro lado o dinheiro volta às mãos do seu possuidor. A forma do circuito D-M-D, já contém em germe a possibilidade de uma evolução. É o momento em que o agente da troca insere o seu dinheiro no mercado, e dele recebe mais do que inseriu.

O algodão comprado a 100 libras esterlinas será vendido, por exemplo, a 100 + 10 libras esterlinas, portanto. A forma completa desse processo é por isso D-M-D', em que $D' = D + \Delta D$, isto é, igual à soma do dinheiro originalmente adiantada mais um acréscimo. Esse acréscimo ou excedente sobre o valor primitivo chamo de mais valia (valor excedente). O valor originalmente antecipado não só se mantém na circulação, mas nela altera

a própria magnitude, acrescenta uma mais valia, valoriza-se. E este movimento transforma-o em capital⁶⁵ (MARX, 1996, p. 170).

O produtor adianta 100 libras e no final do processo tem um lucro de 10%. No entanto, no fim do processo o produtor não percebe a separação entre o dinheiro adiantado e o lucro auferido. O produtor percebe as 110 libras, que como capital, devem voltar novamente ao processo, “O dinheiro encerra o movimento apenas para começá-lo de novo. O fim de cada circuito particular, em que a compra se realiza em função da venda, constitui naturalmente o começo do novo circuito” (MARX, 1996, p. 171). No circuito M-D-M, o fim do processo era um fator externo, era um valor de uso, o consumo. Por outro lado, o circuito D-M-D’ tem sua finalidade em si mesmo. Para que o capital possa aumentar, o seu valor não pode mais ficar guardado no bolso do entesourador, o capital precisa entrar em movimento e participar do processo novamente “[...] a expansão do valor só existe nesse movimento constantemente renovado. Por isso, o movimento do capital não tem limites” (MARX, 1996, p. 171). Impulsionado por este movimento incessante, o possuidor do dinheiro torna-se capitalista. Diferente do entesourador, que tem como objetivo, aumentar o valor retirando o dinheiro da circulação e guardando em seu bolso, o dinheiro nas mãos do capitalista nunca descansa em seu bolso⁶⁶.

O conteúdo objetivo da circulação em causa – a expansão do valor – é sua finalidade subjetiva. Enquanto a apropriação crescente da riqueza abstrata for o único motivo que determina suas operações, funcionará ele como capitalista, ou como capital personificado, dotado de vontade e consciência. Nunca se considerar o valor de uso o objetivo imediato do capitalista. Tampouco o lucro isolado, mas o interminável processo de obter lucros. Esse impulso de enriquecimento absoluto, essa caça apaixonada ao valor é comum ao capitalista e ao entesourador, mas enquanto este é o capitalista enlouquecido, aquele é o entesourador racional. A expansão incessante do valor, por que luta o entesourador, procurando salvar, tirar o dinheiro da circulação, obtém-na de maneira

⁶⁵ Marx diz que seria possível com o circuito M-D-M também proporcionasse um lucro ao produtor. “O camponês pode vender seu trigo acima do valor ou comprar as roupas abaixo do valor. Pode ele também ser enganado pelo vendeiro. Mas essas diferenças de valor são meramente casuais para essa espécie de circulação. Ela não fica desprovida de sentido, como o processo D-M-D, por serem valor igual em ambos os extremos, trigo e roupas. A equivalência é antes a condição de sua normalidade” (MARX, 1996, p 170).

⁶⁶ “Uma pessoa só assume a feição econômica de capitalista quando o seu dinheiro funciona continuamente como capital” (MARX, 1996, p.660).

mais sagaz o capitalista, lançando continuamente na circulação (MARX, 1996, pp. 172-173).

No circuito M-D-M, o dinheiro, como expressão do valor das mercadorias, intermediava a troca e desaparecia no fim do processo. No circuito D-M-D' o valor das mercadorias apresenta-se de maneira elástica e autônoma. O dinheiro, como modo de existência geral do valor, e a mercadoria, como modo de existência particular do valor, aparecem como totalmente diversos. O valor se torna totalmente independente movimentando-se do dinheiro à mercadoria e da mercadoria ao dinheiro. Muda a sua forma e se distingue de si mesmo, como valor excedente, afastando-se cada vez mais do seu valor primitivo, se auto-expandindo. “O movimento pelo qual adquire valor excedente é seu próprio movimento, sua expansão, logo sua expansão automática. Por ser valor, adquiriu a propriedade oculta de gerar valor. Costuma parir ou pelo menos põe ovos de ouro” (MARX, 1996, p. 174).

O valor encontra no dinheiro a forma ideal de sua expressão, como equivalente geral, e legítimo representante do trabalho socialmente igualado. Assim, o dinheiro torna-se ponto de partida da expansão do valor. Além da forma geral, o valor também assume a forma particular de mercadoria. O dinheiro precisa ser convertido em mercadoria, para que a mercadoria possa ser convertida em capital, ou dinheiro aumentado. Há uma relação de interdependência mútua e necessária entre dinheiro e mercadoria. “O Capitalista sabe que todas as mercadorias tenham elas aparência vil ou mau odor, são em fé e em verdadeiro dinheiro, judeus circuncisos e purificados, e, além disso, milagroso meio de fazer mais dinheiro com dinheiro” (MARX, 1996, p. 174).

O ímpeto capitalista em valorizar o valor constantemente move o dinheiro rumo à mercadoria e a mercadoria rumo ao dinheiro. Capital é por isso o movimento contínuo da mercadoria e do dinheiro na busca de mais dinheiro, aumentando o valor, produzindo um mais valor, em um movimento incessante. O dinheiro sai da circulação e entra nela novamente, porém aumentado, essa diferença entre valor primitivo e valor aumentado é toda abstraída pelo valor final na forma de capital, e o que sobra é somente o novo capital que iniciará novamente o processo. Comprar para vender mais caro torna-se o lema do capitalista, “[...] portanto, D - M - D' é a fórmula geral do capital conforme ele aparece na circulação” (MARX, 1996, p 175).

3.1 CONTRADIÇÕES DA FÓRMULA GERAL

O avançar da análise de Marx buscará entender o fundamento do lucro do capitalista ou o D'. Primeiramente Marx devassará o mito da circulação dos primeiros teóricos da economia política, principalmente os mercantilistas, que acreditavam na mística de que os lucros eram advindos da circulação do mercado.

Segundo Marx, como já demonstrado, o processo de circulação de mercadorias é um processo de pretensa igualdade e liberdade entre os diferentes produtores. O ato da compra e venda depende da vontade de cada um dos produtores, tendo eles, entre si, um contrato pré-estabelecido através dos preços das mercadorias.

[...] o dinheiro na função de meio de circulação se interpõe entre as mercadorias, fazendo uma distinção visível entre o ato de compra e de venda. O valor das mercadorias está representado nos preços, antes de elas entrarem em circulação, sendo, portanto condição e não resultado dela (MARX, 1996, p. 177).

Marx mostra que quando se permutam duas mercadorias, ou, se troca mercadoria por dinheiro, abstraído o valor de uso, o que sobra é o mesmo valor que antes existia na mercadoria, ou no dinheiro. A mudança de mãos, não implica em um aumento na magnitude do valor da mercadoria⁶⁷. O preço é a representação do valor a ser trocado, sendo que o dinheiro deve realizar o preço da mercadoria. Nesse sentido, os benefícios da troca se igualam. Pode ser que as mercadorias sejam vendidas por preços que se desviam dos seus valores, porém esse desvio rompe com a lei geral da economia mercantil.

As mercadorias podem ser vendidas realmente por preços que se desviam dos seus valores, mas esses desvios representam violações da lei que regula a troca de mercadorias. Esta em sua forma pura é uma permuta de equivalentes, não é, portanto, nenhum meio de crescer valor (MARX, 1996, p. 178).

⁶⁷ Quando a troca tem como finalidade o valor de uso, pode ser que ambos os participantes ganhem no processo, pois permutam produtos que não são valores de uso para si próprios. Quando a troca tem como finalidade o valor de troca o processo é diferente.

Se a disparidade persiste por um longo tempo sobre um determinado ramo da economia, tornará a produção neste ramo inviável, fazendo o produtor migrar para um ramo de produção mais lucrativo. Assim, de maneira geral no ambiente do mercado, as mercadorias tendem a ser trocadas e vendidas pelos seus valores⁶⁸.

Se se trocam mercadorias ou mercadorias e dinheiro de igual valor de troca, se se permutam, portanto equivalentes, não se tira da circulação mais do que nela se lança. Não ocorre nenhuma formação de valor excedente (mais valia). E, em sua forma pura, a circulação de mercadorias existe troca de equivalentes (MARX, 1996, p. 80).

Podemos perceber que a troca de equivalentes não pode gerar o lucro do capitalista. Os produtores privados no interior da sociedade mercantil se relacionam na medida em possuem mercadorias que possam permutar. Cada produtor é independente, na medida que tem liberdade para produzir segundo os seus critérios, no entanto é dependente do mercado e dos outros produtores privados, na medida em que necessita das mercadorias destes produtores para organizar a sua própria produção. Os conceitos de comprador e vendedor se fundem, sendo que em um determinado momento, certo grupo de agentes da troca atua como comprador, e em outro como vendedor, e, assim, sucessivamente. Sendo que é assim, diz Marx:

Admita-se que por força de algum privilégio inexplicável possa todo vendedor vender sua mercadoria acima do valor, a 110, quando vale 100, com acréscimo de 10 %. O vendedor apossa-se assim de um valor excedente (mais valia) de 10. Mas, depois de ser vendedor, torna-se comprador. Um terceiro possuidor de mercadoria encontra-o depois e por sua vez usufrui do mesmo privilégio, de vender a mercadoria 10 % mais caro. Nosso homem, como vendedor, ganhou 10, e, agora, como comprador perde 10. No fim tudo se resume a que todos os vendedores

⁶⁸ Marx diz que por trás das tentativas de mostrar que os lucros do capitalista provem do processo de circulação, existe um *quiproquó*, uma confusão entre o papel do valor de uso e do valor de troca. Condillac, por exemplo, afirma que o vendedor obtém lucro diante do comprado por ele vender uma coisa supérflua, ou seja, o vendedor sempre vende um produto que não é um valor de uso para si, permutando por um valor de uso que lhe é necessário. O autor generaliza o processo de troca mercantil, tomando os valores de troca como valores de uso. O autor afirma que na sociedade mercantil capitalista as mercadorias não são produzidas sob o ponto de vista do valor de uso, mas sim do valor de troca, ou seja, todas elas são igualmente úteis na medida em que podem ser permutadas no interior da sociedade (Cf. MARX, pp. 178-179).

vendem mutuamente suas mercadorias com valor aumentado de 10%, o que representa o mesmo que terem vendido suas mercadorias pelos seus valores (MARX, 1996, p. 180).

Por outro lado, continua Marx:

[...] ao contrário, que seja privilégio de todo comprador, comprar a mercadoria abaixo do valor. Não é mister lembrar que o comprador se torna vendedor. Ele era vendedor, antes de virar comprador. Como vendedor já perder 10 %, antes de ganhar 10% como comprador. Tudo fica com dantes (MARX, 1996, p. 181).

Os lucros e as perdas se equiparam no processo de troca mercantil, pois vendedores e compradores de mercadorias sempre comungam dos mesmos privilégios. A suposição de que a mais valia provém do processo de circulação de mercadorias carrega consigo a pressuposição de que uma classe apenas vende e não compra, apenas consome e não produz, mas isto ainda é um mistério. “O dinheiro com que essa classe compra continuamente, deve chegar às suas mãos continuamente, sem troca, de graça, saindo dos bolsos dos possuidores de mercadorias, em virtude de um privilégio ou do direito de força” (MARX, 1996, p. 182).

Admitindo que no interior do processo de circulação, que tem como pressuposto a igualação das mercadorias, exista um agente da troca tão inteligente que possa realmente vender as suas mercadorias acima do valor, não podemos daí deduzir o surgimento de uma mais valia. Marx mostra que a distribuição do valor no interior da sociedade não tem a capacidade de aumentar a magnitude do valor, ou seja, não tem a capacidade de gerar um mais valor. Esse processo apenas faz com que o valor circule e troque de mãos. Por exemplo:

A vende a B trigo que vale 40 libras esterlinas e recebe em troca vinho que vale 50. A transformou suas 40 libras em 50, com certa quantidade de dinheiro fez mais dinheiro, convertendo sua mercadoria em capital. Antes da troca tínhamos vinho em mãos de A no valor de 40 libras, e trigo em mãos de B, valendo 50; valor global, 90 libras. O valor que circula não aumentou de um átomo, e alterou-se sua divisão entre A e B. De um lado aparece como valor excedente (mais valia) o que, de outro, é perda de valor (MARX, 1996, p. 183).

Surge então a pergunta: “[...] pode o valor excedente (mais valia) (*mehr Wert*) ter sua origem fora da circulação?” (MARX, 1996, p. 185). Fora do processo de circulação o

produtor privado se encontra solitário confrontando-se única e exclusivamente com a sua própria mercadoria. O valor desta mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho socialmente necessário que nela está inserida, sendo que este valor se exprime na forma preço da mercadoria. O produtor privado da mercadoria tem a capacidade de gerar, ou aumentar o valor de sua mercadoria somente na medida em que insira uma maior quantidade de trabalho socialmente igualado. O valor da mercadoria é totalmente dependente do trabalho socialmente igualado. “É portanto, impossível que o produtor de mercadorias, fora da esfera da circulação, sem entrar em contacto com outros possuidores de mercadorias, consiga expandir um valor, transforme portanto dinheiro ou mercadoria em capital”(MARX, 1996, p. 186). A troca de não equivalentes também não tem a capacidade de gerar mais valia.

Marx chega à conclusão de que: “O Capital, portanto, nem pode originar-se na circulação nem fora da circulação. Deve ao mesmo tempo, ter e não ter nela sua origem” (MARX, 1996, p. 186). Apesar do lucro do capitalista não surgir diretamente da circulação das mercadorias no interior do mercado, nem da transformação de dinheiro em capital e do dono do dinheiro em capitalista, o processo de produção da mais valia tem que poder ser explicado à base das leis imanentes da troca de mercadorias. Ou seja, a mercadoria tem que ser comprada pelo seu valor e vendida pelo seu valor. Desse processo misterioso, e aparentemente tautológico, o dono do dinheiro deve recolher mais do que lançou no processo. “Sua metamorfose em capitalista deve ocorrer dentro da esfera da circulação e, ao mesmo tempo, fora dela” (MARX, 1996, p. 186).

3.2 COMPRA E VENDA DE FORÇA DE TRABALHO

Nem a venda, nem a revenda de mercadorias modificam o valor desta, pois esse processo cíclico converte dinheiro em mercadoria e mercadoria em dinheiro, não há alteração no valor. O capitalista percebe que precisa encontrar uma mercadoria que seja capaz de aumentar a si mesma; uma mercadoria que tenha capacidade de produzir valor.

Seguindo as leis imanentes da circulação, o capitalista se defronta com o operário que possui a capacidade para o trabalho, e está plenamente disposto a permutá-la por dinheiro.

Para extrair valor do consumo de uma mercadoria, nosso possuidor de dinheiro, deve ter a felicidade de descobrir dentro da esfera da circulação, no mercado, uma mercadoria cujo valor de uso possua a propriedade peculiar, de ser fonte de valor, de modo que consumi-la seja realmente encarnar trabalho, criar valor, portanto. E o possuidor do dinheiro encontra no mercado essa mercadoria especial: é a capacidade de trabalho ou a força de trabalho (MARX, 1996, p. 187).

O feliz capitalista encontra no interior do processo de circulação o operário possuindo essa mercadoria especial, que é capacidade para o trabalho, ou a força de trabalho, que nada mais é que a disposição que todos os homens têm para desempenhar determinadas atividades. A capacidade para o trabalho assim como define Marx é um “[...] conjunto das faculdades físicas e mentais, existentes no corpo e a personalidade viva do ser humano, as quais ele põe em ação toda a vez que produz valores de uso de qualquer espécie” (MARX, 1996, p 187). O proprietário da força de trabalho não possui nenhuma outra mercadoria se encontra com o possuidor do dinheiro no interior no mercado como dois legítimos agentes da troca, os dois possuindo mercadorias para permutar. Nesse momento, o possuidor do dinheiro e o possuidor da força de trabalho aparecem como sujeitos iguais, os dois dotados de vontade livre, vigiados sob os olhos atentos do Estado. O processo da troca abstrai todas as diferenças e apaga o tempo passado e o tempo futuro, resta apenas o tempo presente, o ato da troca.

No ato da troca esquecem-se os dois que para esse processo se concluir é preciso primeiro que os dois existam, tanto o capitalista como detentor do dinheiro, como o operário detentor da força de trabalho. No ambiente do mercado, a única mercadoria que o operário possui é a sua força de trabalho: ele não possui nem mercadorias, nem meios de produção. Por isso, vende a sua força de trabalho, mas a vende por um determinado tempo, pois se vendesse o tempo todo se tornaria um escravo. A força de trabalho é a sua única propriedade.

O capitalista encontra o operário totalmente livre, tanto para dispor da sua força de trabalho, quanto para materializar a sua força de trabalho em forma de mercadorias para

outrem, por não possuir nem dinheiro nem os meios de produção. Do ponto de vista do capitalista, pouco importa saber a história do operário, ou porque ele se encontra em plena liberdade diante dele permutando sua força de trabalho. O que importa é que ali ocorrerá uma permuta de acordo com as leis da circulação amparadas juridicamente pelo poder do Estado. Entretanto, diz Marx:

A natureza não produz, de um lado, possuidores de dinheiro, ou de mercadorias, e, de outros meros possuidores das próprias forças de trabalho. Esta relação não tem sua origem na natureza, nem é mesmo uma relação social que fosse comum a todos os períodos históricos. Ela é evidentemente o resultado de um desenvolvimento histórico anterior, o produto de muitas revoluções econômicas, do desaparecimento de toda uma série de antigas formações de produção (MARX, 1996, p. 189).

Claramente às categorias de operário e capitalista, são frutos de um processo histórico que impulsionou tanto um quanto o outro ao ambiente do mercado. Conseqüentemente fez a sociedade virar refém do valor de troca, à custa de uma divisão social do trabalho tão desenvolvida que dissociou totalmente o valor de uso e o valor de troca da mercadoria. Todas as categorias postas até agora por Marx se desenvolvem e se atualizam no interior do processo de produção capitalista, seja em um estágio mais primitivo, seja em um estágio mais avançado. Não entanto para o capital não basta a existência do processo de circulação de mercadorias, o capitalista precisa encontrar o trabalhador livre no interior do mercado vendendo a sua força de trabalho, essa é a sua única condição histórica de existência do capital. “O capital anuncia desde o início, uma nova época no processo de produção social” (MARX, 1996, p. 190).

O dono do dinheiro, tendo em vista fazer uma troca justa seguindo as leis imanescentes do mercado, propõe pagar a mercadoria força de trabalho o que ela vale, sendo que ela é uma mercadoria como qualquer outra. O operário, dotado de vontade, razão e necessidade, aceita o dinheiro oferecido pela sua força de trabalho de bom grado.

Como qualquer outra mercadoria, o valor da força de trabalho é determinado “[...] pelo tempo necessário a sua produção e, por conseqüência a sua reprodução” (MARX, 1996, p. 191). O operário não tem a capacidade de se dissociar da força de trabalho, esta é um elemento constitutivo da sua natureza. Por isso, é preciso que essa força de trabalho seja

mantida e reproduzida a cada dia, e de tempos em tempos. Todos os dias os indivíduos necessitam de certa soma de alimentos e de certo tempo de descanso para que possam no outro dia voltar com a mesma disposição para o interior do processo de produção. Assim “O tempo necessário à produção da força de trabalho reduz-se, portanto, ao tempo de trabalho necessário à produção desses meios de subsistência, ou o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários a manutenção de seu possuidor” (MARX, 1996, p. 191). A força de trabalho é uma atividade, uma ação que somente se torna efetiva no processo de trabalho. “Através da sua ação, o trabalho, despende-se uma certa quantidade de músculos, de nervos, de cérebro, etc., que se tem de renovar” (MARX, 1996, p. 191). O valor da força de trabalho depende da intensidade com que ela é consumida.

A quantidade de alimentos, vestuário, aquecimento etc; necessários para manutenção da força de trabalho do operário variam de diversos modos, por exemplo, de acordo com as condições climáticas de cada país, o nível de organização e cultura do operariado, o grau de civilização de um determinado país. Para cada país há uma média de produtos básicos, de meios de subsistência necessários para o conjunto de sua população. Essa quantidade de produtos também tem que ser suficiente para propiciar que o operariado se reproduza, fazendo com que os filhos destes homens tomem o lugar de seus pais quando estes tiverem sucumbido, renovando continuamente as forças produtivas. É necessária também a educação técnica da classe trabalhadora para que ela tenha destreza e habilidade para lidar com os diferentes processos de trabalho. O cálculo do valor da força de trabalho deve ter em vista a média de todos estes custos, sendo que varia conforme variarem estes mesmos custos.

Sendo que durante um dia certa quantidade de produtos necessária à manutenção de um operário perece, já outros produtos têm mais durabilidade, Marx propõe uma média diária de produtos necessários à existência de um operário.

Seja A = quantidade das mercadorias exigidas por dia para a produção da força de trabalho; B = quantidade das mercadorias exigidas por semana; C = quantidade exigidas trimestralmente etc. Teríamos, então, média diária dessas mercadorias = $\frac{365A + 52B + 4C}{365}$ etc. Supondo-se que essa média

diária das mercadorias necessárias represente 6 horas de trabalho social, e se o dia de trabalho for de 12 horas, ter-se-á incorporado na força de trabalho diariamente meio dia de trabalho social médio, ou requer-se meio dia de trabalho para a produção diária da força de trabalho. Esta quantidade de trabalho exigida para a sua produção diária constitui o valor por dia da força de trabalho ou valor da força de trabalho diariamente reproduzida. Se se representa meio dia de trabalho social médio por uma quantidade de ouro de 3 xelins, então 3 xelins é o preço que corresponde ao valor diário da força de trabalho. Se o possuidor da força de trabalho a oferece por 3 xelins diariamente, então o preço da venda é igual ao valor e, de acordo com nosso pressuposto, o possuidor do dinheiro, cobiçando transformar seus 3 xelins em capital, paga esse valor(MARX, 1996, p. 193).

A quantidade de meios necessários para a subsistência do trabalhador que se expressam no valor da força do trabalho é um elemento indispensável à existência deste, esses produtos constituem o seu salário. Se o valor da força de trabalho baixa ao mínimo, baixa também a capacidade e a disposição do operário para o trabalho, vindo a atrofiar-se. O trabalhador precisa todo dia permutar a sua mercadoria, força de trabalho, em troca de dinheiro, para que possa adquirir os meios necessários à sua manutenção, por isso, tem que estar permanentemente se dirigindo ao mercado para vendê-la. Sendo que não consiga vender a sua mercadoria o operário entra em crise, pois sem dinheiro para manter sua força de trabalho, ele não possui nenhuma outra mercadoria para vender, a sua disposição para o trabalho torna-se um fardo pesado demais imposto pela natureza. Sendo que o trabalhador encontre um agente da troca que possua o dinheiro e se interesse por sua mercadoria, os dois estabelecem então um contrato rezando os deveres e os direitos das duas partes. Em geral o dono do dinheiro só paga o que deve ao trabalhador ao final do contrato, que pode ser no fim do dia ou do mês, assim o trabalhador sempre adianta a sua mercadoria como valor de uso, para depois ver realizado o seu preço.

O valor de uso da força de trabalho é o seu próprio consumo em um determinado espaço de tempo, e este consumo é ao mesmo tempo o processo de produção da mercadoria e da mais valia. Como o consumo de qualquer outra mercadoria, o processo de consumo da força de trabalho ocorre fora da esfera da circulação. Assim o dono do dinheiro marcha juntamente com o operário para dentro do processo de produção, que é onde pretende utilizar o valor de uso que acabara de adquirir.

A análise de Marx demonstrou que a esfera mercantil se baseia em princípios aparentes, “Só reinam aí liberdade, igualdade, propriedade e Benthan” (MARX, 1996, p. 196). A circulação é a esfera dos direitos inalienáveis, da liberdade jurídica e da vontade livre, onde cada homem é o único responsável pelo seu negócio. No entanto, todos eles dependentes de uma força externa que os une e os move em direção ao mercado e a compra e venda de mercadorias.

Marx sai da esfera ruidosa do mercado para adentrar no processo de produção de mercadorias, produção de mais valia, valor excedente. A esfera da produção é um ambiente privado, por isso, sempre vigiado sob os atentos olhos do capitalista, antigo dono do dinheiro. Nessa esfera ocorrerão modificações essenciais. “O mistério da criação do valor excedente (mais valia) se desfará finalmente” (MARX, 1996, p. 196).

3.3 A PRODUÇÃO DA MAIS VALIA

O capitalista e o operário marcham rumo à fábrica, os dois cientes de suas obrigações. Para o capitalista usufruir o seu valor de uso, a força de trabalho do operário, o trabalho que antes era uma mera potência, tem que se atualizar, se corporificar em um artigo específico, um valor de uso, um objeto. Segundo Marx, “[...] o trabalho é um processo de que participam homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação impulsiona, regula e controla seu intercâmbio com a natureza” (MARX, 1996, p. 202). Através da interação constante e reflexiva com a natureza, o homem a modifica de acordo com os seus interesses, transformando e dando forma a matéria. Ademais, diz Marx, através do caráter reflexivo e consciente da ação humana o resultado final do processo assemelha-se ao projetado pelo trabalhador no início. O trabalho não é uma ação passiva do homem, antes disso, é uma ação em que o homem imprime uma idéia sob a natureza, subjugando-a.

Todo trabalho que se aplica a um fim qualquer necessita do objeto a ser trabalhado, e do instrumental de trabalho. O objeto a ser trabalhado é a matéria que será modificada pela mão do homem, tanto faz, se for matéria prima ou não, servirá de meio para um fim

determinado. O instrumental de trabalho é um conjunto de coisas que o homem utiliza para transformar a matéria; são ferramentas, acessórios, máquinas, que tem a função de auxiliar o processo de trabalho e que se desenvolvem de acordo com as necessidades e anseios da humanidade⁶⁹. “O processo de trabalho, ao atingir certo nível de desenvolvimento exige meios de trabalho já elaborados⁷⁰” (MARX, 1996, p. 204). A história demonstra que o homem teve continuamente que desenvolver instrumentos de trabalho para alcançar os seus diferentes objetivos⁷¹. Segundo Marx:

O que distingue as diferentes épocas econômicas não é o que se faz, mas como, como que meios de trabalho se faz. Os meios de trabalho servem para medir o desenvolvimento da força humana de trabalho e, além disso, indicam as condições sociais em que se realiza o trabalho (MARX, 1996, p. 204).

Encerrando-se o processo, o produto está pronto, o que era movimento agora é matéria, o que era pura possibilidade agora é realidade. “Ele teceu e o produto é um tecido” (MARX, 1996, p. 205). O objeto agora é um valor de uso e a matéria foi modificada a serviço de um determinado fim. Esse valor de uso pode ser fim de um processo, resultado da produção de outros valores de uso, ou servir como início do processo, matéria prima para a produção de valores de uso futuros. Diz Marx “[...] todos os ramos industriais tem por objetivo de trabalho a matéria-prima, isto é, um objeto já filtrado pelo próprio trabalho, um produto do próprio trabalho” (MARX, 1996, p. 206), mais adiante “A matéria prima pode ser substância principal de um produto, ou contribuir para sua constituição como material acessório” (MARX, 1996, p. 206). Assim também acontece com o instrumental de trabalho. “No tocante aos meios de trabalho, a observação mais superficial descobre, na grande maioria deles, o vestígio do trabalho de épocas passadas⁷²” (MARX, 1996, p. 206).

⁶⁹ Segundo Marx, a terra é um meio universal de trabalho porque fornece o local de trabalho, e proporciona que o processo se desenvolva no campo (Cf. MARX, p. 205).

⁷⁰ “Só depois que os homens ultrapassam sua primitiva condição animal, e socializam até certo ponto o seu trabalho, é que surgem condições em que o trabalho excedente de um se torna condição de existência de outro” (MARX, 1996, p. 587).

⁷¹ “O sistema capitalista surge sobre um terreno econômico que é resultado de um longo processo de desenvolvimento. A produtividade do trabalho que encontra e que lhe serve de ponto de partida é uma dádiva não da natureza, mas de uma história que abrange milhares de séculos” (MARX, 1996, pp. 587-588).

⁷² “A importância sempre crescente do passado que coopera no processo de trabalho vivo sob a forma de meios de produção, é atribuída a figura do capital, essa forma estranha ao trabalhador e que não é mais do que

O processo de trabalho, que produz valores de uso se apropriando dos elementos da natureza a um fim determinado, diz Marx [...] é condição necessária do intercâmbio material entre o homem e a natureza; é condição natural eterna da vida humana, sem depender portanto, de qualquer forma dessa vida, sendo antes comum a todas as suas formas sociais”(MARX, 1996, p. 208).

Entretanto, o capitalista não marcha à frente do operário, rumo ao processo de produção com o objetivo de produzir valores de uso. Para o capitalista os valores de uso das mercadorias constituem apenas o substrato material dos valores de troca. A venda da mercadoria e o lucro são o seu único objetivo. Do ponto de vista do capitalista “[...] o processo de trabalho é apenas o consumo da mercadoria que comprou, a força de trabalho, que só pode consumir adicionando-lhe meios de produção⁷³” (MARX, 1996, p. 210). Nesse sentido, é uma negociação privada e justa “[...] um processo que ocorre entre coisas que o capitalista comprou, entre coisas que lhe pertencem. O produto desse processo pertence-lhe do mesmo modo que o produto do processo de fermentação em sua adega” (MARX, 1996, p. 210).

Quando o capitalista dá início ao processo de produção, ele tem um sorriso velhaco, que, segundo Marx, não deveríamos dar um centavo (Cf. MARX, 1996, p. 217), lança os meios de produção e a força de trabalho do operário, compra os meios de produção pelo valor, assim como também a força de trabalho. Desse ato de aparente igualdade, Marx demonstrará como o capitalista retira do processo mais do que lançou.

Supõem Marx, que um processo de produção que queira produzir fios seja necessário 10 quilos de algodão. Comprados pelo seu valor representam a soma de 10

trabalho deste, anteriormente realizado e não pago. Os agentes práticos da produção capitalista e seus ideólogos palradores são incapazes de imaginar separados, os meios de produção e sua máscara social antagônica. São como os donos de escravo que não separam o trabalhador de sua condição de escravo” (MARX, 1996, p. 707)

⁷³ Do ponto de vista de Marx, os meios de produção não tem a capacidade de gerar mais valor. Por mais útil que seja um material, na medida em que é valor de uso, é portador de trabalho pretérito que será transferido na exata medida no processo de produção. “Os meios de produção só transferem valor à nova figura do produto na medida em que perdem valor na figura dos seus valores de uso originais durante o processo de trabalho. O máximo de valor que podem experimentar no processo de trabalho está evidentemente limitado pela magnitude do valor original com que entram no processo de trabalho, ou seja, pelo tempo de trabalho exigido para a sua própria criação. Os meios de trabalho não podem, por isso, transferir ao produto mais valor do que aquele que possuem, independentemente do processo de trabalho a que servem” (MARX, 1996, p. 231).

xelins. Os meios necessários para a produção do algodão, como fusos etc, somam 2 xelins. A quantidade em ouro de 12 xelins representa 24 horas de trabalho, sendo assim, o valor do fio corresponde a 2 dias trabalhados. Excetuando-se as intempéries e admitindo que todos os produtos foram consumidos no processo de produção, a soma do valor do fio é o resultado da soma do trabalho passado e o trabalho presente agregado ao fio (Cf. MARX, 1996, p. 211).

Para essa análise, é importante pressupor também que foi despendido exatamente o tempo de trabalho socialmente necessário à produção do fio. Segundo Marx “O verdadeiro valor de uma mercadoria, porém, não é o valor individual e sim o social; não se mede pelo tempo de trabalho que custa realmente ao produtor em cada caso, mas pelo tempo de trabalho socialmente exigido para a sua produção” (MARX, 1996, p. 365). Em geral o capitalista cuida para que o operário não desperdice trabalho, pois isso acarretaria perda de dinheiro por parte do capitalista. O fiandeiro aplica o seu trabalho voltado a uma atividade específica que é a produção do fio, e transmuta seu trabalho na quantidade certa para o fio. A matéria prima servirá para absorver determinada quantidade de trabalho.

Em condições normais diz Marx “E, numa hora, $1 \frac{2}{3}$ de algodão se convertem em $1 \frac{2}{3}$ quilo de fio, 10 quilos de fio representam 6 horas de trabalho absorvida”(MARX, 1996, p. 214). Tampouco importa a qualidade do trabalho, seja do fiandeiro, seja do tecelão, etc; uma quantidade dada de trabalho será a representação de certa quantidade de horas ou dias de trabalho social, o produto final absorveu tanto a matéria prima, como a força de trabalho necessária para a sua feitura. Sendo que o valor da força de trabalho é de 3 xelins, 6 horas de trabalho serão necessárias para reproduzir a exata quantia da força de trabalho do operário.

Se numa hora de trabalho nosso fiandeiro transforma $1 \frac{2}{3}$ quilos de algodão em $1 \frac{2}{3}$ de fio, é claro que em 6 horas converterá 10 quilos de algodão em 10 quilos de fio. Assim, durante a fiação, absorve o algodão 6 horas de trabalho. O mesmo tempo está representa numa quantidade de ouro com o valor de 3 xelins. Com a fiação acrescenta-se ao algodão o valor de 3 xelins.

Vejamos agora o valor total do produto, os 10 quilos de fio. Neles se incorporam $2 \frac{1}{2}$ dias de trabalho, dos quais 2 se contêm no algodão e na substância consumida do fuso e $\frac{1}{2}$ foi absorvido durante o processo de fiação. Esses $2 \frac{1}{2}$ dias de trabalho correspondem a uma quantidade de

ouro equivalente a 15 xelins. O preço adequado ao valor de 10 quilos de fio é, portanto 15 xelins, e o do quilo de fio, 1 xelin e 6 pence (MARX, 1996, p. 215).

O capitalista nota que não houve aumento real no valor final do produto, mais antes, o valor final foi apenas o resultado da soma dos valores particulares agregados: matéria prima, meios de produção e força de trabalho. O valor final é igual a soma do valor adiantado no início do processo, não cresceu. Para o capitalista não interessa possuir novamente o seu antigo valor na forma de fio ou dinheiro. Este homem de negócios não participou do processo para sair da mesma forma que entrou, não é um filantropo como poderiam pensar alguns economistas, que compra a força de trabalho apenas para satisfazer a necessidade do operário de realiza-la.

A motivação do capitalista para dar continuidade ao processo vem da forma com que o contrato foi estabelecido. O capitalista compra a força de trabalho pelo seu valor, por exemplo, 3 xelins que representam meio dia de trabalho, 6 horas. No entanto, o capitalista compra a força de trabalho durante todo o dia, 12 horas. Por isso nada impede que ele a use, e, assim o faz.

A manutenção quotidiana da força de trabalho custa apenas meia jornada, apesar de a força de trabalho poder operar uma jornada inteira, e o valor que sua utilização cria num dia é o dobro do próprio valor de troca. Isto é uma grande felicidade para o comprador, sem constituir injustiça para o vendedor (MARX, 1996, p. 218).

Quando o operário adentra ao processo de produção ele não encontra meios de produção suficientes para 6 horas de trabalho, mas sim meios de produção para 12 horas.

Se 10 quilos de algodão absorvem 6 horas de trabalho e se transforma em 10 quilos de fio, 20 quilos de algodão absorverão 12 horas de trabalho e se converterão em 20 quilos de fio. Examinamos o produto do processo de trabalho prolongado. Nos 20 quilos de fio estão materializados agora 5 dias de trabalho, dois quais 4 no algodão e na porção consumida do fuso, e 1 absorvido pelo algodão durante a fiação. A expressão em ouro de 5 dias de trabalho é 5 xelins. Este é o preço de 20 quilos. 1 quilo de fio custa agora como dantes, 1 xelim e 6 pence. Mas a soma dos valores das mercadorias lançadas no processo importa em 27 xelins. O valor do fio é de 30 xelins. O valor do produto ultrapassa de 1/9 o valor antecipado para a sua produção. Desse modo, 27 xelins se transformaram em 30 xelins.

Criou-se uma mais valia de 3 xelins. Consumou-se finalmente o truque; o dinheiro se transformou em capital (MARX, 1996, p. 219).

No fim do processo o capitalista sai com um montante de 20 quilos de linho rumo ao mercado, vendendo o linho pelo valor de 1 xelin e 6 pence. Acumula uma soma em torno de 30 xelins. No entanto, só investiu em meios de produção, matéria prima e força de trabalho a soma de 27 xelins, ou seja, ele agrega 3 xelins. O capitalista compra e paga pela força de trabalho o seu valor integral de 12 horas de trabalho, no entanto ela só lhe custa 6 horas. O valor da força de trabalho das 6 horas seguintes é apropriado pelo capitalista, gerando a sua mais valia (*mehr Wert*). O capitalista tira da circulação um “*plus*”, o seu valor “dá cria”, para ele é um “[...] encanto de uma criação que surgiu do nada” (MARX, 1996, p. 242). Segundo Marx, “Essa metamorfose, a transformação de dinheiro em capital, sucede na circulação e não sucede nela. Por intermédio da circulação, por depender da compra de força de trabalho. Fora da circulação, por esta servir apenas para se chegar na produção, que ocorre na esfera da produção” (MARX, 1996, P. 219).

O capitalista converte o seu valor em mais valor para rapidamente voltar ao início do processo, para converter o seu novo valor, agora aumentado, em mais valor, em um movimento sem fim, transformando trabalho morto, em capital, em valor que se amplia⁷⁴ “[...] um monstro animado que começa a “trabalhar”, como se tivesse o diabo no corpo” (MARX, 1996, p. 220).

O processo de produzir valor difere-se do processo de produzir mais valor, (*mehr Wert*) porque o último encerra uma série interminável⁷⁵. O processo de produzir valor diz Marx “[...] dura até o ponto em que a força de trabalho pago pelo capital é substituída por

⁷⁴ Sobre o papel da teoria da mais valia no sistema de Marx Bianchi comenta “A superação dos limites da investigação clássica sobre a mais valia que se obterá com Marx, está estreitamente ligada ao alcançar de um nível científico suficiente para a formulação da teoria do valor trabalho. De fato, pode afirmar-se que, tal como a produção de mais valia constitui um todo, em Marx, como o processo de criação de valores por parte do trabalho, a teoria marxista do valor é a própria teoria da mais valia” (BIANCHI, 1981, p. 83).

⁷⁵ “A conversão de uma soma de dinheiro em meios de produção e força de trabalho é o primeiro passo dado por uma quantidade de valor que vai exercer a função de capital. Essa conversão ocorre no mercado, na esfera da circulação. O Segundo passo, o processo de produção, consiste em transformar os meios de produção em mercadoria cujo valor ultrapassa o dos seus elementos componentes, contendo, portanto, o capital que foi desembolsado, acrescido de uma mais valia. A seguir essas mercadorias tem, por sua vez, de ser lançadas no processo de circulação. Importa vendê-las, realizar o seu valor em dinheiro, e converter de novo esse dinheiro em capital, repetindo continuamente as operações. Esse movimento circular que se realiza sempre através das mesmas fases sucessivas constitui a circulação do capital” (MARX, 1996, p. 658).

um equivalente. Ultrapassando esse ponto, o processo de produzir valor torna-se o processo de produzir mais valia (valor excedente)” (MARX, 1996, p. 220).

A formação do valor e a geração de mais valor abstraem todo o caráter útil dos diferentes trabalhos que participam do processo de produção, tanto do trabalho simples, como do trabalho complexo, transformando todos em trabalho médio, socialmente igualado.

Acrescenta valor, portanto, com o seu trabalho, não por ser de fiação ou de marcenaria, mas apenas por ser trabalho abstrato, social. Acrescenta determinada magnitude de valor não por possuir seu trabalho um conteúdo útil, particular, mas porque dura um determinado tempo (MARX, 1996, p. 226).

Não obstante, o capital necessita desse caráter genérico para se reproduzir, ele não pode se defrontar com ele mesmo, pois é trabalho morto que se apropria de trabalho vivo como diz Rosdolsky, o capital “Deve ter diante de si o trabalho, pois, por definição, o capital só é capital como não-trabalho imerso em uma relação antagônica. Caso contrário, o próprio conceito de capital, e a relação que ele estabelece seriam destruídos” (ROSDOLSKY, 2001, p. 177).

A necessidade de valorização gera o movimento do próprio valor no interior do processo. Diz Marx, “Os meios de produção, de um lado, e a força de trabalho, do outro, são apenas diferentes formas de existência, assumidas pelo valor do capital original ao despir-se da forma dinheiro e transformar-se nos fatores de produção do processo de trabalho” (MARX, 1996, p. 234). O valor rompe as amarras da circulação, sem desligar-se totalmente delas, afigura-se na forma de capital, propriedade privada e adentra o processo de produção. O capital personificado pelo capitalista zela pela valorização do valor, pelo lucro, mais valia, sob a égide do direito, o vendedor da força de trabalho não pode reivindicar nada da mercadoria que alienou⁷⁶. “Agora do lado do capitalista, propriedade

⁷⁶ “Como o capitalista apenas personifica o capital. Sua alma é a alma do capital. Mas o capital tem seu próprio impulso vital, o impulso de valorizar-se, de criar mais valia, de absorver com sua parte constante, com os meios de produção, a maior quantidade possível de trabalho excedente. O Capital é trabalho morto que como um vampiro se reanima sugando o trabalho vivo e quanto mais suga mais forte se torna. O tempo em que o trabalhador trabalha é o tempo durante o qual o capitalista consome a força de trabalho que comprou” (MARX, 1996, p. 263).

revela-se o direito de apropriar-se de trabalho alheio não pago ou de seu produto, e, do lado do trabalhador, a impossibilidade de apropriar-se do produto do seu trabalho” (MARX, 1996, p. 679).

Dentro do processo de produção conquistou o capital o comando sob o trabalho, sobre a força de trabalho em funcionamento, ou seja, sobre o próprio trabalhador. O capital personificado, o capitalista, cuida de que o trabalhador realize sua tarefa com esmero e com grau adequado de intensidade (MARX, 1996, p. 354).

Ao analisarmos o processo de produção do ponto de vista do simples processo de trabalho, vemos que os meios de trabalho são apenas instrumentos que são consumidos e manipulados pelo homem no interior do processo, são apenas objetos de trabalho, não são capital. Porém, quando analisamos o processo sob o ponto de vista da produção de mais valia a coisa muda de figura.

Os meios de produção se transformam imediatamente em meios de absorção de trabalho alheio. Não é mais o produtor que emprega os meios de produção, mas os meios de produção que empregam o trabalhador. Em vez de serem consumidos por ele como elementos materiais da sua atividade produtiva, consomem-no como elemento do seu próprio processo vital. E o processo vital do capital consiste apenas em mover-se como valor que se expande continuamente (MARX, 1996, p. 355).

A aparente igualdade no processo de troca, continuamente perde sua força com o desenvolvimento do capitalismo. O processo mesmo e sua reiteração se encarrega de mostrar a realidade, de que o trabalhador só recebe do capitalista como salário, uma parte do seu próprio trabalho.

[...] o direito da propriedade privada, baseado sobre a produção e circulação de mercadorias se transmuta no seu oposto em virtude de sua própria dialética interna, inexorável. No início havia troca de equivalentes, depois a troca é apenas aparente: a parte do capital que se troca por força de trabalho é uma parte do produto alheio do qual o capitalista se apropriou em compensar com um equivalente; além disso, o trabalhador que produziu essa parte do capital tem de reproduzi-la, acrescentando um excedente. A relação de troca entre capitalista e trabalhador não passa de uma simples aparência que faz parte do processo de circulação, mera forma, alheia ao conteúdo que apenas o mistifica. A forma é a contínua compra e venda de força de trabalho. O conteúdo é o capitalista trocar sempre quantidade maior de trabalho vivo uma parte de

trabalho alheio já materializado, do qual se apropria ininterruptamente, sem dar contrapartida de um equivalente (MARX, 1996, p. 679).

Nos **Grundrisse** (1985) Marx acentua que Ricardo nunca foi capaz de perceber que o lucro é uma forma metamorfoseada da mais valia, porque nunca se perguntou sobre a origem desta. “Trata-a como coisa inerente ao modo capitalista de produção, o qual aos seus olhos é a forma natural de produção social” (MARX, 1996, p. 592). Ricardo nunca compreendeu que no sistema capitalista, a relação entre capital e trabalho diferencia-se da relação de troca simples, e que o sistema que se baseia na troca de equivalentes transforma-se no sistema que expande o valor sem equivalentes, porém se baseia nela. “Por mais que o modo de produção capitalista de apropriar-se do trabalho alheio pareça chocar-se com as primitivas leis da produção mercantil, ele não surge da transgressão delas, mas, ao contrário, de sua aplicação” (MARX, 1996, p. 679). Ricardo, assim como a sua escola, reduz suas análises sobre os lucros e os salários, capital e trabalho, a uma abstração simplista baseada na divisão do valor global do capital. O objetivo desse método nunca foi analisar a origem da mais valia, mas, demonstrar que tendo um valor global dado, é necessário dividi-lo em salário e lucros (Cf. MARX, 1985, p. 85).

Por outro lado, a escola de Ricardo diz Marx:

[...] proclama a produtividade do trabalho a causa geradora do lucro (leia-se mais valia). De qualquer modo um progresso em relação aos mercantilistas, que derivam da troca, da venda do produto acima do valor, a parte em que o preço excede os custos de produção. Apesar disso a escola de Ricardo limitou-se a contornar o problema em vez de resolvê-lo. Esses economistas burgueses, na realidade, sentiam intuitivamente que era perigoso aprofundar demais o problema candente da origem da mais valia (MARX, 1996, p. 592).

Do ponto de vista de Marx a produção capitalista só começa realmente quando um mesmo capital particular ocupa de uma só vez número considerável de trabalhadores, quando o processo de trabalho amplia a sua escala e fornece produtos de maior quantidade. A atuação simultânea de grande número de trabalhadores, no mesmo local, ou se quiser, no mesmo campo de atividade, para produzir a mesma espécie de mercadoria sob o comando do mesmo capitalista constitui, histórica e logicamente, o ponto de partida da produção capitalista (Cf. MARX, 1996, p. 370).

Mas, o que de início é apenas ponto de partida torna-se, em virtude da mera continuidade do processo, da reprodução simples, o resultado, constantemente renovado e perpetuado da produção capitalista. De um lado, o processo de produção transforma continuamente a riqueza material em capital, em meio de expandir valor em objetos de fruição capitalista. Por outro lado, o trabalhador sai sempre do processo como nele entrou, fonte pessoal de riqueza, mas desprovido de todos os meios para realizá-la em seu proveito. Uma vez que, antes de entrar no processo, aliena seu próprio trabalho, que se torna propriedade do capitalista e se incorpora ao capital, seu trabalho durante o processo se materializa sempre em produtos alheios. Sendo o processo de produção ao mesmo tempo processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista, o produto do trabalhador transforma-se continuamente não só em mercadoria, mas em capital, em valor que suga a força criadora de valor, em meios de subsistência que compram pessoas, em meios de produção que utilizam os produtores. O próprio trabalhador produz, por isso, constantemente, riqueza objetiva, mas sob a forma de capital, uma força que lhe é estranha, o domina e explora, e o capitalista produz também constantemente a força de trabalho, mas sob a forma de uma fonte subjetiva de valor, separada dos objetos sem os quais não se pode realizar, abstrata, existente apenas na individualidade do trabalhador; em suma, o capitalista produz o trabalhador sob a forma de trabalhador assalariado. Essa reprodução constante, essa perpetuação do trabalhador é condição necessária da produção capitalista (MARX, 1996, pp. 664-665).

Todo o processo de trabalho Sísifo inerente ao modo de produção capitalista, que, por um lado, busca valorizar o valor intermitentemente, e, por outro lado, subjuga as necessidades do valor ao conjunto do sistema capitalista, só é possível por carregar um elemento fundante e imprescindível à manutenção e sustentação da sociedade capitalista, que é a violência da luta de classes.

Marx analisará no capítulo XXIV de O Capital, o modo como emergiram as condições de possibilidade e existência do capitalismo, assim como o modo como aparecem os legítimos agentes do processo de produção capitalista, o operário e o capitalista.

3.4 OS LEGÍTIMOS AGENTES DA TROCA: OPERÁRIO E CAPITALISTA

Para a existência e reprodução da sociedade capitalista é necessária antes a existência do operário e do capitalista permutando mercadorias. Os ideólogos da sociedade burguesa se esforçam em afirmar que as categorias, operário e capitalista, constituem elementos naturais e imprescindíveis à plena ordem da sociedade, e qualquer mudança seria extremamente nefasta. Amparados pelos princípios de liberdade e igualdade burguesa e enfeitados pelos auspícios da circulação de mercadorias de satisfação incondicional da vontade e vaidade humana. No entanto, a forma colorida da circulação, que ampara a esperança de tantos ideólogos da sociedade capitalista, é apenas aparente, limitada, como demonstra Marx, é preciso que devasemos a circulação.

No processo de produção encontra-se o dono do dinheiro, o capitalista, disposto a permutar seu dinheiro por meios de produção, e a força de trabalho do operário. O operário está livre em todos os sentidos, não possui nenhuma mercadoria para permutar no mercado, exceto a sua força de trabalho, e também não possui os meios de produção. O operário necessita de dinheiro para prover a sua existência e concorda em permutar a sua força de trabalho, pelo dinheiro do capitalista.

Capitalista e operário estão ali, frente a frente, cada qual com a sua história, sendo que nenhum conhece a história do outro. Do ponto de vista do capitalista interessa realizar o valor de uso que acaba de adquirir. Do ponto de vista do operário interessa trocar a sua força de trabalho por dinheiro para satisfazer as suas necessidades básicas e as de sua família; poder acordar no dia seguinte e retornar processo de produção.

[...] para transformar dinheiro em capital, não basta a existência da produção e da circulação de mercadorias. É necessário haver antes, de um lado, possuidor de valor ou de dinheiro, e, do outro, possuidor da substância criadora de valor; de um lado, possuidor dos meios de produção e dos meios de subsistência, e, de outro, possuidor apenas da força de trabalho, tendo ambos de se encontrarem como comprador e vendedor. A separação entre o produto do trabalho e o próprio trabalho, entre as condições objetivas do trabalho e a força subjetiva do trabalho, é, portanto o fundamento efetivo, o ponto de partida do processo de produção capitalista⁷⁷ (MARX, 1996, p. 664).

⁷⁷ Comenta Rosdolsky “[...] a relação capitalista só se estabelece quando o comprador da força de trabalho compra mercadorias que lhe servem como meio para conservar e multiplicar valores que estão em seu poder.

Buscando entender a gênese da sociedade burguesa, e por conseqüência a gênese das categorias operário e capitalista, Marx no capítulo XXVI de **O Capital** analisará o ponto de partida da sociedade capitalista “[...] uma acumulação primitiva anterior a acumulação capitalista, uma acumulação que não decorre do modo de produção capitalista, mas é seu ponto de partida” (MARX, 1996, p. 828). Marx avança dialeticamente e rompe o círculo vicioso da produção capitalista que converte dinheiro em capital, para depois converter capital em mais valia, que será novamente convertida em capital em um movimento incessante. Porém, a produção da mais valia pressupõe a existência do capital, assim como o capital pressupõe a produção da mais valia, assim como a existência das categorias operário e capitalista⁷⁸.

Geralmente, a economia política explica o nascimento do modo de produção capitalista sob a égide incontestável do direito, com uma explicação idílica dizendo que.

Havia outrora, em tempos muito remotos, duas espécies de gente: uma elite laboriosa, inteligente e, sobretudo econômica, e uma população constituída de vadios, trapalhões que gastavam mais do que tinham. A lenda teológica explica-nos que o homem foi condenado a comer o pão com suor de seu rosto. Mas a lenda econômica explica-nos o motivo porque existem pessoas que escapam a esse mandamento. Aconteceu que a elite foi acumulando riquezas e a população vadia ficou finalmente sem tem outra coisa para vender além de sua própria pele. Temos aí o pecado original da economia. Por causa dele, a grande massa da população é pobre e, apesar de se esfalfar, só tem para vender a própria força de trabalho, enquanto cresce continuamente a riqueza de poucos, embora tenham esses poucos para de trabalhar faz tempo (MARX, 1996, p. 829).

A partir dessa estória contada de tempos em tempos e constantemente reafirmada na sociedade capitalista o economista político burguês protege a todo custo os portões da

Para isso, o trabalhador deve ser pessoalmente livre e, ademais, deve estar em uma situação na qual já não lhe seja possível intercambiar produtos que ele mesmo produziu; a única mercadoria que ele pode oferecer é sua força de trabalho” (ROSDOLSKY, 2001, p. 230).

⁷⁸ Conforme Rosdolsky “[...] o método de Marx nos leva a considerar “as condições prévias do capital”, as quais, embora “pertencem à história de sua formação, de modo algum pertencem a sua história contemporânea” e encontram sua mais clara expressão no que se passou a chamar de acumulação primitiva” (ROSDOLSKY, 2001, p. 227).

propriedade privada capitalista. Marx desvelará o segredo da acumulação originária contestando a honestidade desta estória. “Na realidade, os métodos de acumulação primitiva nada tem de idílicos” (MARX, 1996, p. 829).

A produção capitalista tem como pressuposto a separação entre os trabalhadores e os meios de produção com os quais se realiza o trabalho, porém essa separação não se limita a gênese da sociedade, pelo contrário essa separação é reproduzida a todo o momento “O processo que cria o sistema capitalista consiste apenas no processo que retira ao trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho, um processo que transforma em capital os meios de subsistência e os de produção e converte em assalariados os produtores diretos” (MARX, 1996, p. 830).

Marx denomina acumulação primitiva, ou acumulação originária é o processo que catapultava o capital, dando-lhe as condições de possibilidade de existir. Segundo Marx, “A estrutura econômica da sociedade capitalista nasceu da estrutura econômica da sociedade feudal. A decomposição desta liberou elementos para a formação daquela⁷⁹” (MARX, 1996, p. 830).

Os apologistas da sociedade burguesa argumentam que o capitalismo surgiu libertando os homens da sujeição e da servidão, mas esquecem que isso ocorre depois que os homens tornaram-se livres⁸⁰, depois que todos os seus meios de produção lhes foram saqueados, sendo que ficaram privados de todas as garantias de vida e existência salvaguardadas pelas velhas instituições feudais, “[...] a história da expropriação foi escrita com sangue e fogo nos anais da humanidade⁸¹” (MARX, 1996, p. 830).

⁷⁹ No **Manifesto do Partido comunista** Marx e Engels escrevem “A sociedade burguesa moderna, que brotou das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classes. Não fez senão substituir novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta às que existiram no passado. Entretanto, a nossa época; a época da burguesia caracteriza-se por ter simplificado os antagonismos de classes. A sociedade divide-se em duas grandes classes diametralmente opostas: a burguesia e o proletariado” (MARX; ENGELS, 1953, p. 22).

⁸⁰ Os homens tornam-se livres porque não são parte direta dos meios de produção, como escravos e servos, e porque também não são donos dos meios de produção (cf. MARX, 1996, p. 830).

⁸¹ Segundo Antunes “A violência da luta de classes e da história universal, contudo, não atua apenas como violência de uma classe sobre outra, mas, ainda, como violência de uma nação sobre a outra. No Livro Primeiro de *O Capital*, especialmente na última seção intitulada O Processo de Acumulação do Capital, Marx procura demonstrar o momento em que está violência duplamente se manifesta na sociedade capitalista: no momento de sua formação e no momento de sua expansão. A violência que funda a sociedade capitalista não é ainda a violência da classe capitalista sobre a classe do proletariado, mas a violência do capital em processo de formação sobre os restos atrasados da Idade Média européia. Marx denomina de violência originária ou

Foram várias as transformações que impulsionaram o surgimento da sociedade capitalista. Marx considera que embora já existissem prenúncios da sociedade burguesa nos séculos XIV e XV a era capitalista data do século XVI, seu foco de análise é a sociedade inglesa onde o capitalismo aparece em sua forma clássica e tem contornos nítidos e bem definidos.

A partir dos séculos XIV e XV a servidão tinha praticamente desaparecido na sociedade inglesa. Os grandes domínios senhoriais foram substituídos pelos camponeses livres assalariados da agricultura, que destinavam parte do seu tempo trabalhando para os grandes proprietários, membros da aristocracia feudal, e os assalariados. Os assalariados eram um grupo de lavradores independentes, que além do salário, recebiam uma casa para morar e uma área para lavrar de cerca de 4 acres. Além dessa terra, os camponeses dispunham também de uma área comum onde o gado podia pastar, dali eles podiam extrair a madeira, frutos, etc.

A partir do século XV e XVI o sistema de vassalagem servil é dissolvido e uma massa de proletários sem direitos é lançada no interior das cidades. Esse período é caracterizado por um intenso florescimento da manufatura juntamente com um aumento substantivo no preço da lã. Esse processo impulsiona os grandes proprietários de terras a limparem os seus campos, expulsando os camponeses para poderem criar ovelhas satisfazendo as necessidades da burguesia nascente.

O movimento da reforma protestante (1536-1539) também teve papel triunfante no processo de acumulação primitiva e formação do capitalismo. A igreja católica era a maior detentora de bens e terras, e a maior proprietária feudal de grande parte do solo inglês. O saque dos bens da igreja, a expulsão dos habitantes destas terras e a supressão dos conventos engrossaram ainda mais a formação do proletariado.

Outro fato importante foi a revolução gloriosa de 1688 que trouxe o poder a Guilherme III, inaugurando uma nova era de expansão da burguesia com os roubos das terras do Estado. “Essas terras foram presenteadas, vendidas a preços irrisórios, ou

acumulação primitiva de capital esta primeira forma de violência. Esta não tem ainda o capital como pressuposto mas, ao contrário, é pressuposto para o capital. Uma vez constituído o capital a violência não se encerra historicamente mas prossegue como violência do capital sobre a classe trabalhadora assalariada no interior da sociedade capitalista já formada. Ela prossegue, ainda, como violência do capital já formado sobre as nações atrasadas e ainda não convertidas em nações capitalistas” (ANTUNES, 2004, p. 96).

simplesmente roubadas mediante anexação direta a propriedade de particulares” (MARX, 1996, p. 840). Conjuntamente, a lei de cercamentos dos campos comuns no século XVII se apropriava das terras comunais trabalhadas pelos camponeses, transformando todas as lavouras em pastagens, forçando os camponeses a irem ao mercado para comprar tudo que necessitavam, cerceando o seu direito de subsistência. “Os capitalistas burgueses favoreceram a usurpação, entre outros motivos, para transformar a terra em mero artigo de comércio, ampliar a área de grande exploração agrícola, aumentar o suprimento dos proletários sem direitos, enxotados das terras etc” (MARX, 1996, p. 840).

No século XVII Marx destaca a substituição dos *yeomen*, que eram camponeses independentes pelos arrendatários, com contratos rescindidos anualmente. O último grande processo histórico descrito por Marx é a limpeza das propriedades no século XIX, que consistia em varrer os seres humanos da terra, derrubando suas casas forçando-os a ir para as cidades engrossar a massa de operários.

O roubo dos bens da Igreja, a alienação fraudulenta dos domínios do estado, a ladroeira das terras comuns e a transformação da propriedade feudal e do clã em propriedade privada moderna, levada a cabo com terrorismo implacável, figuram entre os métodos idílicos de acumulação primitiva. Conquistaram o campo para a agricultura capitalista, incorporaram as terras ao capital e proporcionaram a indústria das cidades a oferta necessária de proletários sem direitos (MARX, 1996, p. 850).

Marx demonstra que todos esses acontecimentos que engendraram a sociedade capitalista foram extremamente nefastos à classe trabalhadora. Em muitos momentos o Estado agiu decisivamente impondo à força os desígnios da burguesia. A grande quantidade de homens lançados nos centros urbanos que se formavam, muitas vezes não eram absorvidos pela manufatura nascente. Muitos deles se transformaram em mendigos ou ladrões, muitas vezes forçados pelas circunstâncias as quais estavam submetidos. Assim, a partir do século XV o Estado cuidou de criar uma legislação sanguinária contra a classe trabalhadora.

Os ancestrais da classe trabalhadora atual foram punidos inicialmente por se transformarem em vagabundos e indigentes, transformação que lhes era imposta. A legislação os tratava como pessoas que escolhem propositalmente o caminho do crime, com se dependesse da vontade deles prosseguirem trabalhando nas condições que não mais existiam (MARX, 1996, p. 851).

Sobre essa legislação sanguinária, Marx cita uma lei instituída por Henrique VIII, rei da Inglaterra, de 1530 que diz: “Mendigos velhos e incapacitados para trabalhar tem direito a uma licença para pedir esmolas. Os vagabundos sadios serão flagelados e encarcerados. Serão amarrados atrás de um carro e açoitados até que o sangue lhes corra pelo corpo [...]” (MARX, 1996, p. 851). Leis como essa foram a promulgadas por toda a Europa, Inglaterra, França, Itália, Holanda, diz Marx: “Jaime I, rei da Inglaterra, - Quem perambule e mendigue será declarado vadio e vagabundo. Os juizes de paz, em suas sessões, estão autorizados a açoitá-lo e encarcera-lo por 6 meses na primeira vez e por 2 anos na segunda”(MARX, 1996, p. 853).

A análise de Marx é um ataque direto aos economistas burgueses que tentam naturalizar a sociedade capitalista e as suas categorias. Antes disso, como comenta Rosdolsky é preciso entender que “[...] o modo de produção capitalista pressupõe uma série de perturbações históricas, pelas quais se destroem as diversas formas que ainda mantinham vinculados o produtor e os meios de produção” (ROSDOLSKY, 2001, p. 231). A violência está na gênese da sociedade capitalista, historicamente e logicamente forjando as suas categorias, ela não é uma categoria estacionária, está sempre em movimento. Conforme comenta Antunes “Na mesma medida em que converte o trabalhador, servo de gleba ou autônomo, em trabalhador livre e assalariado, o capital converte a força de trabalho, o fundo de consumo e os meios instrumentos de trabalho em mercadoria” (ANTUNES, 2004, p. 101). O capital necessita constantemente produzir as categorias com as quais irá valorizar o valor. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que produz e impulsiona a valorização do valor, também tem que criar os consumidores da mercadoria. Conforme comenta Antunes:

O Capital possui como seu principal consumidor ele mesmo. O capital não produz para uma terceira classe de consumidores. Ele não produz para o consumo do camponês. Este, como o trabalho familiar na terra, é

autosubsistente. Para que o capital possa encontrar mercado para seus próprios produtos ele precisa converter o produtor autônomo do campo em membro ativo do mercado. Isto só é possível convertendo-o em trabalhador assalariado e convertendo com ele o fundo de consumo familiar em capital variável, em riqueza que se afasta constantemente dele ao final do processo de produção e da qual ele se reapropria somente *a posteriori* na esfera do mercado gastando com seu salário (ANTUNES, 2004, p. 101).

Do mesmo modo, na gênese do capitalista industrial está incrustada a violência, a gana e a vaidade burguesa. A população rural foi expulsa de suas terras, lançada a própria sorte e compelida à vagabundagem “[...] foi enquadrada na disciplina exigida pelo sistema de trabalho assalariado, por meio de um grotesco terrorismo legalizado que empregava o açoite, o ferro em brasa e a tortura⁸²” (MARX, 1996, p. 854).

A burguesia precisava e empregava força do estado, para “regular” o salário, isto é, comprimi-lo dentro dos limites convenientes à produção de mais valia, para prolongar a jornada de trabalho e para manter o próprio trabalhador num grau adequado de dependência. Temos aí um fator fundamental da chamada acumulação primitiva (MARX, 1996, p. 855).

Primeiramente o capitalismo surge lançando uma massa de homens sem lar e sem pão no interior das cidades advindos principalmente de grandes áreas agrícolas expropriadas pela burguesia nascente. Esses camponeses geralmente eram proprietários de determinadas áreas de terra e lá produziam para a sua subsistência.

[...] os produtores de épocas anteriores (ao capitalismo) eram proprietários ou, pelo menos, estavam de posse dos meios de produção (da terra ou das ferramentas necessárias ao trabalho manual). Para eles, as condições objetivas de produção apareciam “como pressupostos da natureza, *como condições naturais de existência do produtor*, assim como o seu corpo vivo, o qual, por mais que ele reproduza e desenvolva, originalmente não criado por ele mesmo, mas é um pressuposto de sua existência. O modo de produção de épocas anteriores se baseava na unidade original do produtor e das condições de produção” (ROSDOLSKY, 2001, p. 230).

⁸² Conforme comenta Antunes, “A violência e o terrorismo de Estado foi o método utilizado não apenas para expulsar o trabalhador da terra, mas, ainda, foi o método utilizado para impedir o retorno do trabalhador ao campo e força-lo a permanecer na cidade aceitando as novas condições sociais de trabalho” (ANTUNES, 2004, p. 99).

Marx mostra que a essência do capitalismo reside na violência da luta de classes, que forja e reproduz constantemente esta sociedade. “A conservação, a reprodução da classe trabalhadora constitui condição necessária e permanente da reprodução do capital⁸³” (MARX, 1996, p. 666).

A descoberta do ouro e de prata na América, o extermínio, a escravização das populações indígenas, forçadas a trabalhar no interior das minas, o início da conquista e da pilhagem das Índias Orientais e a transformação da África num vasto campo de caça lucrativa são acontecimentos que marcam albornes da era da produção capitalista. Esses processos idílicos são fatores fundamentais da acumulação primitiva (MARX, 1996, p. 868).

A partir desses elementos o leitor de **O Capital** é conduzido à verdadeira gênese da sociedade capitalista. Ao contrário do que propagam os ideólogos burgueses, a formação e a reprodução da sociedade capitalista não é de maneira alguma neutra e natural, ao contrário, ela é forjada a partir da luta intermitente no interior da sociedade, na maioria das vezes as custas do sangue e da vida do operário. Porém, chegará um momento que inevitavelmente essa sociedade terá um fim, pois ela mesma produz as condições materiais para a sua superação. Como dizem Marx e Engels no **Manifesto do Partido Comunista** “A burguesia produz, sobretudo os seus próprios coveiros” (MARX; ENGELS; 1953, p. 31) Nesse momento as forças da sociedade que se sentem acorrentadas por ela agitam-se. Esse é o momento que os produtores conseguem finalmente se apropriar da riqueza material produzida por eles suprimindo de uma vez por todas o movimento irracional do valor.

Esse movimento de superação é produzido no interior da própria sociedade capitalista na medida em que as contradições começam florescer e se aguçam. Na medida em que o capitalismo se expande, também expande a concentração de operários dentro das fábricas.⁸⁴

⁸³“O proprietário da força de trabalho deve ser um proletário sem posses. Do ponto de vista da ordem social atual, essa condição parece ser extremamente simples. Porém, foi necessária uma evolução secular até que se pudesse surgir uma classe de proletários desse tipo” (ROSDOLSKY, 2001, p. 230).

⁸⁴ Outras vezes, a expansão do capitalismo traz consigo, concomitantemente uma massa de desempregados sem ocupação.

Ora, a indústria, desenvolvendo-se, não somente aumenta o número dos proletários, mas concentra-os em massas cada vez mais consideráveis; sua força cresce e eles adquirem maior consciência dela. Os interesses, as condições de existência dos proletários se igualam cada vez mais, à medida que a máquina extingue toda a diferença do trabalho e quase por toda a parte reduz o salário a um nível igualmente baixo. Em virtude da concorrência crescente dos burgueses entre si e devido às crises comerciais que disso resultam, os salários se tornam cada vez mais instáveis; o aperfeiçoamento constante e cada vez mais rápido das máquinas torna a condição de vida do operário cada vez mais precária; os choques individuais entre o operário e o burguês tomam cada vez mais o caráter de choques entre duas classes. Os operários começam a formar uniões contra os burgueses e atuam em comum na defesa de seus salários; chegam a formar associações permanentes a fim de se prepararem, na previsão daqueles choques eventuais. Aqui e ali a luta se transforma em motim (MARX, 1953, p. 28).

A luta de classes que era apenas possibilidade agora é realidade, a contradição inerente à mercadoria entre sua forma natural e forma social e empurra da mesma maneira a luta entre a classe dos operários, e a classe dos capitalistas.

A contradição da sociedade tende a se dissolver levando com ela todas as suas categorias fantasiosas e místicas. Entrementes os proletários se apropriam da riqueza material que fora produzida por eles mesmos, mas que lhes estava alienada por conta da ganância da burguesia, da propriedade privada, da lógica do lucro e da valorização indiscriminada do valor.

Porém, essa luta descrita por Marx, apesar de ser legítima é uma luta árdua, porque depende da dedicação, da organização e da conscientização da classe trabalhadora contra a fúria do interesse privado e do Estado.

Os operários triunfam às vezes; mas é um triunfo efêmero. O verdadeiro resultado de suas lutas não é o êxito imediato, mas a união cada vez mais ampla dos trabalhadores. Esta união é facilitada pelo crescimento dos meios de comunicação criados pela grande indústria e que permitem o contacto direto entre operários de localidades diferentes. Ora, basta este contacto para concentrar as numerosas lutas locais, que tem o mesmo caráter em toda a parte, em uma luta nacional, em uma luta de classes⁸⁵ (MARX; ENGELS, 1953, p. 28).

⁸⁵“Na história como luta de classes, não se trata assim de descrever a positividade de um suposto encadeamento progressivo e evolutivo de um modo de produção em relação ao outro, (como fez o marxismo dogmático) pensando assim exclusivamente uma de um modo de produção particular (o modo de produção

Proletários e capitalistas são as duas únicas legítimas classes no interior da sociedade. Do ponto de vista de Marx e Engels o proletariado é a única classe que tem capacidade de combater a burguesia, pois é seu fruto mais autêntico. Todas as outras classes degeneram e se perdem na luta.

Da mesma maneira que a burguesia forjou o modo de produção capitalista, chegará o momento em que o proletariado se empenhará em forjar uma nova sociedade, mas antes a massa do povo que fora expropriado por poucos usurpadores, porém agora, a massa do povo se apropriará da riqueza que um dia lhe foi usurpada⁸⁶.

capitalista), e a maneira pela qual ele realiza a superação das suas contradições, ou em outras palavras, como nele se realiza a própria história da luta de classes. Mas, para isto é justamente e, sobretudo necessário pensar a relação negativa e dialética através da qual o capitalismo se relaciona com os outros diversos modos de produção, como os revolucionários, e como estes, por sua vez, o revolucionam em processos simultaneamente diacrônicos e sincrônicos. Nesse sentido a história como luta de classes, sem dúvida, não é a filosofia da história e talvez, nem mesmo uma teoria positiva da história ou mesmo das etapas da revolução, mas sim, muito mais, uma teoria dialética da revolução permanente Mundial” (BENOIT, 1998, p. 64).

⁸⁶ (Cf. MARX, 1996, p. 882)

CONCLUSÃO

Este trabalho intencionou investigar a importância da compreensão do movimento do conceito de valor de valor na obra O Capital para compreensão e investigação da sociedade capitalista. O valor é um conceito violento que impõem e subjuga todas às categorias no seio do modo de produção capitalista. Por ser um conceito plástico ele se apropria da riqueza material para se autovalorizar a todo o custo, em um processo sem fim. Ele se funda no individualismo burguês, na idéia de satisfação incondicional dos desejos, e da violência provocada pela força do Estado e da luta de classes.

A compreensão do conceito de valor torna-se difícil na medida em que ele não se mostra efetivamente, ele se esconde atrás das categorias fetichizadas. O conteúdo da riqueza material da humanidade não aparece na forma de trabalho geral e socialmente igual que precisa ser apropriado pelos seus legítimos produtores. Como Marx escreve nas primeiras linhas de O Capital, a riqueza aparece à mente alienada dos agentes da troca e dos economistas político como mercadoria. A mercadoria é portadora de uma forma mística e cintilante, ela resplandece, do ponto de vista dos agentes da troca à mercadoria tem o poder de satisfazer todas as suas necessidades, sejam quais forem, do corpo ou da fantasia. A mercadoria tem a capacidade de satisfazer as necessidades da fantasia na medida em que ela atua como possibilidade, como meta a ser atingida pelos agentes da troca. Estes, mesmo que não possuam o dinheiro necessário para dar em troca da mercadoria desejada empenham o seu sangue, seu suor e suas economias para ter a mercadoria almejada.

Além de ser objeto de desejo, como um valor de uso a mercadoria também tem um valor de troca, um preço. Aí está o enroscado, para satisfazerem os seus desejos, vaidades e vontades os agentes da troca precisam primeiro realizar o preço da mercadoria através do dinheiro. O desenvolvimento das trocas amplia essa relação e torna-a necessária. Dessa maneira, como demonstra Marx, uma das características da sociedade capitalista é a de que o valor de troca se realize antes do valor de uso. O operário, como legítimo agente da troca também se submete a essa regra geral gerada no interior do mercado, porém as necessidades que precisa satisfazer não são nem as necessidades da fantasia, nem as

necessidades da alma, mas antes são necessidades sem as quais não conseguirá acordar vivo no dia seguinte.

No ambiente mercantil o operário não possui dinheiro, mas possui a força de trabalho que permuta com um outro agente da troca que possui dinheiro para lhe dar em troca: a força de trabalho é a única mercadoria do operário. Do ponto de vista do capitalista e da sociedade em geral o operário está livre no interior do mercado, pois ele não possui nem meios de produção, nem mercadorias. O operário vende a sua força de trabalho pelo valor, e o dono do dinheiro compra a sua mercadoria, força de trabalho, pelo seu valor em uma troca perfeitamente justa.

De maneira geral, como demonstra Marx, o mercado é um ambiente de pretensa liberdade e igualdade. As trocas são amparadas pelo Direito e pelo Estado e excetuadas as crises, na troca mercantil capitalista as perdas e os ganhos se equiparam. O desenvolvimento do processo de troca converte o circuito M-D-M, (mercadoria-dinheiro-mercadoria) (onde o dinheiro funciona como expressão máxima do trabalho humano socialmente igual inserido no interior do mercado), no circuito D-M-D (dinheiro-mercadoria-dinheiro). No circuito M-D-M o dinheiro atua como meio que faz a troca fluir, não é o fim da troca. No circuito D-M-D o dinheiro como equivalente geral é o fim último da troca, essa mudança fará os agentes da troca acumularem dinheiro a qualquer custo para a satisfação de suas necessidades.

O circuito D-M-D já contém em si a possibilidade, mesmo que latente do circuito D-M-D'. Ou seja, o momento que o proprietário do dinheiro lança certa quantia de dinheiro no mercado é dela retira um lucro. Porém, Marx mostra que este lucro não pode ser derivado inteiramente do mercado como pensavam os mercantilistas, embora a obtenção deste lucro esteja amparada pelas leis iminentes da circulação. Para podermos entender a origem do lucro do capitalista, assim como as condições de possibilidade da expansão da sociedade capitalista é preciso voltar os olhos à fonte da produção das mercadorias na fábrica, no processo de produção capitalista.

O capitalista permuta o seu dinheiro pela força de trabalho do operário em uma troca aparentemente justa, seguindo as leis iminentes da circulação. O operário entra novamente no mercado e permuta o seu dinheiro por meios de subsistência. Por outro lado,

o capitalista tem em vista montar um processo de produção para utilizar o valor de uso da força de trabalho que acabará de adquirir. O capitalista tem os meios de produção e a força de trabalho, e assim inicia o processo de produção.

O primeiro engodo apontado por Marx refere-se à relação entre o valor da força de trabalho, e o valor que está força pode produzir. O capitalista encontra no mercado uma mercadoria que consegue produzir mais valor do que ela mesma vale. O capitalista compra a força de trabalho, e está só lhe custa seis horas de trabalho socialmente necessário, porém o operário encontra no interior da fábrica, meios de produção e matéria prima suficiente para uma jornada de trabalho de doze horas. As seis primeiras horas submetem-se as leis imanentes da circulação, porém às seis horas seguintes são apropriadas pelo capitalista. No final do processo o capitalista vê convertida em mercadorias doze horas de trabalho, que na verdade só lhe custaram seis.

Marx mostra que o lucro do capitalista vem da usurpação do trabalho do operário. No fim do processo o capitalista tem certa quantia de mercadorias e volta ao mercado para convertê-las em dinheiro. O capitalista vende as mercadorias pelo valor que elas valem. Com o dinheiro, o capitalista volta a permutar com operário a sua força de trabalho, em um processo sem fim. O capitalista busca incessantemente valorizar o valor a todo o custo sugando a vida do trabalhador. Esse processo de valorização do valor é violento e irracional, o valor migra a seu bel prazer da mercadoria ao dinheiro, do dinheiro ao capital, em um processo sísifo e repetitivo.

A partir do surgimento da sociedade capitalista, que segundo Marx ocorre em torno do século XVI o processo de valorização do valor aumenta a riqueza da humanidade em geral, porém constantemente essa riqueza é apropriada por uma pequena classe de capitalistas. O mesmo processo que aumenta a riqueza geral da humanidade através da valorização incessante do valor arruína as condições de vida, de trabalho e existência da classe trabalhadora ao mesmo tempo em que aumenta cada dia mais a quantidade de pessoas pertencentes a essa classe.

A análise e a exposição dialética feita por Marx em **O Capital** conduz o leitor aos fundamentos da sociedade capitalista. Essa análise tem como objetivo desvendar o que há por trás dos mistérios das categorias burguesas, como mercadoria e dinheiro. Acima de

tudo, tem um tom pedagógico e revolucionário mostrando os elementos que deram as condições de possibilidade de existência da sociedade capitalista, como também da expansão irracional do valor. No capítulo XXIV de **O Capital** Marx mostra que por trás da aparente igualdade e liberdade propagada pelos ideólogos burgueses está escondida a violência da luta de classes, e a truculência do Estado burguês, que segundo Marx, não é nada mais que um aparelho para gerir os negócios da burguesia. Além do mais, essa violência não serve apenas para catapultar o capital pela via de uma “acumulação originária”, mais do que isso, ela é uma condição necessária da produção e da reprodução constante da sociedade capitalista.

A proposta de Marx é que a riqueza em geral seja apropriada pela classe de homens que historicamente há produziu. O próprio sistema capitalista gera as condições necessárias à superação das contradições inerentes a esta sociedade. Ele faz isso quando aglutina a cada dia, mais operários dentro das fábricas, quando rebaixa seus salários, rebaixa as suas condições de vida. Todos esses processos criam uma identidade entre a classe trabalhadora que a faz sentir unida para a luta contra um só inimigo.

Por si só, o capitalismo tende a seguir dois caminhos, ou há sua superação, ou a barbárie completa. Por outro lado, à classe operária é a única capaz de enfrentar a lógica do valor, a gana e a fúria dos arautos do capital.

4 BIBLIOGRAFIA

a) Obras de Marx

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

_____. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. Tradução de Maria Helena Barreiro Alves. 2º ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

_____. **Glosas Marginales Al “Tratado de Economia Política” de Adolf Wagner**. In: Estudios Sobre El Capital. Maurice Dobb (et alii). Tradução José Aricó, Ofélia Castillo, Juan José Real. México: Siglo XXI, 1977.

_____. **Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse) 1857-58**. 16ª Edição. México: Siglo XXI, 1981.

_____. **O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann**. Tradução de Leandro Konder. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. **O Método da Economia Política (Terceira Parte)**. Tradução de Fausto Castilho. Campinas-SP: IFCH/UNICAMP, 1997.

b) Obras de Marx e Engels.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich, **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, 1953.

_____. **A Ideologia Alemã**. Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. 5ª edição, São Paulo: Hucitec, 1986.

c) Obras de comentadores de Marx e da Teoria do Valor.

ANTUNES, Jadir. **Da possibilidade à realidade: o desenvolvimento dialético das crises em O Capital de Marx**. Campinas: Unicamp/IFCH (Tese de Doutorado em Filosofia), 2005.

ANTUNES, Jadir. **O fetiche em O Capital de Marx.** In Lições de Ética e Política / Organização de José Luis Ames, Luis César Yanzer Portela. Cascavel: Edunioeste, 2006.

_____. **A Crítica de Marx à Epistemologia de Ricardo.** In: Revista de Filosofia Aurora, V. 20, n. 26, p. 183-199, Curitiba: CHAMPAGNAT, jan. /jun. 2008.

ANTUNES, J, & BENOIT, H. **O conceito dialético de crise em O Capital de Marx.** São Paulo: Editora Thyke, 2009.

ARON, Raymond. **O marxismo de Marx.** [tradução de Jorge Bastos] – São Paulo: Arx, 2005.

BIANCHI, Marina (1981) **A teoria do valor: dos clássicos a Marx.** Porto: Edições 70.

BENOIT, Hector. **Da lógica com um grande “L” à lógica de O Capital.** In: NAVARRO, Caio et. ali. *Marxismo e Ciências Humanas.* São Paulo: FAPESP/Cemarx/IFCH-UNICAMP, 2003.

_____. **Pensando com (ou contra) Marx? Sobre o método dialético de O Capital.** in: Revista Crítica Marxista, número 8. São Paulo: Editora Xamã, 1999.

_____. **Sobre a crítica (dialética) de O Capital.** In: Revista Crítica Marxista, número 3. São Paulo: Editora Xamã, 1996.

_____. **Sobre o desenvolvimento (dialético) do Programa.** In: Revista Crítica Marxista, número 4. São Paulo: Editora Xamã, 1997.

_____. **A luta de classes como fundamento da história.** In: Caio Navarro de Toledo: Ensaios sobre o Manifesto Comunista. São Paulo: 1998.

CAFIEIRO, Carlo. **“O Capital”: Uma Leitura Popular.** Tradução de Mario Curvello 5º Ed. São Paulo: Polis, 1987.

_____. **Marx: lógica e política.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

GIANNOTTI, José A. **Certa Herança Marxista.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

GRESPLAN, Jorge. **Marx, crítico da Teoria Clássica do Valor.** In: Revista Crítica Marxista, número 12. São Paulo: Editora Revan, 2001.

MCLELLAN, David. **Karl Marx: Vida e pensamento.** Tradução de Jaime A. Clasen. Petrópolis: Vozes, 1990.

RICARDO, David. **Princípios de Economia Política e Tributação.** São Paulo: Nova Cultural, 1996.

ROSDOLSKY, Roman. **Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx.** Tradução César Benjamim Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

RUBIN, Isaack. **A Teoria Marxista do Valor.** Tradução de José Bonifácio de S. Amaral Filho. São Paulo: Brasiliense, 1980.